

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

RACHADURAS SOLARESCAS E EPIGONISMOS PROVINCIANOS

Sociedade e Cultura no Maranhão Neo-Ateniense: 1890-1930

MANOEL DE JESUS BARROS MARTINS

Recife
2002

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

RACHADURAS SOLARESCAS E EPIGONISMOS PROVINCIANOS

Sociedade e Cultura no Maranhão Neo-Ateniense: 1890-1930

MANOEL DE JESUS BARROS MARTINS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial, para obtenção do Título de Mestre em História, área de concentração em História do Brasil.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sílvia Cortez Silva

Recife
2002

Martins, Manoel de Jesus Barros

Rachaduras solarescas e epigonismos provincianos – sociedade e cultura no Maranhão neo-ateniense: 1890-1930 / Manoel de Jesus Barros Martins. — Recife, 2002.

140 f.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

1. Conhecimento – Produção (Maranhão – 1890-1930) 2. Cultura – Sociedade – Maranhão. I. Título.

CDD 001.098121
CDU 001.9(812.1)

RACHADURAS SOLARESCAS E EPIGONISMOS PROVINCIANOS
Sociedade e Cultura no Maranhão Neo-Ateniense: 1890-1930

MANOEL DE JESUS BARROS MARTINS

Aprovada em ____/ ____/ 2002.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Sílvia Cortez Silva
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Antonio Paulo de Moraes Resende

Prof. Dr. Lourival de Holanda Barros

Prof^ª. Dr^ª. Maria do Socorro Ferraz Barbosa (Suplente)

*Para Zezé (esposa), Gustavo e Manuella
(filhos) e Preto Martins (pai), in memoriam,
figuras essenciais em minha vida.*

"O historiador é alguém a costurar panos rotos com agulha e linha novas; sempre que dá um nó, precisa recomeçar tudo novamente posto que o pano geralmente se rompe".

Manoel de Jesus Barros Martins

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que confiam em nosso crescimento intelectual, rendo preitos de gratidão.

Aos colegas do Departamento e da Coordenadoria de História, e aos alunos dos Cursos de História, de Turismo e de Biblioteconomia com os quais tenho a satisfação de compartilhar experiências e alegrias.

Aos colegas da turma de Mestrado pelo convívio salutar, de enorme valia para minha formação intelectual.

Aos professores do Mestrado: Antonio Paulo, Sílvia Cortez, Marcos Joaquim, Marc Holfnagel, Mathias Assunção e Jorge Siqueira; e também Socorro Ferraz e Lourival de Holanda.

Sou muito grato à professora Sílvia Cortez Silva, pela paciência, pela orientação segura e pelo carinho.

Aos colegas funcionários do Arquivo Público e da Biblioteca Pública Benedito Leite, com quem tenho o prazer de aprender a perscrutar os silêncios, olvidos e tensões presentes na frieza das unidades informacionais, especialmente Ironilde, Heitor, Vilma, Helena Espínola, Rosinha, Joseane, Cláudia, Fátima Matos, Luzimar e Carla Serrão.

Aqueles que, de algum modo, contribuíram para a realização deste trabalho, especialmente a Nauro Machado, de cujas reflexões inspiradas coligi o título deste trabalho.

Sou muito grato à amizade e ao incentivo constante dos professores Regina Helena Martins Faria, José Ribamar Chaves Caldeira, Sebastião Barbosa Cavalcante Filho, João Renôr Ferreira de Carvalho e Maria da Glória Guimarães Correia.

Sou grato pelo incentivo constante de familiares e amigos como Pantaleão Barros, Ribamar Barros, Nerinha e D. Odete, Bento Barros e Sebastiana, Miguel Martins, Albino, João e Francinete Sampaio, Mauro Rego e Roberto Peixoto, Emanuela Ribeiro e Rosana Sousa, Lourdinha Mendes, Benedito Buzar, Maurício Serrão, Jomar Moraes, e tantas outros cuja enumeração, além de intensa, pode resultar em injustiça involuntária.

Ao meu pai, José Sousa Martins (Preto Martins), que sempre acreditou na educação como fator de transformação social, e à minha mãe, Francisca Rosa Barros Martins, que sempre vibrou contida com a elevação educacional dos filhos.

À minha esposa, Zezé Sampaio, e aos meus filhos, Gustavo e Manuella, agradeço a compreensão pelo inúmeros momentos de convívio subtraídos: a eles dedico este trabalho com amor e carinho.

Enfim, à UFMA, que propiciou a oportunidade para a realização de um sonho acalentado pacientemente, e à UFPE, através do Programa de Pós-Graduação em História, pela qualidade dos profissionais envolvidos.

RESUMO

Análise das representações formuladas pela elite letrada maranhense acerca dos processos de decadência material e de renovação cultural presentes na produção intelectual dos novos atenienses. Estuda-se a recorrência do discurso da decadência e do mito da Atenas Brasileira como elementos basilares das imagens produzidas sobre o Maranhão. Discute-se a atuação dos novos atenienses, visando proceder a uma renovação cultural sistêmica no Maranhão, ancorada: por uma produção intelectual ponderável, versando sobre os mais diversos ramos do conhecimento e, em grande parte, sobre a realidade regional; por um ambiente editorial minimamente dinâmico e responsável pela publicidade da referida obra; por um espectro institucional variegado, paulatinamente constituído como lugares de memória essenciais, até então inexistentes; e por uma diversidade de eventos comemorativos e de interesses coletivos e setoriais da comunidade gonçalvina.

ABSTRACT

Analysis of the representations worked out by the learned elite's from Maranhão State about the processes of material decadence and of cultural renovation present in the intellectual production of the new Athenians. The reoccurrence of the decadence discourse and the myth of the Brazilian Athens as basic elements of produced images about Maranhão are studied.. The performance of the new Athenians are discussed, aiming at conducting to a systemic cultural renew in Maranhão, supported by: a intellectual wary production about the most varied branches of knowledge and, in the majority, about the regional reality; by an editorial environment not so dynamic and responsible by the publicity referred in that work; by a group of varied institutions constituted as places of essencial memories, no existent up to that time, and by a variety of commemorative events and of colletive and sectorial interests of the "timbira" community.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
PARTE I - DA FLORESCÊNCIA DE ATENAS ÀS RUÍNAS DE TEBAS	13
CAPÍTULO 1 MISSAS NEGRAS – IMAGENS DA DECADÊNCIA	13
1.1 Clássicos fundantes.....	13
1.2 Epígonos perplexos	17
1.3 Operários da saudade.....	27
CAPÍTULO 2 - POR NUNES NOSSOS AVÓS – O ITINERÁRIO ATENIENSE	51
2.1 “O tempo de Péricles”	51
2.2 “Peregrines quimeras... em aladas paragens”	57
PARTE II OFICINAS DA RENASCENÇA	64
CAPÍTULO 3 - A NOVA AURORA – OS NOVOS ATENIENSES.....	64
3.1 Frutos Selvagens – A produção intelectual	81
3.2 Mosaicos – Periódicos e editores	92
3.3 Minaretes – As instituições	95
3.4 Harpas de fogo – Os eventos.....	99
CONCLUSÃO.....	102
REFERÊNCIAS.....	103
APÊNDICE	133
ANEXO	140

INTRODUÇÃO

A presente dissertação, intitulada *Rachaduras Solarescas e Epigonismos Provincianos – Sociedade e Cultura no Maranhão neo-ateniense: 1890-1930*, tem por finalidade analisar as representações projetadas pela elite letrada maranhense acerca dos processos de decadência material e de renovação cultural através da produção intelectual dos novos atenienses, denominação esta dada aos intelectuais que dominaram o panorama sócio-cultural inclusivo no período compreendido entre os anos noventa do século XIX e os anos vinte do século XX.

Com efeito, nesse lapso de tempo, duas temáticas deram substância às representações e à reprodução intelectual, política e social dessa elite regional: o discurso monocórdio, por vezes, da decadência e a referência obrigatória ao mito da Atenas Brasileira. Ambas constituíram-se em elementos basilares das imagens produzidas acerca do referente Maranhão em sua trajetória, especialmente aquelas que focavam essa realidade espacial no lapso de tempo aludido.

Por um lado, o discurso da decadência formulado pelos membros dessa elite local não constituía enunciado novo, mas a continuidade de postura semelhante assumida por seus pares em outros contextos a partir do início do século XIX, quase sempre associado à idéia de decadência da lavoura. A elite referida, aliás, vinculou sua análise nessa referência devido ao fato de essa atividade ser a responsável fundamental pela produção da riqueza regional, a partir da qual ela retirava a seiva necessária para a sua reprodução material e social. Nesse sentido, os percalços sobrevivendo à lavoura repercutiam profundamente na vida maranhense, estimulando a produção de obras cujo objeto era entender a dinâmica forjadora de espasmos de prosperidade seguidos de renitentes conjunturas de desânimo, de decadência moral e material, como diziam.

Assim, os intelectuais atuantes dentro do marco cronológico proposto e da realidade apontada seguiam proferindo um discurso antigo sobre temática antiga; a novidade então residia nos móveis sobre os quais se assentava a análise produzida. É verdade que a decadência da lavoura ainda repercutia sensivelmente, mas, nos parece, nesse momento a sensação de desânimo configurava-se bem mais abrangente; tratavam tais intelectuais de entender e discorrer sobre a complexa teia de “ruínas materiais e morais” que, concluía, estavam paralisando a vida maranhense, produzindo um cenário de sombras crepusculares, de “sombras enervantes”.

Ora, um cenário assim jamais se prestaria à contemplação daqueles que se intitulavam os lídimos herdeiros da tradição mitológica, nacionalmente referendada, que deu a São Luís o epíteto de Atenas Brasileira. Ao contrário, tal cenário, “destruindo energias, aniquilando vontades, esfacelando músculos”, volatizava essa herança zelosamente cultivada pelos sucessores dos prógonos atenienses.

Em verdade, esses intelectuais maranhenses viviam, por um lado, uma angustiante sensação de impotência diante de “tenebrosa fase que o Estado atravessa, fase de decadência moral, intelectual e material”. Por outro, buscavam reunir as últimas forças disponíveis e predispostas para intervir significativamente nessa realidade movediça. Assim, é que, como diziam, remando contra a maré, encetaram um conjunto de ações que, no marco indicado, tinham como vetor arrancar o Maranhão do “letargo”, da “tristíssima e caliginosa noite”, que o recobria; de modo que ao cabo do período estudado é possível distinguir como resultados dessa iniciativa: 1) uma produção intelectual ponderável; 2) um conjunto apreciável de periódicos e editores que dava publicidade a essa obra; 3) uma produção institucional significativa; e 4) a realização de eventos fundamentais para integrá-los.

Essas ações tinham fim constituir um sistema cultural dinâmico (ou como define Antonio Cândido, um sistema literário), que possibilitasse a esses intelectuais reeditar a prodigalidade do mito ateniense, a qual, por conta da conjuntura desfavorável em que se moviam, prolongamento de outras semelhantes, vinha sendo malbaratada e “apoucada”, quer pela emigração recorrente dos seus mais expressivos luminares, quer pela morte das referências seminais (os intelectuais do chamado Grupo Maranhense, instituidores da Atenas Brasileira), ou ainda pelo exílio forçado de um bom número de intelectuais motivado por injunções políticas e por falta de perspectivas de sucesso profissional.

Um traço de união a dar relevo à ação dos intelectuais neo-atenienses, tanto na produção intelectual quanto na constituição de instituições e ainda na organização e realização de eventos, foi a ênfase dada à análise da categoria “Maranhão”, categoria esta pensada, parece evidente, com o objetivo de inserir o Maranhão nos escaninhos do concerto identitário nacional.

Assim definida a questão, o trabalho resultou organizado em duas partes: a primeira com dois capítulos e a última com um capítulo e quatro seções.

Na primeira parte – Da florescência de Atenas às ruínas de Tebas –, o objetivo perseguido foi estudar os variados aspectos da realidade maranhense, configurados pelos intelectuais neo-atenienses como imersos num ambiente de decadência geral a sufocá-la, bem como as eventuais alterações de sentido modernizador encetadas na realidade aludida. Além

disso, analisou-se a instituição do mito da Atenas Brasileira no imaginário social maranhense, como referência recorrente no discurso dos intelectuais locais desde meados do século XIX.

Na segunda parte – Oficinas da Renascença –, objetivou-se dar conta da intervenção neo-ateniense na vida maranhense. Nesse sentido, estudou-se a produção intelectual por eles consolidada, buscando identificar aquelas obras baseadas no exame de aspectos da realidade regional, o universo editorial disponível para dar publicidade a essa produção, o espectro institucional constituído pelos novos atenienses como lugares de memória indicados para consagrar e legitimar os foros tradicionais da Atenas Brasileira e, por fim, a variedade de eventos levados a efeito pelos neo-atenienses para discutir problemas e interesses maranhenses e realizar comemorações cívicas.

Espera-se, além de atender às exigências do Programa de Pós-Graduação em História de UFPE, contribuir, mesmo modestamente, para o entendimento de aspectos da trajetória histórica maranhense relativamente negligenciados pela historiografia regional.

PARTE I

DA FLORESCÊNCIA DE ATENAS ÀS RUÍNAS DE TEBAS

CAPÍTULO 1 - MISSAS NEGRAS – IMAGENS DA DECADÊNCIA

1.1 Clássicos fundantes

Ao longo de sua trajetória histórica, a realidade maranhense foi objeto de atenção de variada gama de intelectuais, os quais fundaram suas obras obedecendo a motivações, enredos e contextos os mais díspares possíveis, em dia com a visão do mundo de cada um e com o lugar de onde enunciavam suas reflexões.

Uma avaliação contemporânea do produto dessa atividade possibilita a identificação de várias temáticas recorrentes no imaginário desses intelectuais, que examinaram, superficialmente ou em profundidade, o recorte espacial denominado Maranhão.

A temática da decadência avulta nessa produção intelectual sobre o Maranhão; constitui-se, sem embargo, em uma permanência substantiva presente nessa produção. Seminal ou subrepticamente, a noção de decadência perpassa o âmago da produção literária, econômica, política e científica; informou e perdura informando as mais distintas dimensões discursivas, crítica ou acriticamente, quando o referente Maranhão foi definido como o objeto privilegiado de análise.

Com efeito, no Maranhão, o discurso da decadência remonta ao início do século XIX como um dos enunciados emitidos por cronistas como Gaioso, Paula Ribeiro, Pereira do Lago, Xavier, Garcia de Abranches, entre outros. Suas interpretações “instituíram um padrão de explicação confirmado de maneira unânime pelos intérpretes posteriores” (ALMEIDA, 1983, p. 28). O referencial básico desses cronistas era o período de fastígio vivenciado pelo Maranhão em meados do século XVIII, após a implementação de medidas de cunho modernizador sob a batuta do Marquês de Pombal. Para eles, a instituição da Companhia Geral de Comércio do Maranhão e Grão-Pará, em 1755, significou a “aurora da prodigiosa opulência e engrandecimento desta Província” (ABRANCHES, 1822, p. 6), pois a partir desse

evento “data o princípio de sua prosperidade” e da “criação da sua riqueza territorial” (GAIOSO, 1818, p. XXX).

As representações acerca da realidade maranhense, a partir da aurora dos oitocentos, se conformaram a exigência de duas imagens gêmeas fundantes dos discursos correspondentes: a um período de prosperidade sobreviria indubitavelmente um período de decadência avassaladora, que deveria ser combatido por todos os espíritos lúcidos com vistas a um retorno no porvir a uma nova Idade do Ouro, da regeneração, dimensionada pelo influxo do exemplo da(s) antecedente(s), já que um estado de decadência é, geralmente, percebido aos olhares do presente de quem o sente e emite seu juízo, na perspectiva da idealização de um passado mítico que deve ser imitado para produzir um futuro destituído de possíveis ocorrências traumáticas.

Esses intelectuais fundaram uma periodização determinante e duradoura para a história regional; instituíram um semióforo, a iluminar a construção intelectual dos seus sucessores. Por esse esquema, antes da Companhia de Comércio, o Maranhão vivera um largo período de indigência em que a colonização, ou se confundia com a gentilidade, ou com ela convivia em completa barbárie. Após o estabelecimento dessa empresa monopolista, o cenário mudou progressivamente: a região foi definitivamente coartada aos meandros do mercado internacional através da exportação do algodão, transformando o padrão de vida regional, até então vegetativo. Por isso, passados mais de meio século, quando começaram a ganhar visibilidade os processos denunciadores de estagnação econômica na província, os lavradores, principalmente, passaram a emitir opiniões exaltando aquele tempo primordial, aquele passado fundante do desenvolvimento da região; a origem de uma época de euforia. Era nesse sentido que eles orientavam as leituras encetadas para compreender a realidade presente, considerando que “ainda hoje, muitos lavradores abastados, bendizem a fortuna e a opulência de seus bens que tiveram sua origem naquela época”. (ABRANCHES, 1822, p. 7).

A periodização consolidada indica uma pré-história colonial maranhense baseada na miséria, na gentilidade, na barbárie, nula economicamente, seguida de um período de franca prosperidade, uma Idade do Ouro, cujo vetor foi a implantação do sistema agro-exportador; sucedido, enfim, por renitentes períodos de crises conjunturais indicativas de um estágio decadente no porvir.

Tal esquema de pensamento, esposado por esse “*patronos e clássicos*”, orientou a produção intelectual de todo o século XIX e seguir fazendo prosélitos durante o século XX. Tanto assim que, para os administradores provinciais do Maranhão, a Idade do Ouro situou-se na conjuntura beneficiada pelas políticas de fomento pombalinas, desenvolvidas após a

instituição da Companhia de Comércio, posição essa que foi referenciada pela visão dos patronos e clássicos e corroborada por boa parcela dos intelectuais regionais, tanto no século XIX quanto no século XX.

Para estes últimos, intérpretes da tradição, as medidas adotadas pela coroa portuguesa, em conformidade com a política pombalina, concorreram para que o Maranhão fosse sacudido da letargia em que vegetava desde as primeiras investidas de colonizadores europeus, no século XVII.

Nesse sentido, com base na avaliação de Ribeiro (1990, p. 30),

sob os auspícios da Companhia, a produção agrícola maranhense foi dinamizada. Buscava-se o fermento de todos os produtos [reiterados pelo comércio internacional]: algodão, arroz, anil, urzela, café, urucu, gengibre, etc. De todos esses gêneros, o arroz e o algodão foram os que mais mereceram o incentivo da Companhia. São Luís recebia créditos, ferramentas e, principalmente, escravos.

A realidade maranhense conheceu, pois, um período de franco progresso, traduzido, segundo concluiu Meireles (1980, p. 293),

no enriquecimento material e no aprimoramento intelectual da sociedade, e culminaria, já no Império, no surgimento de uma elite fundiária e de uma nobreza rural que concederam à então província uma posição de primeiro plano no cenário nacional, não só no campo econômico, como no político e no cultural.

Às sínteses desses dois autores coevos, somam-se inúmeras outras batendo na mesma tecla, posto que esse “surto de progresso que” o Maranhão “desfrutou nos últimos quarenta anos do período colonial [...], todos os historiadores consideram notável” (VIVEIROS, 1954, p. 89), já que se trata do período em que ele “passa a constituir-se realidade econômica ponderável”. (TRIBUZZI, 1981, p. 13).

Analisando essas interpretações, observa-se que aquela manifestada por Meireles (1980, p. 296) aponta para uma outra Idade do Ouro, divergente daquela configurada pelos demais intelectuais. Esse autor concluiu que “o Império, repetimos, foi a Idade do Ouro do Maranhão, não obstante quando em vez os azares da balança comercial, as altas e baixas inesperadas do algodão [...]”. Essa avaliação levou em conta o sucesso granjeado nesse período pelo denominado Grupo Maranhense da literatura brasileira, constituído por um considerável número de intelectuais regionais que conseguiu projeção nacional, fundando uma tradição onipresente na vida maranhense, o mito que elevou a província à condição de Atenas Brasileira.

Enunciadas a partir da metade do século XX, portanto, a uma ponderável distância temporal e obedecendo a motivações conseqüentes ao contexto histórico do autor, as conclusões de Meireles deslocam o problema da decadência conforme percebida pelos contemporâneos do século XIX, estipulando que o Maranhão imperial, em verdade, constituiu-se uma continuidade dinâmica, perpassada, evidentemente, por transformações, mutações e crises decorrentes da natureza do sistema econômico em que estava inserida a realidade regional.

Ora, durante o século XIX, a estrutura econômica maranhense esteve assentada na proeminência espasmódica de três produtos primários: o algodão, o açúcar e o arroz. Os dois primeiros sempre estiveram na dianteira da pauta de exportações e o último patinou em posição intermediária. O volume e o valor das exportações definiam-se ao sabor das oscilações do mercado externo.

De qualquer modo, a agro-exportação desses e de alguns outros produtos primários, propiciou, nos momentos de alta, a acumulação de capital que permitiu a opulência do senhorio maranhense vinculado tanto à produção quanto à circulação de bens.

Fazendeiros e comerciantes imprimiram, pois, os rumos da sociedade provincial maranhense conforme seus interesses. Dominaram todos os poros dela, impregnando nos demais segmentos sociais a noção de pertencimento a uma realidade estabelecida sob o princípio democrático da participação igualitária, apesar da escravidão e do latifúndio, por exemplo.

Nessa tarefa, a elite intelectual desempenhou um papel de grande eficácia para o enraizamento desse suposto, já que não colocava em discussão as características contraditórias que davam substância a essa mesma realidade.

Então, apesar das transformações observáveis no decurso do século XIX, a espinha dorsal do sistema mantenedor daquela estrutura social (e da visão de mundo que lhe foi correlata), praticamente permaneceu ao abrigo de eventos contraditórios de sua pertinência. As crises evidentes nesse período representavam desajustes pontuais motivados externamente, que, em última análise, não denunciavam problemas originários da própria debilidade com que o sistema agro-exportador maranhense se armava para atuar em contextos mais amplos e complexos.

1.2 Epígonos perplexos

A partir da segunda metade do século XIX, especialmente no último quartel, à elite intelectual e à classe dirigente maranhense não restavam dúvidas de que o cenário que se lhes apresentava, adquiria contornos mais definidos pela ocorrência de vários processos traumáticos que culminaram na abolição da escravidão, na queda da monarquia, na derrocada da agro-exportação e no corolário de problemas deles decorrentes.

Quatro importantes intelectuais regionais captaram magistralmente a essência da sensação de decadência vivenciada pela sociedade maranhense naquele contexto: Miguel Vieira Ferreira, Alexandre Teófilo de Carvalho Leal, Fábio Alexandrino de Carvalho Reis e João Dunshee de Abranches Moura.

➔ Miguel Vieira Ferreira

Enunciadas na segunda metade da década de 1860, as reflexões de Vieira Ferreira constituíram-se um exercício analítico-crítico dos indicadores do progresso material da província, efetuado através da “crítica sensata e commedida” que “produz a correção dos costumes”, baseando-se no maior número de “informações exactas sobre o seu estado actual”. (FERREIRA, 1866, p. 3-4).

Suas análises levaram-no a detectar um quadro de decadência larvar a corromper historicamente o ânimo dos mais variados segmentos sociais constituintes da realidade observada. Mesmo assim,

tem-se feito alguma cousa e os espíritos mais ou menos vacilantes vão dirigidos nesse rumo, mas o que se tem abandonado completamente é o meio de fazer applicações em vista das circunstancias locais, e moraes em que nos achamos”. Seguramente por isso, avaliava, “tudo entre nós é miséria! A população vive como uma tribu selvagem, sem morada certa, sem costumes e sem lei. (FERREIRA, 1866, p. 10-11).

Efetivamente, a situação configurada exigia a atenção de todas as frações da sociedade para o clima movediço incrustado no seio daquela mesma sociedade.

Considerando o cenário desconfortável, objeto de suas inquietações, passou ele a elencar os móveis da decadência. Intuiu tratar-se a realidade regional de um caso sui-generis, pois, a despeito de uma natureza ubérrima, privilegiada em vários aspectos, a falta do capital monetário e, principalmente, de capital moral, concorria para que a província não ingressasse

vantajosamente nas vagas modernizantes observadas em outras realidades historicamente semelhantes. Concluía, enfim, que desta última “falta dimana todo o nosso atraso”. (FERREIRA, 1866, p. 9).

Essa, aliás, foi uma providência muito presente nas posturas da elite intelectual do século XIX no Maranhão: enumerar as carências provinciais para apontar as soluções entendidas com adequadas. Nessa tarefa, concordando com os cronistas já referidos, Ferreira detectou ter esse cenário decadente se insinuando com maior visibilidade a partir da fase inicial do século, quando o Brasil já tornara-se um Estado nacional, dado que durante o período em que vigorara a situação colonial, mesmo com as restrições impostas pelo exclusivismo metropolitano, “nesse tempo eram menores os males de que nos devemos queixar”. (FERREIRA, 1866, p. 10).

O problema da decadência ganhava contornos mais dramáticos, segundo ele, porque, a par da uberdade natural que distinguiu o Maranhão com um território fértil, uma topografia regular, uma hidrografia exuberante, situando-o “a meio caminho do progresso”, defrontava-se a província com a indolência e a frouxidão incrustados no caráter do maranhense, como “poderosos inimigos do progresso”, como renitentes “obstáculos que temos a vencer para deixarmos de ser bárbaros” (FERREIRA, 1866, p. 12).

Assim, se nos países civilizados a relação capital/trabalho já havia sido equacionada, restando-lhes resolver os problemas relativos à oferta de bens naturais, aqui esse problema não se apresentava, a questão vital que se impunha era a elaboração de um espectro legal para, definitivamente, disciplinar as relações de trabalho, pois, se a província ainda não havia alcançado padrões civilizados no mundo do trabalho, era porque “a preguiça é moléstia indêmica” entre nós, pelo que “por toda parte a nossa índole é a mesma, todas as classes participão de mesma indolência...”, exceto alguns poucos homens empreendedores e o segmento dos comerciantes. (FERREIRA, 1866, p. 14).

Da elite intelectual ao povo, todos estariam contaminados por esse desideratum, à medida que “os mathematicos se contentão em saber resolver uma equação, os médicos em applicar as receitas usadas na Europa, os legistas em ler alguns escriptores estrangeiros, os jornalistas em fazerem seus artiguinhos, e o povo em dormir bem e trabalhar o menos que for possível”. (FERREIRA, 1866, p. 14).

O combate à ociosidade revestia-se para ele em um aspecto relevante, posto que se fossem engendradas oportunidades para que a valorização do trabalho se fortalecesse, a realidade forçosamente mudaria para melhor e as pessoas já não se contentariam apenas com os reflexos mais mezinhas do seu interesse profissional ou de sua labuta diária.

Em suma, as causas basílicas do atraso, da ruína, da decadência, inibidores do progresso material do Maranhão, seriam: “falta de braços activos, ou de trabalhadores; falta de capital moral, ou de educação verdadeiramente artística e industrial; e falta de capital numerário” (FERREIRA, 1866, p. 42). Dessas faltas decorreria o estado letárgico sentido por todos. Entretanto,

Si a nossa província possuíse um grande nº. de homens instruídos de forma a promover o progresso material, este se apresentaria forçoso e rapidamente; porque, havendo tanto em que enriquecer em Maranhão, e não existindo uma só pessoa que mais ou menos não ambicione os bens da fortuna, é claro que se fazia a concorrência a todos os ramos de industria hoje existentes, e que por toda parte se apresentariam novas empresas. (FERREIRA, 1866, p. 38).

Todavia, a realidade assim não se apresentava. Ao contrário, pois

nesta mesma província, ha 30 annos atrás, todo o publico considerava completamente louco aquelle que se lembrasse de metter-se numa empresa, ou que fallasse em maquinas; hoje ajuda-se a bem morrer. Já é incontestavelmente um passo para o progresso. (FERREIRA, 1866, p. 42).

A timidez do vetor rumo ao progresso era que fazia com que ganhasse mais força a conclamação formulada por um intelectual, como ele, visceralmente impregnado pela ideologia liberal burguesa. Em sua avaliação, a livre concorrência poderia transformar a província arruinada numa realidade dinâmica, progressista e civilizada. Bastava para isso ser alicerçada em, pelo menos, três elementos estimulantes da ativação econômica perseguida: a organização do mundo do trabalho; a disseminação de mecanismos para a consecução de capital moral; e a montagem de estrutura creditícia eficiente para promover empréstimos a longo prazo.

Sua definição por semelhante postura era resultante de ter ele concluído que a lavoura, tal como desenvolvida historicamente na província, não tinha saída, estava condenada a retrogradar sempre, visto que, empregando maciça quantidade de braço escravo, inibia o aparecimento de demandas por braços livres e, mais para o âmago da questão, concorria para enraizar ainda mais a aversão ao trabalho manual, vigente em amplas faixas dos segmentos livres da população.

Ferreira foi enfático ao apontar a lavoura como a atividade responsável pelo atraso observado no Maranhão, principalmente considerando não ter a província capital moral para desenvolver essa atividade conforme as concepções mais atualizadas naquele tempo. Por isso, problematizava, se o fazendeiro maranhense fosse um empreendedor, antes de tudo, utilizaria

racionalmente os elementos a seu dispor: a escravaria e o capital monetário. Entretanto, faltava-lhe o capital moral, isto é, conhecimentos especializados suficientes e eficientes para a organização de seus empreendimentos em bases capitalistas. Portanto, “os lavradores são a própria causa de seu atraso; porque se conhecessem o que acabo de dizer, mandariam sempre algum filho colher esse capital que lhe falta...”, ou na Europa, ou mesmo em escolas especializadas já existentes no Brasil. (FERREIRA, 1866, p. 44).

Enfim, concluiu Ferreira (1866, p. 108-109): “Tudo está parado, mas a penna move-se [...], a população ainda está desorientada, quer progredir mas não sabe como”. Urgia, pois, que surgisse “um luzeiro, um pharol que lhe mostrasse o caminho da perfectibilidade, para que ella o podesse seguir”. Tratava-se de diagnóstico baseado na constatação angustiante “de que a volubilidade é a característica dos filhos desta paiz” e, particularmente, dos nascidos no Maranhão, que produzia apreciável número de talentos literários, poucos afeitos à problematização de temáticas relativas à elevação material da província.

A volubilidade endêmica do maranhense para o trato de questões associadas à dinamização do mundo material respectivo sobressaía-se porque:

o nosso espírito é pouco profundo, o nosso typo é o da indolência e fraqueza mental, e por isso mesmo o da superficialidade; contentamo-nos em geral de illudir o publico [...]; entre nós escreve-se muito, muito se projeta, mas não se escrevem obras, nem se fazem trabalhos desenvolvidos [...], não há firmeza ou plano assentado; começa-se hoje para tudo ser amanhã abandonado. (FERREIRA, 1866, p. 107-108).

A julgar por essa avaliação não causava surpresa ao autor o estado de degenerescência identificado em amplos setores da província do Maranhão. Não havia nela, a partir dos seus luzeiros, o espírito de continuidade que possibilitasse a criação de condições para o acúmulo de experiências, da seiva necessária, para nutrir as empreitadas orientadas para um futuro progressista antípoda ao estado geral de decadência aniquilador das potencialidades provinciais.

➔ Alexandre Teófilo de Carvalho Leal

Com uma produção intelectual publicada fundamentalmente através da imprensa local, Carvalho Leal sempre tematizou a regeneração econômica do Maranhão. Para ele, a recuperação da agricultura deveria ser uma preocupação constante dos agentes econômicos e dos governantes. Asseverava que a recuperação econômica maranhense passava pela equação

de vários problemas, a saber: a persistência e a proeminência da mão-de-obra escrava; as distâncias cada vez maiores das terras férteis; a dificuldade de obtenção de produtividade na lavoura, visto os processos produtivos arcaicos; a tributação demasiada dos produtos da exportação; e a concorrência internacional desfavorável ao produto local.

Suas preocupações ganharam concretude na forma de um plano progressista tendente a promover a recuperação econômica do Maranhão. Por esse plano propugnava:

A prosperidade da reforma radical dos processos seguidos até hoje: Na oportunidade – transformando a pequena cultura do braço do homem, na grande cultura mechanica; substituindo o systema nômade ou alternativo pelo systema intensivo das culturas continuas – a produção limitada pela produção indefinida e sempre crescente: Na fabricação do açúcar – rejeitando de uma vez para sempre o systema jamaquino de taxas esphéricas à fogo nu, e adaptando resolutamente a fabricação racional por meio do vapor e das caldeiras a vacuo – em engenhos de açúcar de um proprietário – se for bastante rico para o manter; em engenhos por associação – reunidos os seus capitães esforços de três ou mais senhores de engenhos; engenhos por empresa – sob a forma de engenhos centraes, que é a ultima palavra dita no assumpto, porque além de ser a suprema associação, realisa na lavoira de canna, o fecundo principio da divisão do trabalho. (LEAL, 1875, p. 7).

As idéias centrais de Leal, presentes também no plano proposto, indicavam uma intervenção acentuada na organização da agricultura em moldes mais coerentes com os últimos progressos desse ramo de atividade. A continuar como historicamente se reproduzia, como participar com vantagem no mercado externo?

Envolvido por tais preocupações e como um expressivo integrante da elite nativa, atento às transformações que se processavam, Leal, em artigo veiculado através do periódico local, avaliava estupefato a conjuntura crítica que abatia o ânimo dos seus conterrâneos, formulando interrogações inquietantes:

Tudo definha! Tudo esmorece! Tudo cahe aos pedaços!... Porque casos de fortuna acontece que esteja em dissolução esta bela provincia, quando por todas as manifestações do espírito, por suas empresas, e até mesmo por suas corajosas tentativas de melhoramento, e progresso nos diversos ramos de actividade humana é ela das primeiras d'entre as mais cultas e adeantadas provincias do Império!? De onde vem? (LEAL, 1876, p. 140).

Esse trecho candente revela a sensação de desconforto vivenciada não só pela elite, mas também pelos mais variados segmentos da sociedade inclusiva nas décadas finais do século XIX. Sensação decorrente do definhamento, do esmorecimento, da queda dos padrões de prosperidade e de crescimento econômico conquistados em tempos de euforia, em épocas de fastígio, de fausto, em períodos de ativação econômica e de superávit comercial. Por outro lado, tanto denunciava as incertezas proporcionadas por cenários políticos em construção,

quanto apontava o declínio de uma produção cultural fundada em “todas as manifestações do espírito”, motivado pelo desfalque corriqueiro de expressivo número de membros da elite intelectual, por morte ou por emigração, característicos do recorte temporal aludido.

Evidentemente, um cenário assim configurado, onde “Tudo cahe aos pedaços!...”, traduzia-se em oposição flagrante aos tempos em que a realidade concreta apresentava níveis de “progresso nos diversos ramos da actividade humana” e “por todas as manifestações do espírito”, que proporcionaram ao Maranhão ser considerado “uma das primeiras d’entre as mais cultas e adeantadas província do Império”. (Jornal da Lavoura, 15 de julho de 1876, p. 140).

É sonante e cáustica a interrogação que não parava de reverberar: “Porque casos de fortuna acontece esteja em dissolução esta bela província...?” Interrogação incômoda a convocar melancolicamente todos aqueles que, “por suas corajosas tentativas de melhoramento e progresso nos diversos ramos de atividade humana”, se dispusessem a investir concretamente naquela realidade combalida, visando descortinar soluções para o presente, que projetassem um futuro informado pelas excelências de Idades do Ouro precedentes, particularmente aquela que instituiu o semióforo mais caro para a intelectualidade gonçalvina coeva: o título distintivo de Atenas Brasileira.

A incredulidade de Leal deixa claro que a sensação geral de derrocada material e cultural podia ser atribuída à falência do modelo operado para estancar e debelar as crises conjunturais experimentadas pelo Maranhão durante o Império. Os recorrentes melhoramentos materiais e morais, definidos como soluções duradouras para exigências antigas, constantes na maioria dos planos de governo provinciais, a partir da década de 1840, não foram suficientes e eficientes para inverter a lógica dos problemas que acometiam a província e do modelo de reprodução da sociedade inclusiva.

➔ Fábio Alexandrino de Carvalho Reis

Já a obra produzida por Reis, constituiu-se de um conjunto de cartas endereçadas de Recife a um amigo residente em São Luís, publicado através do Jornal O Paiz, em 1877, a seguir reunidas e publicadas em folheto.

O objetivo capital era analisar as causas gerais da decadência que solapava os alicerces econômicos, sociais e morais da província. Com efeito, como pintou o autor, o cenário maranhense vinha sendo “descripto com as cores mais contristadoras”,

particularmente “pelos nossos comprovincianos que se ausentam da patria ninho em busca de melhor sorte”. (REIS, 1877, p. 5).

Tal como Ferreira, Reis invocou a prosperidade colonial para realçar a decadência coeva, isto é, repetiu os marcos cronológicos estabelecidos pelos cronistas. De outro lado, como Ferreira e Leal, demonstrava incredulidade quanto ao estado letárgico que mirava as entranhas da província, considerando que ela foi aquinhoadada pela natureza com excelente mesopotâmia, com terras férteis, próprias para toda a sorte de culturas, com imensos campos de criar, naturalmente estabelecidos em quase todo seu território, e com condições climáticas equilibradas, inibidoras de secas violentas como as do sertão oriental brasileiro.

Além disso, devia-se acrescentar as condições favoráveis à navegação fluvial ou marítima, tendo como pólo o porto de São Luís, que conjugava a riqueza nativa àquela procedente de outras regiões ou países. Ademais, por constituir-se um território agraciado com um equilíbrio natural entre secas e inundações, foi ele pousio final de grande parte das populações das províncias vizinhas acometidas pelas secas tradicionais.

Por tais razões, a ele parecia “incrível que uma província em taes condições de prosperidade, possa ter chegado ao estado acima descrito” (REIS, 1877, p. 6). Eis uma constatação deprimente, mas, principalmente, incômoda para um rebento da elite regional, informado por tradições inventadas e cristalizadas em torno da proeminência do estrato social a que pertencia e da valorização das atividades por ele desenvolvidas no seio da sociedade regional.

Nestes termos, Reis atribuía-se o dever de examinar a situação reinante para apontar as causas de tanta ruína e miséria, com vistas à proposição de alternativas de combate e superação delas. Talvez por isso, pateticamente, lançou mão de um questionamento crucial firmado por uma imagem polissêmica: “Devemos quebrar o remo e deitar-nos no fundo da canoa, como o índio que não póde lutar contra a corrente; ou, tomar ás costas **os ossos dos nossos maiores** e ir levantar novas tabas longe da terra natal?” (REIS, 1877, p. 6) (grifo nosso). Definitivamente, não, concluía. Urgia, sim, que todos se irmanassem em luta titânica para que o Maranhão fosse sacudido da paralisação evidente e pudesse ser um reflexo positivo de épocas pretéritas em que o fausto foi a tônica e as crises, porventura detectadas, somente se coadunaram com conjunturas específicas.

Imbuído de idéias positivas, apontava ele “o desalento, a inércia, a resignação muçulmana”, como os vetores, por excelência, da ruína maranhense, o que contrariava a essência do tempo presente, afinal “o século [XIX] é da atividade e da energia, e quem se deixa ficar atrás, precipita-se na ruína total”. (REIS, 1877, p. 7)

Para Reis estava claro que dois processos desenvolveram-se no interior da sociedade regional. De um lado, nenhum dos intelectuais coevos tinha dúvidas quanto ao estudo de decadência material e econômica da província; por outro, no que respeita ao estado moral, a província do Maranhão levava “as lampas a muitas de suas irmãs” (REIS, 1877, p. 8), pois contava com um legado inolvidável em todo o Brasil: o qualificativo de Atenas Brasileira.

Este patrimônio, fruto de um brilhante e multifacetado grupo de intelectuais regionais, passou a constituir-se “*um luzeiro*”, uma ficção orientadora, um semióforo, para epígonos, como Reis, remanescentes do grupo primacial e novos prógonos, objetivando salvaguardá-lo de eventos solventes do esforço de perpetuação das tradições regionais. Assim, se “o dia do desalento é a vespera da ruína” (REIS, 1877, p. 9), concitava ele a todos para um esforço comunitário capaz de reverter o estado material degenerado, tomando como referência o patrimônio moral legado pelos prógonos atenienses.

Raciocinando acerca das causas capitais de decadência maranhense, Reis (1877, p. 10) definiu aquelas passíveis de equação. Seriam elas: a extinção do tráfico negreiro; a depreciação do preço do algodão motivada pela concorrência desnivelada com os Estados Unidos; a abolição de maximum do juro, de acordo com a lei de 24 de setembro de 1832; o comércio direto com outras partes do país e com o exterior, realizado, agora, pelas províncias do Pará e do Piauí; e o comércio interprovincial de escravos.

Com efeito, esses móveis, conjugados, concorreram, sobremaneira, “para por remate á obra de decadência” (REIS, 1877, p. 10), de sorte que se a província não sucumbiu de todo foi devido à favorabilidade das condições naturais e, de certa forma, à atuação referencial de alguns poucos espíritos clarividentes, que passaram a intervir na realidade concreta sob parâmetros modernos, em dia com as tendências progressistas em voga.

Enfim, a obra fundada por Reis constituiu-se em esforço orientado para a elite regional, objetivando conclamá-la para fazer frente aos eventos “ruinosos”, que dilapidavam o Maranhão como um todo. Daí porque lançou uma convocação incisiva:

Accordemos do lethargo enquanto é tempo, pois já nos achamos a dous passos do abysmo; e é preciso transpol-o ou cair n'elle, [afinal] o que dirão de nós os nossos vindouros, quando souberem que recebemos dos nossos antepassados este bello torrão prospero e fluorescente e lh'o legamos empobrecido e decadente, por falta de iniciativa, de actividade e energia? (REIS, 1877, p. 21-22).

Imagens desconfortáveis para intelectuais como Reis que respaldavam seu livre pensar em patrimônio familiar e pessoal mantido e acrescido com a riqueza oriunda da lavoura.

➔ João Dunshee de Abranches Moura

Outro intelectual envolvido com o exame de estado delicado da província do Maranhão e das causas da sua decadência, no final do século XIX, foi Dunshee de Abranches.

A memória que apresentou à Associação Comercial do Maranhão, em 1888, motivada pela abolição da escravidão e intitulada “Transformação do Trabalho”, versava sobre a necessidade de o Maranhão adotar medidas urgentes para transformar as relações de trabalho historicamente vigentes, adotando relações outras de cunho capitalista, embora ainda eivadas de referências extraídas da herança tradicional.

Constituiu-se a obra de duas partes: a primeira objetivou remontar a trajetória histórica da agricultura maranhense, diagnosticando as conjunturas de prosperidade e de recessão, bem como as iniciativas envidadas para fazer frente aos recorrentes quadros de estagnação verificados; a outra, apresentava um plano para a redenção das relações de trabalho, apontando medidas que deveriam ser tomadas pelos lavradores, pela Associação Comercial e pelo governo, de modo a debelar “a paz, a calma podre”, que envolvia toda a sociedade inclusiva, minando suas últimas energias, após a desorganização do mundo do trabalho baseado em relações escravistas.

A periodização utilizada por Abranches, em seu esforço de reconstituição histórica, foi a tradicionalmente eleita pela maioria dos intelectuais maranhenses. Ou seja, identificou a Idade do Ouro da economia maranhense no período subsequente à instituição da Companhia de Comércio de inspiração pombalina, quando ocorreu notável “*engrandecimento da província*”, estimulado pelo sucesso alcançado pela política de investimentos efetuada pela Coroa através da Companhia.

Esse engrandecimento, contudo, não suportou à eclosão de processos antitéticos a sua estruturação primordial baseada na agroexportação. Assim, “como todos os edifícios grandiosos que são construídos sobre alicerces podres, cedo chegou a ruína”, [pois] “a crise da lavoura tornou-se aterradora e quase arrasta em uma queda fatal o nosso commercio, ainda nascente, porem cheio já de animação”. (ABRANCHES, 1888, p. 17).

A constatação fundamental do autor era de que a lavoura maranhense, baseada visceralmente na escravidão, não estimulava a constituição de defesas endógenas eficientes

para sustar as crises históricas de que regularmente era acometida; ao contrário, dependente do braço escravo, neutralizava iniciativas inspiradas em moldes progressistas.

Lembrava ele que já em 1821, um ancestral seu, João Antonio Garcia de Abranches, advogara junto “aos lavradores [para] que libertassem os seus escravos mediante prestação de serviços durante alguns anos” (ABRANCHES, 1888, p. 18). Todavia, semelhante observação não ganhara eco entre produtores rurais motivados por falsas conjunturas de euforia e acostumados a administrar suas lavouras escudados pela onipresença do cativo.

Essa foi uma imagem permanente na trajetória maranhense durante o século XIX: de um lado, alguns emitiram “notas dissonantes no meio do concerto da escravidão, notas que pareciam perder-se nas florestas virgens e incultas do nosso solo [...]” (ABRANCHES, 1888, p. 18), e de outro, a imensa maioria dos lavradores, senhores de escravos, aferrados ao uso do braço escravo para a construção de sua riqueza e manutenção de seus privilégios.

Assim, embalada por eventuais sucessos e por crises corriqueiras, a província do Maranhão,

estacionária há muitos annos, em uma decadência latente, enfraquecida todos os dias em suas fontes produtoras, únicos elementos de assimilação para sua prosperidade, [...] permaneceu longamente em um torpor profundo, e só tarde despertou de seu perigoso lethargo. (ABRANCHES, 1888, p. 11).

A elite regional enfrentava as crises costumeiras e a decadência crescente, quase sempre, rechaçando os vetores orientados para cenários marcados pela idéia de progresso. Nesse sentido, lembrava Abranches, dava um peso muito grande à resolução dos problemas a partir da ação dos poderes públicos, não alimentando grandes esperanças na iniciativa particular. Teria sido literalmente provinciana ao reputar como investimento de monta em infra-estrutura as anuais desobstruções dos leitos dos rios principais, ao invés de atuar com vistas à fundação de uma malha viária intermodal para permitir a circulação da riqueza do coração da província, não só através da navegação fluvial, mas através de quaisquer outro meio de transporte, igualmente ou mais eficiente.

A salvação para a decadência endêmica, voltava a afirmar o autor, seria uma ação incisiva da iniciativa privada. Ela se fez sentir, espasmodicamente, em várias conjunturas estacionárias, mas o malogro de vários projetos importantes acrescentou mais desânimo às já combalidas energias provinciais. Por isso,

o Maranhão [...], arrastado nessa corrente poderosa [...], como um lenho que não póde resistir a impetuosidade da vaga que o arrebatou [...], não preparou-se para [...] ver brotar os rebentos do seu engrandecimento[...], [decorrentes da] revolução parcial que vai-se operar no Brasil com a transformação do trabalho. (ABRANCHES, 1888, p. 11,12,13).

O público-alvo para o qual se dirigia Abranches era aquele formado pelos segmentos sociais vinculados à agroexportação, por isso enfatizava a transformação do trabalho como uma verdadeira “salvação da lavoura”, ao considerar ter sido a escravidão o fulcro de onde emanavam todos os males vivenciados pela província.

O plano por ele elaborado previa a conjunção de esforços da própria província para erradicar a decadência galopante. Só uma ação coordenada dos lavradores, da Associação Comercial e do governo poderia equacionar as incertezas da economia e do mundo do trabalho maranhenses, ampliadas com a abolição da escravidão. A participação de cada qual, em vista do plano formulado, seguia uma orientação inteiramente nova, baseada em princípios modernos de gestão agrícola. Talvez por isso não tenha sido possível identificar resultados práticos decorrentes da execução de tais proposições.

Enfim, concluía o autor: a lei de 13 de maio “Destruíu para construir”. Destruíu uma instituição secular, enraizada em todos os poros da sociedade – a escravidão. Restava então a adoção de medidas orientadas para a criação de uma pátria livre, formada por elementos díspares, sintetizados “em um fim homogêneo que é o Progresso”. (ABRANCHES, 1888, p. 37).

Como restou demonstrado, significava parcela dos intelectuais maranhenses do século XIX elegeu o fantasma da decadência como objeto privilegiado de suas reflexões. Todos eles identificaram os problemas vivenciados pela lavoura como aqueles que contribuíram preponderantemente para que a decadência dessa atividade fosse representada como válida para todo o conjunto da sociedade. Por isso, não é difícil imaginar porque essa noção ingressou no século XX fazendo prosélitos.

1.3 Operários da saudade

Os intelectuais neo-atenienses, também identificados como decadentistas, situados no marco temporal utilizado neste trabalho, entre a última década do século XIX e a década de 1920, prosseguiram problematizando a realidade maranhense, seja através de obras específicas em diversos ramos, seja através da imprensa, da política ou da administração. O

resultado dessas reflexões será objeto de avaliação, doravante. Buscar-se-á mapear como tais intelectuais lidaram com a sensação de impotência, que produzia cenários enervantes para uns e de paralisia para outros; cenários, enfim, para “revoltas supremas”, mitigadas por “missas negras... sem hostias e sem vinho”. (CARVALHO, 1902, p. 5-6).

➔ Manuel de Béthencourt

Em 1902, Manuel de Béthencourt, sob o pseudônimo de Plácido Guerra, publicou um romance fundamental, denominado *A Crise*, em folhetim, disposto na primeira página do jornal *A Campanha*, onde o autor era redator-chefe, alcançando 120 edições.

A obra constituiu-se uma extensão das premissas expostas no prolixo editorial que lançou o programa do periódico. Por este, a folha vinha à luz para realizar “o estudo imparcial dos factos ocorridos no nosso meio, expressando-se a respeito com toda a franqueza, mas sem violências de objurgatoria”, afinal, o Maranhão “está falto e pobre de opinião [...], e só a verdade dita sem rebuço, sem subtilezas, é que pode crea-lo”. O exercício da crítica pretendida visava combater “*os males que nos afligem*”, considerando que “onde quer que a vida se espraie, só se deparam escombros, só se encontram destroços [...], ruínas, por toda parte a parte ruínas”; ruínas em todos os âmbitos: na justiça, na economia, na administração, no caráter. (A CAMPANHA, 2/4/1902, p. 1).

Assim apresentada, *A Crise* assumia uma posição relevante para o entendimento da sociedade maranhense coeva (especialmente a de São Luís). Objetivava o romance pintar “com a discrição possível o que se está passando no nosso meio, sem intentos offensivos, sem mirar de forma alguma o escândalo”. (A CAMPANHA, 2/4/1902, p. 2).

O estilo romanesco foi o preferido para dar concretude à obra por permitir agilidade à descrição dos “males que affligem a nossa sociedade”, através de personagens que “por ahi vivem e a cada passo os encontramos”. (A CAMPANHA, 2/4/1902, p. 2).

A temática central da obra, fica já evidenciada, orientava-se para o exame do estado de decadência geral que dilapidava o ânimo maranhense a essa época, a qual o autor tentou captar e repassar através da fala das personagens mais salientes. Um deles, o comerciante abonado João Arnaldo Seixas, traduziu a situação de grande parte dos seus pares, a braços com as incertezas do mercado, com os embaraços procedentes da impontualidade de comerciantes interioranos, seus clientes, com a escassez de dinheiro na praça, entre outros, que concorriam para a retração da confiança comercial, no momento mesmo em que “duas enormes fallencias imminentes ameaçavam abalar todo o credito”. (CRISE..., 2/4/1902, p. 2).

Por outro prisma, um outro personagem (sem nome), um artista, mulato, observava que a crise redundava da “má fé commercial”, pois os comerciantes praticavam ilicitude quando não divulgavam o estado real de seus empreendimentos, “o descalbro de suas finanças”, comprimindo o crédito para aqueles que pretendiam sanear suas atividades. Para ele, “o tempo é dos espertos e quem não se acautelar, mal se dará” (CRISE, 2/4/1902, p. 2). A esperteza dos comerciantes voltava-se agora contra eles sob a forma de dívidas insanáveis, falências, bancarrota geral.

Se para Seixas a situação reinante levava-o a concluir que “o Maranhão está ficando tão estúpido” que “até Balzac não é autoridade” e muitos “são capazes de o chamar de malcreado” (CRISE, 3/5/1902, p. 2), para o poeta Inocêncio Xisto da Câmara, autor das Liturgias Satânicas (não seria um dos maiores simbolistas brasileiros, Inácio Xavier de Carvalho, autor de Missas Negras?), a crise que invadia todos os poros da sociedade podia ser observada flagrantemente tanto no mundo empresarial quanto no perfil físico e na indumentária das camadas populares.

No que concerne ao primeiro caso, “aqui no Maranhão nada vai por diante... As empresas mais úteis, que n’outra parte dão lucros, aqui esborracham-se completamente, haja visto a de vapores, água e esta (a Ferro-Carril)”. Isso se verificava porque “é tudo mal dirigido, feito sem tino”. (CRISE, 7/5/1902, p. 2). Por isso, “não se diga que o mau estado dellas depende da crise que o paiz atravessa: já antes o descalbro se affirmava”. (CRISE, 8/5/1902, p. 2).

No que respeita à aparência física e ao vestuário dos populares, “até nisto o Maranhão decahira”. Se no passado era comum a presença de negras paramentadas com cordões de ouro de bom quilate, em seu tempo “não se vê isso, até a classe baixa atesta a miséria em que vivemos”. A degenerescência física não refletia mais que o empobrecimento socializado por todo o corpo social, repercutindo com maior intensidade nas camadas menos favorecidas.

Uma imagem desse estado de coisas:

[...] Aquellas duas mulatinhas esgruviadas, de peito chato, nem de leve se parecem com as mulatas pimponas da minha infância, umas sujeitas que punham a arder a cabeça de muita gente boa, mulatas que em festas levavam consigo nas roupas valores que hoje muitas senhoras da nata social não conseguem trazer consigo. (CRISE, 8/5/1902, p. 2).

Em verdade, tais personagens reproduziam imagens focalizando aspectos dos tempos bicudos que volatizavam as energias daquela sociedade, mormente aquelas que ainda

tonificavam os segmentos visceralmente atrelados a atividades econômicas enredadas ao sistema agro-exportador.

Num concerto, o investidor Nicolau José da Costa vocalizava uma opinião mais ou menos presente nos discursos emitidos durante essa conjuntura (e antes, e depois), pela qual a causa maior do desequilíbrio econômico maranhense foi a abrupta extinção da escravidão, que:

induzio os commerciantes á desconfiança. Não mais quizeram emprestar ao agricultor que se vio privado de cultivar a terra, faltando-lhe capital para arrotear o solo e pagar salário aos trabalhadores. Tendo capitaes, mas não tendo collocação, lembrou-se da solução das fábricas e ahi immobilizou o que tinha. (CRISE, 19/4/1902, p. 2).

As fábricas, fundadas celeremente, mobilizaram uma soma ponderável de recursos nativos, mas logo demonstraram não ser um investimento seguro, pois inflacionaram um mercado muito restrito com uma produção elevada para suas possibilidades de consumo. Por isso, “algumas vão-se mantendo com dificuldade, mas solvendo os seus compromissos. Outras naufragaram para sempre e só existem nos prédios silenciosos em que a ferrugem lhes gasta os machanismos”. (CRISE, 18/4/1902, p. 2).

Efetivamente, o enredo construído ficcionamente descrevia um clima de desolação geral, presente, inclusive, em dois marcos referenciais de eventual reanimação: o Palácio do Governo e o complexo comercial da Praia Grande, formado pelas ruas da Estrela e do Trapiche. No Palácio, “nenhum movimento se via”, a não ser as sombras de alguns poucos “empregados a trabalhar n’aquela trabalho improductivo [...], uns soldados sonolentos, factigados de uma facção inútil”, além disso, só um mar de janelas vazias. (CRISE, 12/4/1902, p. 2).

Expressiva é a descrição do movimento (ou paralisia) da área mais dinâmica do centro comercial de São Luís (ruas da Estrela e do Trapiche):

n’aquelle logar outr’ora tão animado, sentia-se a athmosphera pesada d’um lucto que não se podia definir, talvez a do credito perdido dos que tão acreditados haviam sido [...]. Tudo era torpor, nem um bafejo do vento rumorejava nas folhas das arvores, nem um ruído de carroça se ouvia”. (CRISE, 3/4/1902, p. 2).

Esse cenário asfixiante, para um comerciante, projetava sentido, inclusive, em uma prosaica reunião canina observada em meio a pensamentos econômico-sociais:

Três cães, junto d'um tronco de arvore miravam-se, rosnando e cumprimentando-se segundo os hábitos caninos, um preto, grosso, focinho curto, cauda cortada e os outros dois, um branco, felpudo, o outro, malhado, de pelo comum, ambos magros, olhando respeitosa e para o preto, em cujo olhar de animal forte se lia como que uma nota de desdém. Elle era rico em face daquelles dois pobretões, synthese moral entre os cães do que se passa entre os homens. (CRISE, 3/4/1902, p. 2).

Os personagens construídos por Béthencourt poderiam ser realmente encontrados em quaisquer das ruas de São Luís. Provavelmente, por isso, o romance saiu de circulação inconcluso e sem nenhuma nota a respeito. A versão que corre é que a publicação teria ofendido a imagem de uma dama da sociedade nativa reconhecida nas entrelinhas por seus conterrâneos. Aliás, logo após a publicação dos primeiros números do folhetim, um dos redatores do jornal, Ignácio Raposo, foi atacado por assecclas de um dos ofendidos; por outro lado, alguns jornalistas de outros periódicos locais criticaram a maneira despojada com que eram pincelados alguns personagens, permitindo a comparação com pessoas que não desejavam ver-se envolvidas em discussões públicas.

➔ Antonio Francisco Leal Lobo

A noção de decadência também estava presente entre as preocupações do Antonio Lobo. Comprova-o a publicação, em 1909, de *“Os novos atenienses: Subsídios para a história literária do Maranhão”*, obra em que estabeleceu uma periodização para a cena literária maranhense, fundada na premissa de que a literatura maranhense foi produto da atuação de três gerações sucessivas (sendo a última a sua), as quais imprimiram uma marca bem delineada no concerto literário brasileiro.

Por essa periodização – seguida, desde então, quase sempre sem maiores reparos pela maioria daqueles que examinaram a história literária regional –, a Idade do Ouro maranhense situou-se no tempo em que vicejou o Grupo Maranhense da literatura brasileira, que granjeou para São Luís o título de Atenas Brasileira, cujo termo foi o desaparecimento, em 1868, do *Semanário Maranhense*, periódico em que “colaboraram todos os espíritos superiores da época” (LOBO, 1909, p. 13), prógonos e epígonos de uma plêiade de intelectuais com intervenção nos mais variados ramos do conhecimento.

A segunda geração compreendia os intelectuais que pontificaram, principalmente, entre as décadas de setenta e noventa do século XIX, com alguns representantes ainda no século XX. Tratava-se de um grupo de intelectuais que em muito diferia do grupo anterior, particularmente pelo modo como problematizava os temas de sua obra e como se inseria na

sociedade. Grande parte desses intelectuais não suportou os obstáculos que se lhes apresentavam na realidade provincial, elegendo a emigração como a saída estratégica para o reconhecimento negado às suas obras em âmbito comunitário.

A terceira geração – em que estava incluído o autor –, formada por um expressivo grupo de jovens intelectuais nascidos entre as décadas de 1870 e 1890, invocava a si a missão de fazer face

aos anos de apatia e marasmo que se seguiram à brilhante e fecunda agitação literária de que foi teatro a capital deste estado, nos meados do século findo [XIX], e que ficará marcado para honra e glória nossa uma das mais fulgentes da vida intelectual brasileira. (LOBO, 1970, p. 4).

O objetivo mais lato dessa geração era “reatar as riquíssimas tradições das nossas letras, que a muitos se afiguravam já totalmente perdidas” (LOBO, 1970, p. 5). Tal objetivo constituía-se um imperativo, considerando que a partir da segunda geração,

começou então para o Maranhão essa tristíssima e caliginosa noite, em que, por tão longo tempo, viveram imersas as suas letras, noite cortada, por vezes, pelo clarão fugidio de algum astro errante, que para logo se ia eclipsar na morte, ou perder-se na distância a que era impelido pelas inelutáveis fatalidades da sua trajetória. (LOBO, 1909, p. 14).

A periodização proposta por Lobo chancelou, pois, três momentos distintos, mas intercambiantes, na história intelectual maranhense: o da constituição e atuação do Grupo Maranhense e a instituição do singular epíteto de Atenas Brasileira para São Luís; o da morte de representantes expressivos da geração anterior e, especialmente, da emigração recorrente de promessas intelectuais para a Amazônia e, principalmente, para o Rio de Janeiro, visando dar melhor seqüência a projetos que a realidade inclusiva invalidava; e o de franca atividade de jovens intelectuais, essencialmente regionais, objetivando restabelecer a dignidade do mito ateniense, seriamente ameaçado pela descontinuidade geracional, pela distância geográfica, pelas contingências materiais, que envolveram seus membros mais salientes.

Ao estabelecer nesses termos sua periodização, Lobo objetivava concitar os seus contemporâneos para revigorar as “*riquíssimas tradições*” intelectuais da Atenas Brasileira, já que elas somente subsistiam porque alguns escritores maranhenses emigrados para a capital federal, cumprindo o papel de

depositários fiéis de nossas tradições, constituíam-se os continuadores impretérritos da grande obra do nosso passado, os herdeiros do nosso nome literário os únicos

que nos asseguravam ainda incontestado direito ao realçante cognome de Atenas Brasileira. (LOBO, 1909, p. 15-16).

Em sua obra Antonio Lobo buscou dar ossatura a uma trajetória singularizada da história intelectual maranhense, por ele formulada, cujo termo era o esforço de sua geração para produzir um movimento de renovação moral e material em uma realidade diagnosticada como corrompida em suas entranhas; decadente, enfim.

O diagnóstico da decadência incomodava, pois, discípulos e mestres, afinal, “[...] o Maranhão nunca estivera assim, nunca se vira em condições tão desastrosas, tão falto de recursos” (CRISE, 31/7/1902, p. 1), para que seu porto apresentasse um movimento insignificante a ponto de ser tomado como um “entreposto abandonado”, muito diferente do passado, “quando o Maranhão era o centro da vida do Brasil do norte”. (CRISE, 30/7/1902, p. 1).

Amparado por tais avaliações do cenário movediço em que atuava, Lobo (1970, p 10) propôs-se, então, a “fazer obra imparcial e justa, como o devem ser todas aquelas que se destinam a transmitir ao futuro a memória presente, para que do maximo brilho e esplendor se revista sempre a reputação intelectual da terra que nos serviu de berço e **onde sempre temos vivido** [...]” (Grifo nosso).

Uma das características da geração de Antonio Lobo foi ter, a maioria dos seus membros, permanecido no torrão natal, intervindo nele de forma diferenciada das gerações anteriores. A ação dessa geração, no limite, tinha por escopo inventar um Maranhão reatado a suas antigas tradições de fausto econômico, de proeminência política, de requinte social e de cosmopolitismo cultural, de onde arvorava-se esmerado beletismo.

➔ Raul Astolfo Marques

Um dos mais devotados próceres da Oficina dos Novos, Astolfo Marques, em “*A Nova Aurora – Novela Maranhense*”, publicada em 1913, sintetizou cenas bem definidas das várias facetas assumidas pelos processos ocorridos no final do século XIX. Em sua narrativa, deu especial atenção às mudanças políticas efetuadas e sua repercussão no interior da sociedade vigente, analisando comportamentos ambíguos de atores sociais antes identificados numa posição e a seguir, após a abolição e a proclamação da República, desempenhando papéis completamente diversos e, em muitos casos, antípodas.

O discurso da decadência, nessa obra, pode ser apreendido num capítulo expressivo: “*A Rejeneração Social*”. Nele, o autor produziu um conjunto imagético

significativo em que a realidade maranhense era percebida através de uma tensão irrefreável entre situações arraigadas e situações emergentes – anunciadoras de um novo devir, de uma nova aurora. Com efeito, nele foi pincelado um sutil balanço entre um estado decadente, avassalador das combalidas energias sociais, e a urgência da deflagração de um vigoroso movimento de renovação, de regeneração, de um renascimento, no Maranhão.

Assim, ao discorrer sobre a residência do personagem central da trama, Marçal Pedreira, localizou-a “num dos extremos da cidade, [...] por entre as ruínas dos ranchos da outrora florescente Fazenda do Medeiros”, onde foi construída, em “estilo singelo, a confortante casa de vivenda da grande chácara” – a Aurora. Dali era possível ver nitidamente

o antigo e amplo domínio do senhor da quinta do Marajá, [...] os negrejados paredes da Caza do Navio e de outras edificações inconclusas [...], o edifício da Cadeia de arquitetura banal, [coberto] de espesso limo por amontoados invernos”, bem como “a estatua de marmore branco do mais vultuoso lirico patrio” (Gonçalves Dias) e “a ‘Vitoria’, a formosa chácara do solitário poeta (Sousândrade) do Allah errante” (Guesa Errante). (MARQUES, 1913, p. 11-12).

Imagens expressivas, indicando um modo de vida bem diverso daquele tradicionalmente reproduzido. Se por um lado persistiram em ruínas vários distintivos da ordem decaída, por outro, assomavam à passagem da cidade ícones de uma nova aurora, representados pela “*casa de vivenda da grande chácara*”, de Marçal Pedreira, onde a singeleza e o conforto eram a tônica, pela estátua de Gonçalves Dias, no bairro dos Remédios, vazada no melhor “*marmore branco*”, pela “*formosa chácara*” de Sousândrade, denominada significativamente de Vitória, e pela chaminé, edifícios e mais dependências da Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense, a Fábrica Camboa, como popularmente conhecida. Enredos da tradição tecidos com filetes de modernidade descompassada.

Pedreira era descendente único de opulenta família de lavradores da ribeira do Itapecuru, cujos bens, em boa parte, foram dilapidados por um tutor perdulário, mas mesmo assim, na maioridade, ainda desfrutou de uma ponderável herança, que lhe permitia viver sem privações. Entretanto, a esse cabedal, juntava-se a renda auferida do aluguel de pastagens e da atividade policultora (de hortaliças e frutas) situadas nos amplos terrenos que conformavam o entorno da vivenda.

Astolfo Marques deu amplo destaque às festividades ocorridas na cidade em virtude da abolição da escravidão, como um prenúncio de uma nova era. Não obstante, mencionou que após a “prolongada apoteose aos da cruzada abolicionista”, sobreveio a necessidade da discussão “a respeito da latente transformação em taperas de uma infinidade

de fazendas e engenhos de grandezas até então afigurada immarcessível” (MARQUES, 1913, p. 22). Urgia, pois, o debate sobre a periclitante situação econômica presente do Maranhão, a braços com uma variada gama de problemas oriundos do grau de inserção da economia regional nos mecanismos mais abrangentes e complexos da economia nacional e internacional.

Para Marques (1913, p. 22-25), a realidade regional “vinha de certa época para cá definhando, caindo em preocupadora estagnação”, sem elemento de comparação aos “tempos remotos”, em que “atingira o notável grau de propriedade”, aos quais “se entoavam hinos e teciam loas”. Atuavam como causas eficientes desse declínio: 1) o comércio direto do Piauí, do Pará e do Ceará com o exterior; 2) a elevação do preço do algodão à época da Guerra de Secessão, que ilusoriamente concorreu para que muitos produtores não se acautelassem de dívidas supervenientes; 3) o desequilíbrio das operações financeiras com as praças do exterior; 4) a carência de braços e a rotina dos processos industriais; 5) a eleição do algodão e do açúcar como produtos básicos da pauta de exportações, em detrimento de outros; 6) o atraso da colonização baseada em retirantes nordestinos expulsos pelas estiagens sazonais; 7) a Guerra do Paraguai, entre outros.

Na visão do autor, a saída para semelhante estado de coisas só ganharia visibilidade quando cessasse o alarido de palmas indevidamente dirigidas a iniciativas fadadas ao insucesso, à medida que fundadas em leituras deficientes da realidade.

Tais iniciativas iam desde a fusão de brancos, passando pela abertura de estradas de rodagem de grande extensão, ligando o litoral ao centro sul do estado e pela retomada da dragagem do canal do Arapapaí, em São Luís, além de “outros cometimentos, alguns bastante arrojados e, pela temeridade, bem duvidosos do êxito, em prol da elevação econômica da terra ateniense”. (MARQUES, 1913, p. 29).

Nesse contexto, asseverava Marques (1913, p. 29), o papel que competiu a Sociedade Auxiliadora da Lavoura e da Indústria foi estimular as iniciativas exequíveis, visando “aparar o certo golpeamento que a Abolição, sem indenização, fazia cair penetrantemente sobre os principais fatores da riqueza pública”. Um dos resultados dessa atividade foi a constituição da Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense – a Fábrica Camboa –, realizada em curto espaço de tempo de captação de recursos, dando ensejo a que outros empreendimentos semelhantes, vinculados ao mundo fabril, fossem ganhando a credibilidade pública. Esses esforços de regeneração foram saudados como exemplos de uma nova era, “anunciada em castelos pirotécnicos de reinado efeito [...], numa acariciante

epopéia hinária”, em que avultava “a chaminé simbólica do trabalho fabril”. (MARQUES, 1913, p. 31).

A velocidade imprimida à constituição de mais de uma dezena de empreendimentos fabris, dos mais diversos ramos, liderados pela indústria têxtil, arrefeceu, paulatinamente, a energia financeira dos incorporadores contumazes.

Ao cabo de sua obra, Astolfo Marques produziu um bom quadro das expectativas que povoavam o ânimo dos maranhenses naquela conjuntura finissecular e de profundas mudanças históricas processadas celeremente no seio daquela sociedade ciosa da preservação de um passado sem máculas nem retoques.

➔ José do Nascimento Moraes

Uma das obras que melhor explorou as entranhas de uma sociedade decadente, como a maranhense, entre o final do século XIX e o início do século XX, foi “Vencidos e Degenerados”, de José do Nascimento Moraes, publicada em 1915.

Apropriadamente subintitulada Romance (Crônica Maranhense), a obra constitui-se um dos mais ricos testemunhos das tensões que animavam o duelo entre tramas sociais enraizadas, signos da tradição, e aquelas emergentes, signos do porvir, num contexto prenhe de transformações dinâmicas em vários níveis da realidade inclusiva, a produzir “rachaduras solarescas e epigonismos provincianos”. (MACHADO, 1982, p 7).

Com efeito, como um dos expoentes da crônica maranhense, Moraes fixou uma página importante da ficção regional, que, como “*O Mulato*”, de Aluísio Azevedo, permite a percepção cristalina da natureza de vários dos processos ocorrentes na realidade de referência, no lapso temporal acima mencionado.

O cotidiano de São Luís, subsequente à abolição da escravidão, foi por ele mapeado anatomicamente, analisado sociologicamente e narrado com sagacidade e rigor dialético. Isso permitiu-lhe a montagem de um retrato multifacetado da vida ludovicense, no qual foram gravados com tinta naturalista, “suas querelas preconceituosas, seus tipos excêntricos e marcantes, suas historietas alforriadas do esquecimento pela minudência impressiva...” (MACHADO, 1982, p. 33), suas tensões sócio-culturais subjacentes, nuances da atmosfera abafadiça da decadência, reveladoras do desequilíbrio vigente em todo o corpo social tomado como objeto da narrativa. Enfim, nesse documento sociológico, forjado nas lides jornalísticas, onde atuava o autor com sensibilidade e disposição atávicas, avultavam elementos típicos de uma sociedade conservadora, mantida substancialmente nas fimbrias da

aparência, desenvolvendo elevadas taxas de preconceito decorrentes do enraizamento de idéias e práticas forjadas no passado escravocrata.

O tema central da obra é, pois, a abolição da escravidão e suas conseqüências no interior de uma sociedade visceralmente constituída e reproduzida sob o signo dessa instituição. A memória do cativeiro invadia e avassalava a consciência de todos os personagens de que se utilizou Moraes para, com eles (já que um deles), trafegar pelos meandros daquela sociedade periférica, pretensamente em dia com as últimas novidades do Velho Mundo, que, entrementes, produzia uma infinidade de sôtãos miseráveis e nauseabundos, onde vidas cruzadas, historicamente definidas, teimavam em resistir, mesmo que vencidos e degenerados pela crueza da batalha de que eram integrantes orgânicos.

O discurso da decadência material e moral do Maranhão, na conjuntura por ele descrita, ocupou posição de relevo no conjunto da obra. Está expresso em muitas passagens em que afloram primorosas imagens sintéticas da vida de São Luís naquele momento.

Assim, ao referir-se à relutância de indivíduos de pequenas posses em conceder alforria ao seu reduzido plantel de escravos, às vésperas da abolição, sentenciou: “esta pobreza fidalga daqui, já ia pegando a moda e não viria longe o dia em que os escravos, os próprios escravos, procurariam ter escravos”. (MORAES, 2000, p. 31).

Para ele, a abolição foi um golpe doloroso para os “pobres presumidos” que, almejando “pertencer à primeira sociedade [...], faziam economias, com prejuízo de alimentação, e ostentavam um pequeno cabedal em negros”, os quais “sofriam as mais ridículas vexações” impostas pelo “espírito pequenino dos seus senhores”, cujo deleite era ocupar-lhes “a todo instante com as coisas mais insignificantes” (MORAES, 2000, p. 37). Por isso, essa fração da sociedade foi descrita como vivenciando um quadro de desolação irreversível, em sérios apuros, haja vista ter-se acostumado a extrair de sua pequena escravaria todo o necessário para sua reprodução social.

Outra imagem. Comparando o rebuliço causado pelas festividades abolicionistas com o marasmo evidente no bairro comercial de São Luís - a Praia Grande -, Moraes destacou que ali não havia nenhum sinal “característico de vida própria e feliz, mas clara denúncia de decadência e estagnação de elementos essenciais à atividade do trabalho”. (MORAES, 2000, p. 54).

Desse modo, Moraes (2000, p. 57) identificou três categorias que movimentavam aquele agonizante universo de trabalho: alguns que trabalhavam por vaidade; outros por necessidade; e uns por fatuidade.

Quanto à primeira categoria, nela perfilavam-se os empregados no comércio e no funcionalismo público, quase sempre indivíduos arrogantes e pedantes, imitadores contumazes das idiossincrasias dos patrões. Geralmente pertenciam ou descendiam das antigas famílias do Estado.

A segunda categoria, por sua vez, era constituída de guarda-livros, empregados de escritórios, gerentes de grandes casas comerciais. Geralmente indivíduos de baixa extração social que, à custa de muitas privações e dedicação absoluta ao trabalho, acabavam por galgar posições compensadoras e postos importantes em sua profissão.

A terceira categoria era formada pelos proprietários de casas comerciais, diretores de banco, proprietários e capitalistas. Via de regra eram portugueses aqui chegados sob os auspícios de patrícios já radicados e em posição econômica confortável.

Uma das mais cadentes sínteses da visão do mundo com que Nascimento Moraes constituiu “Vencidos e Degenerados”, encontra-se nos diálogos travados entre os personagens João Olivier e Carlos Bento Pereira. Este, o mestre de várias gerações, derrotado pelas injunções políticas locais, vivendo miseravelmente. Aquele, um jovem intelectual, mestiço, guarda-livros de uma grande casa comercial, que conquistara um lugar no jornalismo indígena após vencer inumeráveis e inenarráveis dificuldades. O ex-aluno agora, por gratidão intelectual, amparava aquela referência viva e interlocutora de várias gerações.

Os diálogos referidos, decorrentes da apreciação de um planfeto produzido por Bento tinham, por temática a “*fase horrorosa, medonha*”, porque passava o Maranhão. Em resumo, asseveravam, para vencer aquela conjuntura,

os fatos exigirão que os homens façam da fraqueza força e que, abandonando a posição censurável em que até hoje têm mantido, procurarem enfim os que podem com energia e competência intelectual, e firmados em princípios morais, **reconstruir o templo arruinado**. (MOARES, 2000, p. 76, grifo nosso).

Na verdade, ambos viram esfumar-se as esperanças nutridas pelas idéias defendidas pelos próceres dos movimentos que culminaram no 13 de maio e no 15 de novembro; não ocorrera a renovação social almejada porque “não foram verdadeiros republicanos os que se apossaram do poder [...]”. (MOARES, 2000, p. 77).

Concordavam, todavia, que a partir de 13 de maio

começou o Maranhão a decair, [sobrevindo] a terrível e esmagadora opressão moral-social, que a mais e mais se estreita nesta terra destruindo energias, aniquilando vontades, esfacelando músculos. [Entretanto], a crise, ou melhor, esta tenebrosa fase que o Estado atravessa, fase de decadência moral, intelectual e

material, [resultava em grande parte do] indiferentismo esmagador dos homens da governança, pelos óbces que entravam as forças ativas de toda a coletividade e o desprezo que lhe votam, igual ao cuidado que egoisticamente se dispensam e aos amigos da grei, beneficiando-os. (MORAES, 2000, p. 79, 80,81).

Por outro lado, advogavam, a decadência refletia uma série de problemas historicamente localizados que conjugavam-se naquele momento. Por isso é que “O Estado a olhos nus definha: a exportação é uma miséria [...]. As fábricas foram a pior cafifa que nos podiam vir acagibar. Quanto capital empatado e brevemente perdido! [...] e as companhias [...] outras desgraças que nós temos”. (MOARES, 2000, p. 89).

Ademais, a decadência não podia ser creditada à sempre propalada falta de braços para a lavoura, pois eram eles compatíveis com a necessidade de então, mas “porque em grande parte não entendiam de lavoura e criação os que acudiam aos honrosos qualificativos de lavradores, agricultores e fazendeiros”, considerando que viviam do desfrute da riqueza amealhada a partir da atividade daquele que realmente aplicava ciência e arte na agropecuária: o feitor, verdadeiro consultor, administrador, confidente, amigo convencional e indispensável do senhor. (MOARES, 2000, p. 81-83).

A decadência poderia ser creditada, conforme preconizava Bento, finalizando a leitura de seu panfleto: à ausência de imigração estrangeira no Estado; ao exercício quase monopolístico do comércio pelos portugueses, secundados pelos sírios e turcos; ao controle exclusivo da administração pública “pelos descendentes de antigas famílias da província”, [estes] “frutos estarrecidos, minados pela canícula do clima tropical”, [que] “vegetam abaixo da mediocridade vadia”; a emigração espontânea ou forçada de intelectuais – “o sul está repleto de maranhenses ilustres, a Amazônia é um viveiro deles”; à deficiência da educação, em geral, e do ensino de artes e ofícios, em particular; os partidarismos exarcebados; à hipocrisia no trato das questões raciais, entre outros. (MOARES, 2000, p. 203-205).

Várias outras questões igualmente importantes foram tematizadas por Nascimento Moraes, no decurso de sua obra. Vale mencionar as fraturas expostas pelos desarranjos sociais advindos da proclamação da Abolição, que facultou foros de igualdade a indivíduos identificados historicamente em posições antípodas. A essa experiência de cada um dos personagens, num contexto rico de significações como esse, ganhou uma dimensão que vale como um retrato em preto e branco particular de cenas coletivas componentes do quadro mais geral do concerto social ludovicense e maranhense daquela época.

➔ Raimundo Lopes da Cunha

A ideologia da decadência também perpassou uma das mais importantes obras da messe neo-ateniense: *“O torrão maranhense”*, de Raimundo Lopes, publicada em 1916 (intitulada *“Uma região tropical”* em reedição de 1970).

A obra foi devidamente informada pelos conceitos cientificistas e positivistas operados por larga parcela dos intelectuais brasileiros envolvidos com as ingentes tarefas de construção de um Brasil moderno.

Tendo como objeto de estudo o fato regional, o torrão maranhense, Lopes visou analisá-lo cientificamente, conforme preconizava a *“moderna Geografia”*. Nesse sentido, embassou seu estudo a partir do conceito de *“Geografia do todo”*, entendendo ser aquele que melhor se adequava para realizar *“uma síntese total dos fenômenos do planeta”* – neste caso, os fenômenos próprios da realidade maranhense. Afinal, se as análises científicas praticamente excluíram o Maranhão de suas preocupações, quando abordavam *“as terras brasileiras”*, precisava o autor *“aplicar, na medida do possível, os princípios da Geografia moderna a este recanto do país”*. (LOPES, 1970, p. 1).

Construiu, pois, uma obra de caráter abrangente, direcionada a mapear as entranhas da terra das palmeiras em seus mais variados aspectos, baseando-se tanto nos progressos científicos conquistados pelo conhecimento geográfico até então, quanto nas contribuições de ponta de outros ramos do conhecimento, aplicáveis ao objetivo de constituir uma *“Geografia do todo”* para o caso do Maranhão.

Assim concebida, a obra foi estruturada de modo a permitir que fosse orgânico e produtor o diálogo entre a Geografia (pelos seus vários ramos) e todos aqueles campos do conhecimento cuja contribuição fosse possível identificar, avaliar e utilizar. Dessa maneira é que, para dar conta do *“meio físico”* regional, escorou-se o autor nos princípios e métodos da geografia física; quando tratou da *“vida”* natural, da flora e da fauna maranhenses, utilizou-se do arsenal teórico-metodológico da biogeografia; discutiu a *“formação humana”* timbira alicerçado nas conquistas inovadoras da geografia humana; e, por fim, concluiu sua síntese regional percorrendo sobre a *“geografia histórica”*, fazendo preceder um estudo *“paleogeográfico”* e *“geo-arqueológico”* da realidade maranhense.

Conforme resta antecipado, a obra de Lopes constituiu-se um capítulo particular da Geografia do Maranhão. Na verdade, deu cunho científico a um ramo do conhecimento praticado tradicionalmente por vários autores regionais, pois ultrapassou *“a rotina antiga*

baseada na repetição de pomposos conceitos científicos e sociais sem raízes bastantes na observação ou no raciocínio [...]” (LOPES, 1970, p. 4). Nesse sentido, procurou incessantemente realizar a operação metodológica que, fundada no “estudo comparativo das regiões e das culturas no tempo”, desse concretude à noção de síntese geográfica, aplicada ao caso regional. Estava ele convencido de que somente

a síntese geográfica procura as interdependências entre o ambiente, a vida geral e o homem. Isola os ‘elementos’ mesológicos, ‘grupa-os’ segundo as suas afinidades, procura, entre as ligações dos fatos, as mais profundas e fortes e, enfim, por toda uma série de raciocínio, chega ao conceito de ‘região’ ou de ‘zona’ mesológica. (LOPES, 1970, p. 92).

A marca indelével dessa obra foi a definição do conceito de região ou zona mesológica. Assim, se esta “é um ambiente”, ela configura-se como o domínio da variedade, é um “totum de fatos naturais, biológicos e sociais correlatos”, [é] “a expressão de um laço íntimo entre os mais diversos fenômenos, num dado trato de território” (LOPES, 1970, p. 93), que não permite a supervalorização de um dos seus aspectos constitutivos em detrimento dos demais.

Raciocinando com base nesse instrumental, Lopes (1970, p. 4) apontou o Maranhão, enquanto realidade geográfica, como assentado em “região transicional entre a Amazônia e o Sertão, [...] entre a baixada e o planalto, sob o ponto de vista do relevo, entre a mata e o sertão, do ponto de vista da flora”, e, do ponto de vista da “formação humana”, como incluída na “*zona do cabloco*”, utilizando-se de classificação perpetrada por Roquette Pinto.

Por outro lado, demarcou, pioneiramente, as zonas mesológicas maranhenses: os campos da baixada; o Maranhão oriental; a mata virgem; o baixo sertão; e o alto sertão, sublinhando que o Maranhão somente teria chances de vitória contra a decadência renitente quando promovesse o intercâmbio orgânico entre vários desses espaços regionais historicamente divorciados dos objetivos gerais da inserção maranhense em contextos mais amplos e dos objetivos específicos das relações regionais internas.

Lopes procedeu a uma “*síntese geográfica*” de cada uma das regiões apontadas, especialmente da Baixada (de onde era originário e onde pesquisou com maior intensidade), e definiu vários tipos regionais maranhenses:

o pescador ribeirinho, indolente, reflexo quase do selvagem; o vaqueiro, dos campos baixos, mais empreendedor, aventureiro; o lavrador rude, sóbrio; o sertanejo do Chapadão, ambiciosos e rude; [...] enfim, o sanluisense, tipo burguês, avesso a violências, grave, com um pouco de atividade mole do mulato, encarcerado na rotina funcionalista e comercial. (LOPES, 1970, p. 195).

O tipo étnico regional, por excelência, o ser maranhense, seria “um tipo médio”, produzido “através da história e do povoamento, pela gestação de uma sociedade a que falta toda unidade étnica”. (LOPES, 1970, p. 195-6).

Por isso, como resultante de um cadinho de influências,

o maranhense tem em alta escala um vício quase geral da nacionalidade: confundir iniciativa e anarquia, ordem e marasmo. A ação não lhe falta, e sim a continuidade dela; é tívio por vezes e desanima às dificuldades. A audácia dos aventureiros é-lhe tanto ou mais suspeita que o emperramento. Não tem a decisão marcial do pernambucano, nem a tenacidade do cearense. É contemporizador e quase eclético. (LOPES, 1970, p. 196).

Analisando essa entidade, o maranhense, sob o prisma intelectual, Lopes (1970, p. 196) sublinhou que nele “nota-se a facilidade de idealizar e aprender”. Mas, “as suas mais belas qualidades, a ‘tolerância’, e a ‘ordem’, ou melhor, a adaptabilidade, chegam a degenerar em defeitos”. Entretanto, “é incontestável que êstes ‘atenienses’ – permita-se o tradicional epíteto – têm, como os defeitos dos seus protótipos clássicos, uma tradição de cultura literária relativamente notável”, que os alça a “um lugar de destaque na formação intelectual nacional. Há uma qualidade suprema que nunca faltará ao cálamo maranhense: o colorido, a graça, e o valor da dicção”.

Com tais excepcionalidade, “sob o ponto de vista da criação estética e científica, tem dado exemplo de espírito crítico e seguro, e de força conceptiva e associativa”. Todavia, arroubos provincianos construíram imagens narcisistas cultivadas com esmero: “uma vontade de raça exagerou o valor desses dotes, conferindo à ‘terra das palmeiras’ uma preeminência que não se traduz em plena realidade”. Por fim, do ponto de vista moral e religiosos, “o filho do Maranhão tem bastante senso para não ser fanático; entre os nossos próprios sertanejos não se desenvolveram tendências místicas”. (LOPES, 1970, p. 196).

Em síntese, a respeito dos defeitos do maranhense, segundo Lopes (1970, p. 196), “o que se evidencia é que falta ao nosso tipo social muito de experiência econômica, de iniciativa, de audácia, de segurança de ação. Falta-nos sobretudo o que se pode chamar a ‘coesão dinâmica’, a ‘unidade ativa’”.

Essa definição multifacetada do ser maranhense concorreria, sobretudo, para o surgimento de um “*Maranhão renovado*”, porque “*nas suas metamorfoses históricas*” o que restava objetivamente era “um processus de demorada consolidação, sem o ritmo de um evoluir forte, orgânico”, responsável pela situação “dúbia, medíocre, estacionária”, vivenciada à época. (LOPES, 1970, p. 197).

Ao longo da obra, Lopes (1970, p. 197) foi construindo imagens da decadência material e moral do Estado, porém indicando providências de ordem científica eficientes para debelá-la. Trabalhava com a idéia de que tais providências, de viés reformista, alicerçariam a “geografia do futuro”, quando o progresso não se constituísse para nós um “problema de uma penosa fixagem e de uma lúdima reeducação”. (LOPES, 1970, p. 197).

A utilização da noção de “*Geografia do futuro*” permitia a Lopes (1970, p. 197),

idealizar a situação futura de um Maranhão renovado quando o centro da população se afastar mais para o interior, quando se chegar à cultura racional, ampla e intensiva da terra e se estabelecer um contacto mais efetivo entre os diversos tipos regionais disciplinados e desenvolvidos.

Aprofundando ainda mais a discussão sobre a decadência, Raimundo Lopes divergiu profundamente dos demais intelectuais que apontaram a abolição da escravidão (e o colorário de seqüelas decorrentes) como a principal responsável pela crise vivenciada pelo Maranhão. Para ele, a extinção do elemento servil provocou a derrocada de uma camada social determinada – a aristocracia agrícola – e não grassou para todo o corpo social. Provocou, isto sim, rachaduras solares e não hecatombes e catástrofes generalizadas.

Ao contrário, a abolição proporcionou, em última instância, um parcelamento do solo mais equânime ao facilitar “o evoluir da partilha das terras, pela substituição ‘efetiva’ mas ainda incompletamente ‘estabilizada’ das fazendas senhoriais pelas famílias de lavradores” (LOPES, 1970, p. 82). Provocou, portanto, “uma verdadeira renovação social, altamente benéfica em seu conjunto”, sentida daí adiante com maior ou menor intensidade. (LOPES, 1970, p. 193).

Efetivamente, a aristocracia agrícola foi quem mais sofreu os abalos da vitória do abolicionismo, perdendo importância ponderável no concerto social inclusivo. Assim,

à pujança dos orgulhosos açuriocratas da faixa vizinha dos campos baixos sucede a prosperidade dos pequenos lavradores, e da cultura algodoeira. A esta última se prende uma tentativa industrialista, uma quase mania das fábricas; ao mesmo tempo tenta-se, sem resultados definitivos, regenerar a indústria do açúcar. Apesar de tudo é o trabalho dos pequenos lavradores, ainda hoje, a base de vida econômica do Maranhão. (LOPES, 1970, p. 193-4).

Finalmente, Raimundo Lopes elaborou sua obra dialogando com os mais novos avanços do pensamento geográfico do seu tempo, utilizando-os para apreender em profundidade a realidade regional. Por outro lado, esteve sempre atento às contribuições das mais diversas ciências humanas, objetivando melhor explorar seu objeto de estudo – o

Maranhão. Desse modo, numa avaliação de conjunto, as análises por ele procedidas contaram com contribuições fundamentais de vários campos do conhecimento, dentre eles, a história, a etnologia, a arqueologia, a economia, a sociologia.

➔ Manuel Francisco Pacheco – Fran Paxeco

A contribuição de Fran Paxeco durante o interregno neo-ateniense foi, sem dúvida, exponencial. Ele representou simbolicamente o elo europeu aqui presente para reanimar energias combalidas. Em sua trajetória pela terra das palmeiras fundou uma obra ancilarmente ligada aos *“problemas maranhenses”*, cujo exemplar mais expressivo foi a *“Geografia do Maranhão”*, publicada em 1923, no contexto das comemorações da adesão do Maranhão à independência do Brasil.

Em realidade, essa obra resultou da incorporação de vários estudos ligeiros efetuados pelo autor, como ensaios prospectivos sobre a realidade regional, visando embasar, com informações seguras, a atividade consular, que lhe permitiu travar contatos duradouros, públicos e privados, com esta terra a que se ligou também pelo matrimônio.

Com a *“Geografia do Maranhão”*, Fran Paxeco objetivou marcar sua contribuição intelectual com uma macrovisão da trajetória maranhense. Por conseguinte, produziu um trabalho organizado em três partes (a física, a econômica e a administrativa), através das quais intentou elaborar um circunstanciado panorama das potencialidades regionais e das possibilidades de intervenção racional direcionadas à animação das forças produtivas estaduais, por ele diagnosticadas como carentes de providências capazes de extraí-las da letargia endêmica. Urgia, pois, atuar com vistas a reorientar o estado rumo a um porvir venturoso, animado pelo progresso.

O plano da obra foi concebido de modo a apresentar cada um dos aspectos em sua trajetória, linearmente, até 1922-3, quando foi ela concluída. Esse delineamento possibilitou a identificação da condição oscilante da trajetória da terra das palmeiras, ora debatendo-se em conjunturas de crise, ora *“pirapemando”*, isto é, nadando de lado, em espasmos de regeneração, geralmente animados por Idades de Ouro superavaliadas na generalidade.

No que tange à parte física, Paxeco produziu uma alentada descrição dos *aspectos estáticos* do Maranhão – da geologia e da hidrografia. A natureza teria sido pródiga ao dotar a terra gonçalvina com atributos insuperáveis para a promoção do bem estar da gente nela estabelecida. Faltava, pois, a adoção de políticas voltadas para estimular *“o seu desejável povoamento”*, bem distribuído pelas micro-regiões do Estado, extrapolando as tendências

históricas que conformaram, grosso modo, duas grandes realidades regionais (as zonas litorânea e sertaneja) ao dinamismo sócio-econômico maranhense.

Assim, consoante as condições físicas do Maranhão, deveria para ele ser estimulada a imigração estrangeira e nacional, “porque sem o concurso de correntes migratórias, se torna insuportável obter um progresso rápido e duradouro”. Para obter sucesso nessa empresa, bastaria “uma higiene assídua, quer na capital, quer no resto dos centros populosos”, para que o Maranhão se convertesse “num ponto de procura, oferecendo segurança profilática a todas as raças do mundo” (PAXECO, 1923, p. 16), pois a uberdade do solo, a qualidade do clima, a densidade hidrográfica, a regularidade orográfica, a diversidade da flora e da fauna, entre outros fatores, tudo indicava ser o Maranhão uma terra de promessa, situada estrategicamente na transição da Amazônia para o sertão, com elementos de ambos.

A seção econômica da obra deslinda a complexa teia de problemas que afetavam o desenvolvimento material do Maranhão. Um desses problemas, considerado de grande relevância, era a imigração. Ela foi historicamente quase nula no estado, ocorrendo espasmodicamente, sem fazer parte de uma política de atração deliberada, como as que foram adotadas por outros da federação. Por isso, numa avaliação de conjunto, pouco contribuíra para modificar relações sociais e de produção no meio maranhense.

No que concerne à lavoura, a monocultura de alguns poucos produtos – algodão, arroz e açúcar – efetuada com procedimentos e instrumentos técnicos primitivos não permitia a concorrência plena desses produtos com seus similares em mercados mais exigentes, a não ser em conjunturas excepcionais, geralmente fugazes.

Já a pecuária nunca tinha sido uma atividade econômica de peso ponderável na balança comercial maranhense. Sempre foi uma atividade subsidiária, atrelada às regiões mais dinâmicas dentro e fora do estado, razão pela qual tornava-se constante a drenagem de seus produtos para o comércio de estados circunvizinhos, legal ou ilegalmente.

Por outro lado, a riqueza da cobertura vegetal contrastava com a baixa participação dos produtos do extrativismo na economia regional, passando a ter melhor visibilidade a partir da emergência do babaçu, como produto de exportação.

A estrutura de transportes constituía-se um problema de difícil solução. As poucas estradas existentes mais pareciam caminhos e veredas (perigosas e intransitáveis na estação chuvosa, um estorvo para o livre trânsito de pessoas, animais e bens), funcionando, no máximo, como vias auxiliares das vias preferenciais para a circulação de riquezas: os rios.

Estes, desde o período colonial, foram praticamente as únicas vias de ligação entre o “interland” e a capital do estado, entre o litoral e o sertão, entre a lavoura e a pecuária. Nesse sentido, observava Paxeco (1923, p. 43), obstaculizavam a adoção da alternativa ferroviária, já que visceralmente arraigada a navegação fluvial no universo econômico regional. Desse modo, a deficiência das condições de navegabilidade nos rios e nas costas maranhenses, os fretes escorchantes e a emergência de estiagens nas nascentes dos rios pontificaram como obstáculos ao crescimento econômico estadual. Uma saída aventada seria a construção de um complexo ferroviário que, ligando São Luís a Teresina e Monção / Barra do Corda ao Tocantins, propiciaria contatos mais fecundos entre o litoral e o sertão e entre os vales dos principais rios, enredando as maiores zonas produtoras estaduais. Outra saída importante seria dar concretude física e viabilidade econômica à “*hipótese itaquista*”, isto é, equipar o Porto do Itaqui para funcionar como o principal porto maranhense, considerando as históricas deficiências técnicas do porto de São Luís.

Fran Paxeco (1923, p. 62) acreditava que “a revivescência desta unidade federativa [derivaria], visceralmente, de se enfrentarem e resolverem o problema dos transportes e o problema educativo”, pois o Maranhão, nesses ramos essenciais do progresso, declinou em demasia.

No que tange às instituições creditícias, Paxeco (1923, p. 94) sublinhou que elas passaram por um momento conturbado e sérios problemas de caixa após a abolição da escravidão, considerando que os tomadores de empréstimos habituais, os senhores de escravos, ficaram privados de saldar as anuidades pactuadas, com pontualidade, posto que não mais possuíam o escravo para garantir a caução contratada. A bancarrota de numerosos tomadores foi um dos motivos que levou à falência o Banco Hipotecário e Comercial do Maranhão, em 1920, um dos sustentáculos do crédito agrícola regional.

A respeito da dimensão administrativa, Fran Paxeco construiu um amplo quadro em perspectiva da trajetória estadual. Sua narrativa incidiu sobre: o nome do estado, a conformação limítrofe, a organização política, a estrutura judiciária, a organização eclesiástica, o devir municipal, as finanças, os efetivos militares, as questões educacionais, a vida institucional e a intelectualidade nativa. Enfim, produziu um mapeamento evolutivo da vida maranhense em geral.

Perseguido tais objetivos, o autor sancionou várias sínteses importantes, afirmando o discurso da decadência, percebido a respeito do cenário regional.

Para o caso da cidade de São Luís emitiu juízos ambíguos, nos quais estão presentes imagens veladas da decadência onipresente. Assim, tendo por cenário a conjuntura

de 1921, concluiu que a cidade “afasta-se do número das cidades retrógradas, conquanto se conserve estacionária. A natureza bafejou-a com prodigalidade. Não lhe minguou, por outro lado, os recursos monetários, alheios á pobreza ambiente”. (PAXECO, 1923, p. 537).

Quanto às demais cidades maranhenses, tomando de empréstimo trechos de relatório elaborado pelo geógrafo Antonio Dias, apesar de condenar os exageros de alguns juízos emitidos, Paxeco fez uma análise mais dura dessa realidade.

Dias afirmara que no Maranhão aquilo

a que se chama cidades, pomposamente, não representa mais do que pequenas aldeias decrepitas adormecidas, onde o homem se asfixia numa estagnação completa, deixando-se ir, tropicalmente, a mercê do tempo, passa as horas conversando, agachado num banco ou numa esquina, discutindo interesses da pátria. Não há indústria. Desponta apenas uma triste lavoura e desaparece insensivelmente a pecuária. (DIAS apud PAXECO, 1923, p. 461).

Assim Antonio Dias, um geógrafo nascido no sertão maranhense, se exagerou em sua avaliação do ambiente urbano do interior do estado foi por ter almejado buscar explicação para o marasmo envolvente de potenciais pontos de reanimação regional. O exagero talvez fosse uma estratégia discursiva para chamar a atenção para a angústia que o acometia ao transitar por cidades onde houvera dinamismo em outros tempos e agora patinavam numa pasmaceira quase sem saída.

Paxeco provavelmente não compreendeu a ênfase dada por Dias ao estado de desânimo que grassava pelo estado do Maranhão, a partir da Capital. É que cada qual interpretou a situação tomando como referência um dos pólos: Paxeco entendia o “interland” maranhense como um espaço ritmado pelos ventos modernizantes soprados do litoral, desde a capital; Dias, ao contrário, acreditava ter o interior maranhense potencial suficiente para extrair o Maranhão da letargia contagiosa em que se debatia.

Na síntese relativa à problemática da educação maranhense, Fran Paxeco era francamente favorável a que fossem tomadas medidas visando a instalação de escolas nas quais fosse estimulado o ensino vocacional – “onde o tirocínio predomine sobre a farfalhice livresca” – em todos os pontos possíveis do estado, pois, a continuar como seguia a educação estadual, não cumpria ela a seus objetivos mais profundos.

TABELA 1 – Perfil escolar do Maranhão em 1907

ESCOLAS		PROFESSORES	ALUNOS	
NATUREZA	QUANTIDADE		INSCRITOS	CONCLUINTES
Federais	2	7	93	19
Estaduais	143	187	8.360	124
Municipais	54	63	2.554	71
Particulares	60	88	3.097	46
TOTAL	259	345	14.404	260

Fonte: PAXECO, Fran. Geografia do Maranhão. São Luís: Typogravura Teixeira, 1923, p. 608-609.

TABELA 2 – Cursos existentes no Maranhão em 1907

ESCOLA		DOCENTES	ALUNOS		SEXO	
CATEGORIA	QUANTIDADE		INSCRITOS	CONCLUINTES	M	F
Profissionais	4	24	259	14	-	-
Secundários	11	42	643	1	-	-
Primários	246	279	13.202	245	-	-
TOTAL	261	145	14.104	260	104	156

Fonte: PAXECO, Fran. Id. Ibid.

As conclusões de Paxeco sobre a educação maranhense derivavam de utilização dos números constantes de relatório produzido pela Diretoria Geral de Estatística, em 1907, por nós sistematizados nos quadros antecedentes. Desse modo, considerando a natureza das escolas, a categoria dos cursos e o movimento docente e discente, o autor concluía:

Impressiona dolorosamente a toada, que retine durante mais de um terço de século: quatro escolas por dez mil habitantes. Nesses trinta e cinco anos, ao que parece, descuroou-se muito o sério problema pedagógico. Onde a causa do retardo? Na inópia do ensino universitário, e na pobreza técnica do instituto de mestres nocionais. (PAXECO, 1923, p. 609).

Esse modelo educacional formava, inclusive, alunos divorciados da experiência prática. Destarte, alertava o autor, “desola que os alunos maranhenses terminam os cursos sem nunca ter posto os olhos, ao menos, numa fábrica em movimento, havendo tantas adentro dos muros citadinos”. (PAXECO, 1923, p.539).

Assim configurado o panorama educacional gonçalvino, carecia ele “de um vigoroso e metódico impulso, tanto dogmático ou secundário, como primário ou nocional”

(PAXECO, 1923, p. 631), que deveria traduzir-se na valorização do trabalho agrário e do trabalho educacional e não torná-los excludentes. Nessa perspectiva, não deveriam soar, para muitos, como iniciativas bizarras as tentativas de criação, em 1922, de uma escola de Farmácia e de outra de Belas Artes, visto que “uma pretende preencher um claro inverossímil na cultura da Atenas, outra visa a satisfazer uma necessidade iniludível da vida prática”. (PAXECO, 1923, p. 633).

Para Fran Paxeco, Luís Domíngues foi um dos poucos governantes maranhenses atento aos problemas educacionais de sua terra. Teria ele promovido uma gerência eficiente nessa área, quando criou várias escolas (dotando-as com os recursos humanos e materiais necessários) e cadeiras no Liceu e na Escola Normal, cujos edifícios foram reformados, tratou da remuneração docente e estabeleceu a Inspetoria Geral de Ensino. Sugeriu ainda a criação de uma Escola de Pedagogia, tomando por base a estrutura curricular da Escola Normal, para atuar como “A oficina dos futuros mestres de noções” (PAXECO, 1923, p. 617). Essa escola, as demais projetadas e as existentes funcionariam como incentivadoras de outras que pudessem surgir, especializadas em outros ramos de atividade.

A atividade desse governante teria produzido um clima alvissareiro, em que “as próprias festas cívicas, ao impulso de sua presença insinuante e sugestiva, reanimaram-se devéras, acalorando-se”. Na percepção do autor, “o Maranhão sentia-se renascer do marasmo em que o mergulharam os escombros do treze de maio” (PAXECO, 1923, p. 610). Entretanto, tudo não passava de tentativas de interferência mais aguda na realidade combalida, não alcançando, pois, as raízes mais profundas dos problemas supervenientes. Perdurava, isto sim, um sistema de ensino deficiente, decadente e fragmentário, visível apenas na capital e em algumas poucas cidades interioranas, no resto do estado “a população é analfabeta”, porque “o Maranhão distanciou-se” da “fase de altos estudos” (PAXECO, 1923, p. 634), vivenciada em tempos imperiais, quando era ponderável o número de grandes e abnegados mestres, verdadeiros guardiães “das nossas tradições mentais e patrióticas”. (PAXECO, 1923, p. 659).

Por fim, Fran Paxeco acreditava plenamente na recuperação da vida produtiva do Maranhão, no momento mesmo em que “as manifestações mentais deste momento atônito escasseiam” (PAXECO, 1923, p. 738), após vários “anos perdidos em projetos inexequíveis” (PAXECO, 1923, p. 729). Para tanto, concitava a todos para debelar a letargia reinante:

venham braços, capitais, espíritos empreendedores. Congreguem-se, para um desiderato coletivo, os organismos corporativos [...], arregimentem-se as classes que se disseminam, sem bússola, cidades, vilas e brenhas em fora, e estas parajens

de privilégio, quais a Fênix da fabula, ressurgirão do letargo a que se condenaram. Os 53.000 moradores da comuna mater, como os 875.000 do estado inteiro, num rebote às suas energias integrais, porfiosas, e não a frações de vontades, nem a um ‘caos de realizações’, devem compreender que soou a hora de se restituir à consciência de que, imersos numa longa atonia, se destruíram. Siga-se a divina audaciosa do autêntico César: - Alea jacta est!. (PAXECO, 1923, p. 730).

Da convocação enfática de Paxeco restou evidente sua profissão de fé iluminista, disseminada em toda a obra, pela qual urgia que fossem sistematizadas “as energias esparsas” e lhes imprimisse “o espírito de conjunto e o de seqüência em todas as coisas” ((PAXECO, 1923, p. 634), “encorajando-as com denodo, a passo firme e pertinaz” (PAXECO, 1923, p. 739), em direção à “renascença mental do moderno Maranhão” ((PAXECO, 1923, p. 663). A redenção do Maranhão, o “desiderato coletivo” perseguido por todos, cada qual a seu modo, configurava-se.

De modo geral, os operários da saudade problematizaram a decadência em suas obras objetivando apontar soluções para os impasses e tensões que calavam fundo na vida maranhense. Nesse sentido, uma característica da obra desses intelectuais foi a definição do referente Maranhão como objeto privilegiado de análise. Essa postura, os distingue de seus pares de gerações anteriores, como discute-se adiante.

CAPÍTULO 2 - POR NUMES NOSSOS AVÓS – O ITINERÁRIO ATENIENSE

2.1 O tempo de Péricles

Se o discurso da decadência constitui-se uma permanência resistente nas representações produzidas sobre a realidade maranhense, nos últimos dois séculos da trajetória regional, outra permanência igualmente potente e prevalente, que, desde cerca da metade do século XIX, vem modelando os esquemas explicativos dos intelectuais envolvidos com a problematização de questões pertinentes à terra timbira, diz respeito à constituição do mito da Atenas Brasileira, o distintivo da Idade do Ouro da história cultural maranhense.

Efetivamente, esse semióforo, essa ficção orientadora, incrustou-se profundamente no imaginário social maranhense, referendando as práticas sociais, políticas, econômicas e culturais dos mais díspares sujeitos participantes do devir histórico do torrão gonçalvino. Ao enunciarem seus discursos, tais sujeitos pontuaram a importância desse distintivo do ser maranhense no conjunto da população brasileira.

Foram instituidores dessa referência singular, os filhos da elite local, enriquecida nos estertores do período colonial, aproveitando-se dos reflexos positivos da política pombalina, desencadeada a partir da metade do século XVIII.

Com efeito, a ativação econômica experimentada pelo Maranhão na conjuntura indicada propiciou um franco progresso de sua lavoura e de seu comércio, inserindo-o definitivamente nas engrenagens do capitalismo internacional. Esse dinamismo traduziu-se, como menciona Meireles (1980, p. 293),

No enriquecimento material e no aprimoramento intelectual da sociedade, e culminária, já no Império, no surgimento de uma elite fundiária e de uma nobreza rural que concederiam à então província uma posição de primeiro plano no cenário nacional, não só no campo econômico, como no político e no cultural.

Nesse contexto, os grandes potentados da província permitiam-se tanto “copiar os costumes europeus” (SPIX; MARTIUS, 1981, p. 217) quanto “mandar seus filhos a estudar na Europa, principalmente em Coimbra, mas não raro na França e na Alemanha, de onde voltariam bacharéis e doutores em leis, filosofia, medicina e matemática”. (MEIRELES, 1980, p. 299).

Tanto seus filhos quanto suas filhas, uma vez de volta à terra natal, procedentes do circuito europeu, interagiam com os hábitos aristocráticos da colônia inglesa aqui radicada e tinham à sua disposição um considerável, variado e sofisticado, conjunto de produtos procedentes do comércio francês, principalmente, e de outras praças do velho mundo.

Vivendo no fausto, a usufruir da riqueza amealhada nos momentos de maior dinamismo da economia provincial, os membros da camada social dominante maranhense experimentavam um estilo de vida refinada e possuíam “um grau de conhecimento intelectual e moral comparável ao de patrícios das maiores cidades do Império” (KIDDER, 1980, p. 169).

Desse modo, foram sendo criadas condições favoráveis ao “surgimento de um núcleo intelectual”, atuante no meio nativo, “bem a gosto e feitio do romantismo literário que, justamente a essa época, atravessava o Atlântico e entrava a fazer prosélitos nas literaturas incipientes do Novo Mundo” (MEIRELES, 1980, p. 299).

À maioria formada na Europa, via de regra na tradição coimbrã, pontificaram, após à emancipação política do Brasil, tanto aqueles que obtiveram graduação superior na Faculdade de Direito de Olinda / Recife, a nova Coimbra para os estudantes nortistas, quanto autodidatas gestados no interior desse cada vez mais refinado ambiente humanístico que as camadas sociais aquinhoadas da província se esmeravam por nutrir num patamar de singularidade em relação aos seus correspondentes brasileiros.

Formadores de uma elite intelectual de expressiva importância para a definição das vigas-mestras do Estado Nacional emergente, os integrantes dessa plêiade de humanistas constituíram o literariamente denominado Grupo Maranhense de Literatura Nacional e foram os responsáveis pela instituição da Atenas Brasileira, um epíteto catalizador e consagrador da singularidade maranhense, doravante objeto de reverência e de referência pelas gerações posteriores. Teriam sido eles, conforme observou um dos seus editores, um rebento mental típico do Maranhão algodoeiro e rizicultor. (FRIAS, 1978, p. 5).

Tais intelectuais, com interferência em vários campos e áreas de conhecimento – biográficos, editores, historiadores, jornalistas, poetas, professores, publicistas, tradutores, entre outros (MORAES, 1997, p. 86) –, legaram às gerações sucessoras um patrimônio cultural invejável e zelosamente cultivado pelos seus conterrâneos, cristalizado no “caráter totêmico da Atenas Brasileira”, que, “enquanto manifestação ideológica, espalhou-se na estrutura social da comunidade maranhense”, dissimulando “a divisão concreta e efetiva da sociedade, principalmente de senhores e escravos: divisão econômica, política e até mesmo, jurídica”. (CORREA, 1993, p. 112-113).

Essa elite maranhense foi cultivada na estufa da escravidão. Tal como o mito ateniense, instituído pelos seus intelectuais, ainda hoje atesta sua pujança o patrimônio edificado portentoso observável nas cidades mais antigas, especialmente em São Luís (patrimônio cultural da humanidade) e em Alcântara. Patrimônio em preto e branco fundado imageticamente sob o império dos três ases dominantes da economia local, respectivamente o algodão, o arroz e o açúcar. Três produtos brancos, como as camadas sociais dominantes, obtidos a partir da exploração compulsória da mão-de-obra negra. A riqueza auferida nesses termos foi, em grande parte, imobilizada em numerosos e refinados sobrados e mirantes que pontificam na seção mais antiga da capital gonçalvina. Estes, foram concebidos arquitetonicamente de modo que sua construção privilegiasse materiais abundantes na região: a pedra jacaré (preta) e a cal (branca). Neles abrigavam-se em espaços distintos os senhores brancos e os escravos negros, estes os seus efetivos construtores sob a direção técnica do engenheiro branco.

A repercussão nacional do Grupo Maranhense foi objeto de estudo de um dos maiores críticos literários brasileiros, que lhe destacou qualidades ponderáveis ao proceder uma avaliação comparativa entre a produção intelectual desse grupo e a da primeira geração romântica sediada no Rio de Janeiro. Para Veríssimo, a análise crítica dos dois grupos pendia favorável para o lado maranhense, pois

o que o situa e distingue na nossa literatura e o sobreleva a essa mesma geração é a sua mais clara inteligência literária, a sua maior largueza espiritual. Os maranhenses não têm os blocos devotos, a ostentação patriótica, a afetação moralizante do grupo fluminense, e geralmente escreve melhor que este. (VERÍSSIMO, 1963, p. 195),

Mas, afinal, quem eram esses prógonos, instituidores da Atenas Brasileira? O que pensavam e como marcaram sua intervenção no contexto sócio-cultural e político regional e nacional em que desenvolveram sua atuação?

Em termos nominais, perduram inolvidáveis, desde então, no imaginário maranhense figuras como Odorico Mendes, Sotero dos Reis, João Lisboa, Gomes de Sousa e Gonçalves Dias. Esse quinteto figura em qualquer obra cujo objetivo for deslindar a história 3cultural do estado; foram eles os prógonos referenciais do Panteão Maranhense, projetados à visibilidade nacional, quer pela atuação política, quer pela contribuição às letras ou às ciências pátria. Todavia, ao desempenho desses luminares deve ser associado o papel secundário (mas fundamental) de um expressivo número de epígonos, cuja atuação, via de regra, limitada aos escaninhos da vida provinciana, consolidava a projeção auferida pelos expoentes e os animava

a seguir-lhes os passos. Prógonos e epígonos gestaram, pois, uma obra grandiosa, e seminal, “explorando, com maestria e fulgor, quase todos os variadíssimos departamentos da produção mental” (LOBO, 1970, p. 13), porém nem todos direcionaram seus estudos para aspectos da ou para a totalidade regional.

Com efeito, a apreciação analítica da produção intelectual do Grupo Maranhense permite constatar a diversidade das preocupações dos integrantes dessa constelação de luminares. Num esforço de síntese, é possível considerar que a marca distintiva “*dos atenienses de primeiro grau*”, tomando-se por base sua

Interferência na realidade concreta, consistiu na crítica intelectual da organização da sociedade com a pretensão de reordená-la, através da submissão moralista dos costumes sociais estabelecidos – econômicos, políticos e ideológicos, aos princípios esclarecidos da convivência humana, originários da Antigüidade Clássica e da Revolução Francesa. (CORREA, 1993, p. 151).

Considerando o caso de Manoel Odorico Mendes, foi ele um humanista por excelência, tradutor de obras de Homero e de Virgílio, bacharel em Filosofia, publicista, parlamentar e poeta. Como tradutor e poeta – um dos últimos árcades e um dos primeiros românticos, na avaliação de Meireles (1958, p. 13) –, Odorico Mendes legou uma obra marcadamente atrelada ao exame da cultura clássica, praticamente destituída de referências sobre o Maranhão. Neste último sentido, sua contribuição mais afetiva ficou registrada no parlamento e no jornalismo doutrinário, por ele exercitado com o respaldo de uma das inteligências mais agudas do seu tempo.

Por seu turno, Francisco Sotero dos Reis – autodidata, publicista, poeta, filósofo, parlamentar, filólogo, jornalista e professor de várias gerações, inclusive de João Lisboa – deu lume a uma obra estritamente vinculada a assuntos filológicos; suas incursões temáticas sobre a realidade regional também decorreram das atividades parlamentares e jornalísticas desempenhadas num contexto de lutas políticas acirradas e instituintes do jovem Estado Nacional e de uma província inicialmente refratária às proposições separatistas do Brasil.

João Francisco Lisboa é considerado o autor mais profundo, mais penetrante, e um dos mais destacados intelectuais do Grupo Maranhense e de sua época. Foi advogado, orador, prosador, jornalista e historiador. Autodidata, Lisboa firmou-se como um “intérprete renovado da história, jornalista doutrinário e o maior moralista político brasileiro”. (CORREA, 1993, p. 126).

Sua obra historiográfica incidiu diretamente sobre problemas e questões pertinentes ao fato regional, a aspectos da realidade timbira, enredando-o numa continuidade

de “relatores da memória histórica antepassada e contemporânea, de contribuição definitiva à reconstrução sociológica da sociedade maranhense”, tais como Berredo, Gaioso, Bettendorf, Vieira, Paula Ribeiro, entre outros, considerando o primeiro caso, e César Marques, Henriques Leal e Vieira da Silva, no segundo caso, estes integrantes de “uma trindade compacta que organizou e elaborou reflexões sobre o material histórico do Maranhão e dos maranhenses”. (CORREA, 1993, p. 125).

Aliás, Correa (1993, p. 125) admite que, a despeito de “condicionamentos estruturais” identificáveis no conjunto da produção desses três prógonos do panteão ateniense, “não há como se escrever a história das ideologias políticas no Brasil, sem recorrência aos discursos parlamentares e ao jornalismo doutrinário de João Lisboa, Sotero dos Reis e Odorico Mendes”, posto que, no caso específico de João Lisboa, por suas posturas e suas contribuições intelectuais, “por virtudes de pensamento e de forma não envelhecem e ficam contemporâneas de todas as eras”, conforme avaliação de Veríssimo (1963, p. 177).

Outra celebridade, seguramente a de maior visibilidade do Grupo Maranhense, foi Antonio Gonçalves Dias Bacharel em Direito e Filosofia, etnógrafo, dramaturgo, historiador e poeta maior da nacionalidade, ao “contribuir de maneira decisiva, em companhia de José de Alencar, para que a literatura brasileira tivesse por material criativo o Brasil e os brasileiros” (CORREA, 1993, p. 126), sua obra o elevou à condição de “purista da língua” e definidor das “primeiras características do romantismo na poética indigenista” (MEIRELES, 1980, p. 300). Ainda em vida tornou-se “a expressão literária mais refinada do romantismo nacional, resumindo o artesanato da linguagem, a consciência temática e a originalidade da expressão criadora” (CORREA, 1993, p. 126). Sem embargo, na antecipada sentença de Veríssimo (1967, p. 165), foi o “primeiro grande poeta do Brasil”, pela inspiração privilegiada, pela profunda educação estilística, pela erudição notável, manejadas por esse lídimo representante da mestiçagem brasileira.

Outro ícone do quinteto ateniense primacial foi Joaquim Gomes de Sousa – doutor em Ciências Físicas e Matemáticas (precocemente aos 20 anos) e em Medicina, astrônomo e pensador. Dotado de inteligência exuberante, ainda muito jovem conseguiu galgar posições de relevo nas carreiras que abraçou. Sua obra repercutia as inquietações científicas em que se envolveu com versatilidade e profundidade, elevando-o ao patamar de gênio pelos seus contemporâneos. A morte prematura aos 34 anos não arrefeceu a admiração conquistada por essa figura notável, cuja avaliação coeva e ulterior atingiu índices invejáveis. Forma, desde então, no seio da constelação ateniense como um dos mais fecundos e importantes intelectuais brasileiros.

No Grupo Maranhense perfilaram-se ainda numerosos epígonos vinculados aos mais diversos campos da criação cultural. Não há como não mencionar a intervenção dos poetas campestres, dos jornalistas, envolvidos com a produção e com a publicidade de obra variegada, filólogos, oradores, dramaturgos, musicistas, críticos e editores. Destes, três foram os responsáveis pela divulgação da produção intelectual realizada: José Maria Correia de Frias, Belarmino de Matos e Antonio Henriques Leal. Este, foi cognominado o Plutarco Maranhense, por ter desenvolvido intensa atividade de biógrafo e publicista e historiador literário de seus contemporâneos. Editando as “*Obras Completas*” de João Lisboa e de Gonçalves Dias e os quatro tomos do “*Panteon Maranhense*”, contendo as biografias póstumas de 19 intelectuais regionais, pretendeu fundar uma “*Monumenta*” maranhense e legou expressivo material documental para o conhecimento de aspectos relevantes dos intelectuais e do ambiente vivenciado pelo Grupo Maranhense.

A atividade editorial por ele desenvolvida extrapolou as fronteiras regionais, tornando conhecida a excelência do produto mental maranhense.

O ambiente cultural contemporâneo à atividade de prógonos e epígonos do Grupo Maranhense caracterizava-se por um dinamismo evidente, indicado: pelo florescimento de várias sociedades recreativas e literárias; pela recorrência de palestras e conferências literárias, políticas e científicas; pela publicação intensiva de obras nativas e de outras províncias; pelo brilho em que se revestiam as festas tradicionais; pelas aceras disputas jornalísticas; pelo crescente número de obras comercializadas; pelas livrarias existentes; pela atividade tipográfica constante; pelo expressivo número de periódicos fundados.

Subsidiados pelo senhoriato, pelo compadrio ou pela parentela, esses intelectuais somente se ausentaram das entranhas provinciais para o cumprimento de atividades ditadas pelos seus dotes profissionais ou por injunções políticas supervenientes. De qualquer modo, esse foi um dilema que ganhou dimensão importante entre as preocupações desses intelectuais. Nem sempre o meio inclusivo oferecia os elementos necessários à construção de uma carreira sólida; por conseguinte, afastar-se dele em direção a centro urbano mais dinâmico, onde fosse possível realizá-la em melhores condições, foi a decisão tomada por muitos desses atenienses primordiais.

O termo, “*o canto de cisne*” dessa “brilhante geração literária que, em meados do século findo [XIX], no Maranhão viveu e trabalhou” (LOBO, 1970, p. 13), foi o encerramento das atividades do Semanário Maranhense (1867-1868), periódico onde atuava boa parcela dos intelectuais referidos.

Desde então, coincidindo com o agravamento da crise da economia algodoeira, com o crescimento do tráfico interprovincial de escravos e com a emigração cada vez mais adensada de intelectuais para o centro-sul do país, começou a ser percebida com maior evidência a situação periclitante porque passava a província. Situação essa que permitiu o enigmático juízo crítico de Veríssimo (1967, p. 170): “Console-se o Maranhão, também à Atenas, que lhe deram por antonomástico, nunca jamais lhe voltou o tempo de Péricles”. Com efeito, os padrões tradicionais de reprodução da sociedade maranhense não mais voltaram a ocorrer em níveis tais como os experimentados até por volta de meados do século XIX.

2.2 Peregrinas quimeras... em aladas paragens

Eis um distintivo característico dos herdeiros diretos dos prógonos atenienses. Com efeito, a segunda geração de intelectuais atenienses, disposta no lapso temporal que vai da década de sessenta (1868) à década de noventa (1894) do século XIX, corresponderia – aceitando-se o paralelismo isocrônico sugerido por Meireles (1980, p. 353-354), da vigência de ciclos econômicos concomitantes a, ou motivadores de, ciclos culturais maranhenses – ao ciclo do açúcar, em contraposição ao Grupo Maranhense, que teria atuado sob o influxo benfazejo do ciclo algodoeiro/rizícola.

Esse grupo de intelectuais distinguiu-se em vários aspectos dos seus pares pertencentes à matriz romântica do Grupo Maranhense, tanto pelo modo como fundou sua produção quanto pela maneira com que pontuou sua inserção nos domínios literários, políticos e sociais.

Eram representantes de uma nova época e expressavam o cadinho de novas idéias que proliferavam mundo afora. Atuavam sob a chancela dos “ideais da evolução, progresso e desenvolvimento” contidos nos “estudos biológicos e sociológicos de Darwin, Comte e Spencer” e nas “teorias mecanicistas de que Haikel seria expoente máximo”, indicativos de que eles reformularam “fundamentalmente a escala de seus valores”, adotando, por conseguinte, posturas em dia com os postulados que informavam o “materialismo científico, o evolucionismo, o liberalismo, o determinismo, o positivismo, o contra-espiritualismo, a laicização, o anticlericalismo, o livre-pensamento, o naturalismo”. (MORAES, 1977, p. 151-152).

Grande parte deles cumpriu o roteiro recifense de formação acadêmica, onde o fervilhante clima de discussão de idéias indicava-lhes parâmetros novos para deslindar

problemas e questões regionais. Outros, com o mesmo objetivo, colaram grau no Rio de Janeiro e na Bahia, alguns o fizeram no exterior. Desse modo, como

conhecedores de características particulares [da província], trilharam os caminhos de uma intervenção na realidade concreta de inegável diferenciação, transparecendo uma faculdade propositora de alternativas mais distanciadas de reordenação social, como consequência do exercício da vontade de intelectual, [expressa na] cobertura das mais variadas exigências, como a evolução do teatro, a renovação do romance, a iniciação dos estudos do folclore, a continuidade e o futurismo poéticos e, até mesmo, a doutrinação política. (CORREA, 1993, p. 151-152).

Essa segunda geração de atenienses, experimentando ainda o convívio vitalizador e reverente de alguns representantes do Grupo Ateniense, como César Marques, Sousândrade ou Cândido Mendes, e conhecedora dos cenários particulares e das vicissitudes da ambiência provincial, e, ainda, ciente dos processos mais profundos definidores do deslocamento do eixo da consagração de carreiras políticas, acadêmicas, literárias e artísticas para o dinâmico centro-sul, aprofundou a tendência emigratória de intelectuais regionais para essa região, especialmente para o Rio de Janeiro, a capital nacional.

Um outro itinerário a fazer parte das cogitações desses intelectuais foi a Amazônia, à época uma região que começava a ganhar dinamismo a partir da extração da borracha. Belém e Manaus abrigaram uma boa parcela desses emigrados, que buscavam, em “aladas paragens”, refrigério para “sonhos erradios” e “peregrinas quimeras”. (FONTOURA, Adelino apud MEIRELES, 1958, p. 79).

Boa parcela dos emigrados era constituída pelos “*desviantes renovadores*”, isto é, por aqueles cuja atuação, no limite, pelo modo como fundavam-na, incomodava interesses dominantes tonificadores do meio inclusivo ou incomodava mesmo aos próprios autores, em face da indiferença tumular devotada a alguns dos produtos de sua atividade mental. De qualquer modo, esse processo ganhou força, conforme destaca Meireles (1980, p. 354),

quando a província, com larga projeção política no cenário nacional, não mais se satisfaz com o ter, em sua capital, um ‘grupo’ romancista, embora com larga irradiação além das fronteiras regionais, e exporta os seus valores intelectuais, ainda incipientes, para que, na Corte, se façam e se firmem como nomes nacionais, apenas nascidos no Maranhão.

Em verdade, a atuação dos atenienses da segunda floração quedava comprometida pela sensação de desconforto reinante no terreno movediço regional sob seus pés, em face da detecção de sinais de decadência no tecido sócio-econômico da realidade maranhense, traduzida, entre outros: pelo definhamento de padrões de prosperidade e de crescimento

econômico; pelas incertezas de cenários políticos delineados; enfim, pelo declínio do ambiente de agitação cultural, motivado pelo desfalque corriqueiro de membros da elite intelectual local, por morte ou por emigração.

Em virtude das condições adversas do meio para a potencialização de projetos intelectuais mais consistentes, aos emigrados competia “confirmar lá fora, pessoalmente, a fama de Atenas Brasileira, levando-a quiçá mais longe” (MEIRELES, 1955. p. 120), e de lá evocar saudosamente as tradições e as excelências

da terra amada e longínqua, província farta que é um celeiro e um Parnaso onde, com a mesma exuberância, pullulam o arroz e o gênio: terra de algodão e de odes donde, com ingrata indiferença, emigram os fardos para os teares da América e os vates para a Rua do Ouvidor; terra das lyricas, terra das palmas verdes, terra dos sabiás canoros”. (COELHO NETO, 1913, p. 8).

Aos emigrados, a distância maximizava a saudade ou redimensionava os ressentimentos. Artur Azevedo, no auge do sucesso literário, em evento organizado para receber, na capital federal, a Benedito Leite, expressou em soneto as saudades da terra-berço: “Embora a sorte de voltar me prive / ao Maranhão, a todo instante vejo, / como se lhe pisasse o benfazejo / solo saudoso onde meu berço tive” (VIVEIROS, 1957, p. 250).

Coelho Neto (1913, p. 9), representando ficcionalmente Aluísio Azevedo, através do personagem Ruy Vaz (uma promessa literária), atribuiu-lhe um misto de saudade e ressentimento do torrão natal no decurso de diálogo travado entre esse personagem e um seu admirador. Envolto em pensamentos, Ruy Vaz respondeu a um questionamento do interlocutor: “Na minha terra. Enfim... que hei de fazer se o coração entende que, apesar de tudo, hei de ter saudades dela”. Esse maroto “apesar de tudo”, seguramente, traduzia o ressentimento do “guerreiro sangrado” ante aqueles que obrigavam-no a procurar, em solo estrangeiro, abrigo para suas inquietações intelectuais pensadas para consumo comunitário, mas, por isso mesmo, desconfortáveis para a mentalidade conservadora daquela sociedade enquistada em suas antigas e tradicionais “usanças”.

A perseguição ao objetivo de transformarem-se em intelectuais de amplitude nacional carrou para outras plagas nomes com Teófilo Dias, Artur e Aluísio Azevedo, Raimundo Correia, Álvaro Sá Viana, Nina Rodrigues, Catulo da Paixão Cearense, Coelho Neto, Graça Aranha e outros, que do centro-sul estimulavam e garantiam a reverência ao mito ateniense, de que eram os fiéis depositários. Outros como Euclides de Faria, Eduardo Ribeiro, Pacífico Bessa, Marcelino Barata, entre muitos, elegeram as maiores cidades da Amazônia, tanto para fugir de agruras regionais, quanto para exercer seus dotes profissionais ou mesmo

para extrair a seiva econômica necessária para sustentar suas “*peregrinas quimeras*” e seu ambiente familiar.

Entrementes, por motivações atávicas ou por falta de oportunidades, muitos intelectuais dessa geração não trilharam esses itinerários sulcados sem parcimônia por seus pares provincianos.

Permaneceram na província, entre outros, bacharéis, médicos, engenheiros autodidatas, entre outros profissionais, nela erigindo uma obra enraizada nas, e em sintonia com, as tendências científicas, literárias e artísticas em voga no Brasil e no exterior.

Uma característica dessa obra foi a ampliação da discussão dos mais variados aspectos do fato regional. O referente Maranhão passou a fazer parte das cogitações intelectuais desses epígonos com maior constância, propiciando o aparecimento de um conjunto de obras relativamente integrado, principalmente a partir da última década do século XIX, quando foram secundados por um expressivo número de jovens neo-atenienses, de quem foram os preceptores e os elos de ligação com os prógonos atenienses.

Nesse sentido, assumiram posição de relevo e conduziram o cenário cultural maranhense, entre outros, nomes como Celso Magalhães, Ribeiro do Amaral, Manuel de Béthencourt, Barbosa de Godóis, Almir Nina e Justo Jansen.

Portanto, a história cultural do Maranhão resultará desfalcada se não considerar as contribuições pioneiras de Celso Magalhães no que concerne aos estudos sobre o folclore e sobre a poesia popular brasileira. Por outro lado, foi ele um exigente crítico dos costumes arraigados na sociedade de que fazia parte, indo desde questões administrativas, passando pelo abolicionismo e pelo clericalismo, como pela cultura, combatendo a dominância do ideário português que infestava-a. Sua postura crítica o conduziu a trilhar paralelas: ao largo de excelente reputação literária e da condição de guia de muitos jovens, animados pela sua pregação demolidora de idéias abraçadas quando discípulo de Tobias Barreto, em Recife, conviveu com perseguições e ressentimentos daqueles atingidos por suas catilinárias, pelas conseqüências últimas dos pressupostos por ele enunciados.

Ribeiro do Amaral, por seu turno, realizou sua existência dentro dos limites regionais. Foi um autodidata que se impôs na vida pública e intelectual do Maranhão, quer como proprietário de escola, quer como diretor de duas das mais importantes instituições maranhenses: o Liceu e a Biblioteca Pública. Como professor e, principalmente, como historiador fundou uma contribuição inegável para o desvendamento da trajetória do torrão natal. Sua obra foi constituída fundamentalmente no período de vigência da terceira geração ateniense, de quem foi ele um dos mais destacados incentivadores. A produção de natureza

histórica por ele realizada não ultrapassou os limites da concepção positivista da história. São, antes de tudo, estudos descritivos e enumerativos de aspectos da vida maranhense, originários de anotações para a atividade docente. Têm o mérito de reter preciosos dados acerca do fato regional.

Outro intelectual importante dessa geração foi Manuel de Béthencourt, um português de nascimento, radicado no Maranhão e naturalizado brasileiro. Como cronista, crítico literário e professor constituiu-se uma das referências marcantes da juventude maranhense do final do século XIX. Ficaram famosas suas atuações peripatéticas reunindo tanto seus alunos de Filosofia do Liceu como jovens e pretensiosas promessas intelectuais gonçalvinas.

Um deles, Luso Torres, em esforço memorialístico, discorreu sobre essa faceta do “mestre da mocidade maranhense [...], que os discípulos veneravam e os outros mestres respeitavam”. Segundo Torres (apud MEIRELES, 1955, p. 182-4), “possuía Béthencourt vasto conhecimento das diversas correntes filosóficas”, além de filólogo respeitado. Seguramente por isso, “seus cursos sempre acusavam numerosa matrícula” e sua casa transformou-se por muito tempo na sala de aula, por excelência, da juventude maranhense. Tinham-no como “um mestre que via longe e não se encerrava na muralha chinesa dos preconceitos”, porque

era desses que não se adstringiam à trilha rotineira dos programas de então, e apontava a seus ouvintes as múltiplas sendas por onde deveriam seguir, já na leitura dos bons autores para aperfeiçoamento da sintaxe e do estilo, já na aquisição de novas idéias por curiosidade científica. (TORRES apud MEIRELES, 1955, p. 182-4)

Como jornalista marcou sua atuação pela crônica fundamentada dos fatos cotidianos de São Luís, bem como pela crítica ácida e embasada de questões dominantes do pensamento contemporâneo. Leitor contumaz e conhecedor dos grandes debates do seu tempo, arejava a curiosidade de seus ouvintes e leitores discorrendo sobre as mais variadas temáticas na sala de aula, nas palestras ou nos jornais. Por outro lado, sempre que solicitado, organizou a leitura da “*mocidade estudiosa*”, desejosa de travar contato mais profundo com as modas literárias, as idéias políticas, sociais e econômicas, as vanguardas artísticas, enfim, com as novidades do pensamento vigente. Foi, pois, um agitador cultural num ambiente conservador, modorrento e em processo de transformações importantes.

Já Barbosa de Godóis, bacharel em Direito, ao largo de atividades do campo jurídico, marcou sua trajetória regional principalmente como pedagogo. Nesse campo, ora

como dirigente, ora como docente, ora como militante na imprensa, legou uma obra sulcada de princípios, métodos e técnicas modernos, que informavam, ao seu tempo, a atividade pedagógica. Seus dois volumes de uma **História do Maranhão para alunos da Escola Normal**, inscreveram-se no bojo de um esforço intelectual orientado para dotar o sistema de ensino vigente de material didático apropriado para o conhecimento da história regional, considerando a exigüidade de trabalhos destinados a cumprir semelhante função. A letra do hino maranhense também foi uma das obras de sua autoria, impregnada de referências às tradições históricas do Maranhão, como é possível aquilatar pela leitura da estrofe que encima este capítulo e do texto completo em anexo.

Médico formado no Rio de Janeiro, foi como docente e pedagogo que Almir Nina marcou sua intervenção no interior da realidade regional. Tais funções foram desempenhadas tanto nas agências educacionais mais destacadas de São Luís como em instituições escolares fundadas por ele e seus familiares, inclusive o primeiro jardim de infância do Maranhão. Sua obra refletiu as inquietações que o afligiam nesse ramo do conhecimento, como por exemplo as possibilidades de aplicação inovadora das *“novas tendências da Pedagogia”*. Para ele, a obtenção de sucesso na área pedagógica, num ambiente como o maranhense (que irmanava um reduzido número de letrados a um mar de analfabetos), somente seria possível pela adoção dessas novas tendências, tanto no âmbito gerencial como no ambiente mesmo da sala de aula, devidamente respaldadas por políticas conseqüentes e exeqüíveis oriundas do Poder Público.

Justo Jansen, médico igualmente formado no Rio de Janeiro, destacou-se como professor das principais escolas de São Luís e, principalmente, como geógrafo. Nesse mister fundou uma obra através da qual visava oxigenar e renovar os estudos geográficos em nosso meio, tendo como parâmetros embaixadores as mais recentes conquistas francesas nesse campo do conhecimento, porém a descrição simples do material apreciado excedeu em muito as evidências analíticas presentes em algumas de suas obras. São mais visíveis as anotações docentes eivadas de recheios descritivos com tons naturalistas que as análises do cientista preocupado com a aplicação dos conceitos e noções indicativos de sua filiação teórica.

Jansen participou ativamente das discussões voltadas para a formatação dos limites maranhenses com as províncias / estados vizinhos. Nesse sentido é que foram concebidas algumas de suas obras, orientadas para problematizar a pertinência da área limítrofe entre o Maranhão e o Piauí na região do delta do Parnaíba. Essa discussão, aliás, tinha motivações econômicas seculares: ao Maranhão interessava permanecer como controlador daquela região, pois por ali circulava parte da riqueza dessas duas unidades administrativas brasileiras; ao Piauí, por seu turno, interessava fincar amarras cada vez mais sólidas naquele pólo primordial

para o escoamento da produção mafrense. Assim, ao longo dos decênios iniciais do século XX, intelectuais maranhenses e piauienses engalfilharam-se em cerrado duelo visando garantir para seu estado posição estratégica numa ou noutra margem do delta parnaibano, deixando expressiva obra comprobatória dos caminhos e descaminhos percorridos por essa discussão subsidiária de um movimento mais amplo de afirmação identitária em curso no Maranhão.

Pela exposição até então empreendida, parece-nos, ficou delineada uma singularidade construída pelo discurso de intelectuais nascido no Maranhão, atuando dentro e fora do ambiente natal: o mito emblemático da Atenas Brasileira.

Tendo como norte esse referencial imagético, tais intelectuais ultrapassaram a perplexidade evidente, diante da derrocada material, moral e intelectual que grassava no Maranhão, assumindo uma postura propositiva onde quer que puderam interferir. Em consequência, a obra por eles construída mapeou demandas emergentes em vários campos do conhecimento humano, aplicáveis ao caso específico da realidade maranhense. Assim, no teatro, no romance, na poesia, na música, no folclore, na história, na geografia, na economia, na política, na pedagogia, no jornalismo, entre outros, os referidos intelectuais perseguiram objetivos direcionados a apontar alternativas para ao menos mitigar a situação desconfortante vivenciada naquele meio inclusivo.

Por fim, essa geração foi o alicerce sobre o qual a geração seguinte construiu torres, ameias e minaretes, enfim, castelos, para descortinar cenários propícios a uma intervenção preservativa das tradições engendradas em tempos de fausto. Foi essa geração a responsável pela iniciação intelectual dos neo-atenienses, inculcando neles a responsabilidade orgânica de trabalhar pela perpetuação do espólio comunitário objeto de diferenciação identitária, também passível de soçobrar em meio a “*rachaduras solarescas*”.

PARTE II

OFICINAS DA RENASCENÇA

CAPÍTULO 3 - A NOVA AURORA – OS NOVOS ATENIENSES

A trajetória da intelectualidade maranhense, durante a vigência da República Velha, foi modelada por contornos bem definidos, denotativos das circunstâncias peculiares do ambiente decadentista imperante. Com efeito, “*as rachaduras solarescas*”, cada vez mais pronunciadas, atestavam o clima de decadência estrutural renitente a minar avassaladoramente as entranhas da vida estadual.

O pano de fundo sócio-econômico, político e cultural em que se movia a terceira geração de atenienses – os Novos Atenienses –, constituía-se, pois, em cenário amplamente comprometido pelo corolário de problemas tributários do aluvião de processos corrosivos de situações historicamente arraigadas, que alcançaram o zênite na vitória do abolicionismo, na derrocada da Monarquia e na emergência da República, na crise da agroexportação, no fluxo contínuo e crescente do movimento emigratório de intelectuais para o norte e para o sul.

Com efeito, tratava-se, pois, de um cenário informado por imagens antípodas àquelas tomadas como parâmetro de outras referências nacionais, preferencialmente européias. Para o editorialista da Campanha, órgão dos interesses populares, em 1902, a administração pública maranhense muito pouco contribuía para minimizar os efeitos de tais processos, posto que gerenciava finanças depauperadas, polícia despreparada, justiça moribunda e instrução agonizante. Enfim,

rebaixou-se a regra da moralidade pública e particular e diariamente assistimos a factos deprimentes, próprios de um povo que vae em adeantada decadência [...], e o que se vê em meio de nossa sociedade é mesquinho, é pequeno, indecoroso, anarchia de pigmeus doentes sem ideal, baldos de esperança no futuro, sem forças nem energia para architectar a estrutura soberba de um povo livre. (A CAMPANHA, 27/05/1902, p. 1 – Editorial Anarchia).

Em verdade, o editorialista criticava acerbamente o patronato político exercitado por Benedito Leite sobre seus comandados, inclusive o governador Lopes da Cunha. À frente dos destinos estaduais, Cunha realizava uma administração que ampliava a decadência estrutural envolvente, à medida que a ruína presente do estado, ampliada por “esta situação apodrecida que representa para o Maranhão o mais baixo grau de costumes públicos”, era patente, mas merecida, já que “terra de tradições nobres, de costumes puros, de reputação

acatada, a patria de João Lisboa, vê-se hoje arrastada no lodaçal da negação do seu passado”. (A CAMPANHA, 27/05/1902, p. 1 – Editorial Anarchia). Por isso e por outras razões semelhantes foi que

desertou d’ella o que fez a grandeza de outr’ora, tiraram até á primeira auctoridade o prestigio que deveria ter (...), capricharam em dotarnos com um aviltamento geral, por todos os meios promovendo o descrédito de um Estado que como provincia soube ser uma das mais honradas do Império. (A CAMPANHA, 6/6/1902, p. 1 – Editorial – O Patronato).

Processos tais insinuaram-se recorrentemente como solventes de esforços e ações propositivas e de projetos forjados sem a devida atenção ao lastro de condições objetivas necessárias para sua concretização eficiente e eficaz.

Os Novos Atenienses, como se autoproclamava a “*mocidade estudiosa*” envolvida com projetos de revitalização do cenário cultural maranhense, constituíam um grupo mais ou menos coeso de jovens intelectuais conscientes da distância geracional e, por vezes, geográfica que os separava dos prógonos instituidores da Atenas Brasileira.

Em termos geracionais, os neo-atenienses incluíram-se entre aqueles nascidos entre as décadas de 1870 e de 1890, somando-se também entre eles indivíduos nascidos em décadas anteriores, geralmente identificados como pertencentes à segunda geração de atenienses, ou até mesmo ao grupo primacial, como Sousândrade e César Marques, que, ou ainda viviam e serviam de preceptores e ídolos incontestáveis, ou produziram sua obra dentro do lapso temporal vivenciado pela terceira geração, isto é, grosso modo, entre 1890 e 1930.

Para Correa (1993, p. 197), essa geração ateniense de terceiro grau, “foi um produto da derrocada material do Maranhão”, que “prolongou a reverência, estabelecendo-a do Grupo Maranhense aos contemporâneos da imaginada Universidade Nova Atenas”, projeto acalentado por Sousândrade, este mesmo um monumento vivo, que apesar da vida franciscana que reproduzia, dava materialidade e presentificava o mito ateniense.

Os Novos Atenienses eram promessas intelectuais em busca de afirmação, situadas no centro da tensão e do desconforto de descortinar e construir o futuro, sem, contudo, esquecer-se do passado mitológico, onipresente, herdado dos “gigantes” da velha Atenas, a partir daquela realidade movediça, em que o ideário decorrente das noções de “civilização” e “progresso” fazia prosélitos e instigava esses jovens intelectuais à reação ante semelhante estado de coisas detonador das glórias amealhadas nos tempos áureos do dinamismo provincial.

Para eles, a situação reinante era a convocação incisiva para que interviessem concretamente naquela realidade decadente, visando apontar soluções para o presente, capazes de projetar um futuro glorioso, tendo como artefato fundamental o passado mitológico da Atenas Brasileira. Tratava-se, portanto, de construir uma continuidade em relação ao passado, “para que não se apague a chama daquele ideal e se não perca a tradição que deu [ao Maranhão] as glórias de Atenas do Brasil”. (MEIRELES, 1980, p. 354).

Entretanto, dar cabo de empreitada desse porte lhes parecia demasiado, posto que a realidade estadual ficou profundamente marcada pela “*fuga de cérebros*”, pela onda emigratória, que fragilizou e, na prática, quase imobilizou as possibilidades de reprodução da intelectualidade regional.

Com efeito, desde a metade do século XIX, a tendência de recrudescimento do processo emigratório ficou cada vez mais evidente, pois muitos “emigraram da Província, indo levar a outras mais afortunadas o concurso precioso dos seus talentos e da sua atividade”, para fugir da “*barreira inexorável da indiferença pública*” (LOBO, 1970, p. 13), ou da rigidez dos “mecanismos de exclusão social e política” constantes das práticas políticas dos “setores oligárquicos hegemônicos” (QUEIROZ, 1994, p. 245). Por volta do estertor do século XIX, segundo impressões memorialistas de Humberto de Campos, então ingressando na adolescência, “O Maranhão ressonava, desde o crepúsculo vespéral da monarquia, quando haviam emigrado para o Sul e para o Norte os mais belos espíritos que a província então produzira, num fundo sono, vizinho da morte”. (CAMPOS, 1960, p. 64).

Se esse processo concorria grandemente para que sobre os emigrados incidissem a florescência das luzes do reconhecimento e da consagração, aos que no torrão natal permaneciam, projetava-se a penumbra do desconhecimento anulador ou, quando muito, do reconhecimento limitado, regional. A ambos impunha-se a inevitabilidade de carregar o pesado fardo da singular herança helênica, essa “*mansão-relicário*”, esse “*estellario da glórias*”, esse “*capítulo grego de história maranhense*”, percucientemente construídos por “uma plêiade, uma cohorte, uma phalange de atenienses legítimos”. (SANTIAGO, 1926, p. 13-14).

Portanto, apesar de sentença condenatória proferida por muitos brasileiros e alguns poucos filhos, de que o Maranhão jamais voltaria ao tempo de Péricles, posto que “morreu como Atenas Brasileira”, (SANTIAGO, 1926, p. 7), um expressivo número de frutos selvagens da messe gonçalvina agitava-se em “*sonhos erradios*”, vislumbrando promover um renascimento dos valores e parâmetros helênicos que esculpiam a Idade do Ouro da cultura

maranhense, que embasaram os alicerces do edifício da Atenas Brasileira, ao tempo em paulatino estágio de “*rachaduras solares*”, de depauperamento.

Os tais “*frutos selvagens*”, jovens, mestres e ídolos, intelectuais irmanados na convivência comunitária regional, tinham por alvo descerrar a névoa espessa da decadência estrutural vivenciada pela sociedade maranhense.

Assim, segundo imagem construída por Maranhão Sobrinho (1908, p. 115), o poeta dos **Papéis Velhos... roídos pelas traças do Symbolo**, se “hoje o imenso solar é um velho pardieiro, de muralhas azues e torres derrocadas, onde se ouve do corvo o piar agoireiro, em vez das vibrações, das guitarras choradas”,urgia que todos envidassem esforços para que o Maranhão fosse arrebatado dessa

tristíssima e caliginosa noite, em que, por tão longo tempo, viveram imersas as suas letras, noite cortada por vezes, pelo clarão fugidio de algum astro errante, que para logo se ia eclipsar na morte, ou perder-se na distância a que era impelido pelas inelutáveis fatalidades de sua trajetória. (LOBO, 1970, p. 14).

Acreditava a maioria desses intelectuais, que o Maranhão como “fonte de intelligencia não estancou decerto como nascente” mesmo tendo decaído significativamente “como sumptuoso scenario intellectual”, pois continuou “derramada na terra a semente das capacidades” [...], “o minério do talento continuou a surgir da terra” (SANTIAGO, 1926, p. 7-9). Faltava-lhes, isso sim, o estímulo benfazejo de algum luminar conterrâneo, com brilho e projeção nacionais, para reavivar os latentes projetos de intervenção efetiva nesse estado de coisas estioloante e acabrunhador, que reduzia à insignificância aqueles refratários às injunções engendradas para garanti-lo e perpetuá-lo.

Assim estabelecida a questão, fica menos opaco o perfil dos motivos pelos quais sucumbiram inexoravelmente a maioria das iniciativas tendentes a reatar o Maranhão às “épocas fecundadas do passado” (LOBO, 1970, p. 14). É que lutavam elas contra “a fábrica de preconceitos que é todo o centro pequeno, erguida pouco a pouco, com mais solidez, a barreira de má vontade, espécie de muralha, contra todos os que surgem, brilham, observam, conversam com os deuses, estudam enfim o meio, procurando renova-lo”. (SANTIAGO, 1926, p. 8).

Tais iniciativas de revigoração cultural, desenvolvidos entre 1889 e 1898, tiveram em Manuel de Béthencourt a figura exponencial. Professor de Filosofia do Liceu, era ele considerado um dos intelectuais mais profundos e uma das figuras mais carismáticas do seu tempo. Por isso, paulatinamente ganhou a confiança de parte da juventude letrada de São

Luís. Desde então, arregimentou-os para “cavacos” ou palestras noturnas, onde colocava-os em contanto com a obra de intelectuais renomados no Brasil e no exterior. Decorrente da evolução das “cavatinas”, e, principalmente, objetivando disseminar o teor das discussões efetuadas e propiciar a expansão de idéias nutridas pelos “cavaqueadores”, criaram, em 1890, o periódico *O Século*, orientado para dar publicidade à produção literária desses “frutos selvagens” carentes do reconhecimento de seus conterrâneos. O empreendimento teve duração efêmera, mas conseguiu indicar à mocidade letrada veredas passíveis de serem trilhadas por possíveis movimentos de ressurreição cultural do Maranhão.

Nos meados da década de 1890 surgiram dois periódicos literários orientados por Béthencourt: *Philomathia* e *O Estudante*. Ambos de duração efêmera, como a maioria dos empreendimentos do gênero no período, a *Philomathia* propunha-se a enfrentar a pasmação cultural ambiente. Seu editorial de estréia configurou-se como um dos documentos mais expressivos das especificidades daquele momento histórico vivenciado pela sociedade regional, quando apontou vários dos aspectos centrais da crise vigente no estado do Maranhão. Por conseguinte, martelava sobre os óbices travadores da entrada do estado na senda do almejado progresso, pois

dolorosamente o dizemos, mas o nosso meio bem que se arrasta decadente, a cultura intelectual vae baixa e apoucada. Não que falem ao Maranhão estabelecimentos onde se ministre largamente a educação moderna nos seus aperfeiçoados ramos de cultura; não é a escola que falta, mas o aluno, não é a geração passada que descarta o seu dever, mas a nova que não o compreende. Daí ser o presente do Maranhão por demais inferior a seu passado, a esse passado onde eram menores as escolas, e maiores os alunos. (PHILOMATHIA, 02/10/1895, p. 1 – Editorial A nossa revista).

“Rachaduras Solarescas”. Saudades. Distância incômoda de um passado glorioso, polissêmico, semióforico. Reconhecimento melancólico de inferioridade intelectual num confronto com os integrantes das gerações antecedentes, seus referenciais onipresentes. Imagens demarcadoras das responsabilidades dos epígonos neo-atenienses em vista da predisposição acalentada de dar cabo a um movimento de renascimento cultural do Maranhão e remontar a continuidade essencial inaugurada pelo Grupo Maranhense, mas atrofiada em sua trajetória pela emergência de vigoroso processo de decadência material, moral e intelectual, sintomático na vida maranhense. Afinal, concluía o editorial

‘paramos, e é necessário quebrar essa imobilidade, andar como os nossos maiores andaram’ [...], pois “quando lançamos á publicidade a nossa revista [...], que é a canção com que queremos acordar a indiferença do nosso meio, não fazemos a

literatura, a ciência e a filosofia do porvir, mas annunciamo-la. (PHILOMATHIA, 02/10/1895, p. 1 – Editorial A nossa revista).

Apesar da qualidade da produção lítero-científica publicada por tais periódicos e pela oportunidade de reunião para jovens e experimentados intelectuais, atuantes naquela conjuntura finissecular, as iniciativas por eles desenvolvidas invariavelmente malograram, acabrunhando ainda mais o meio circundante, principalmente após a partida de Manuel de Béthencourt, em 1898, para Manaus. Os espasmos de agitação cultural vivenciados esfumaram-se com a dispersão dos “*cavaqueadores*” contumazes, movidos por razões individuais as mais díspares. Ao que parece careciam eles de referências contemporâneas suficientemente impregnadas da seiva capaz de infundir ânimo para o enfrentamento do estado de letargia dominante.

O elemento tonificante e de reconhecimento tácito de todos era o emigrado alçado à condição de nome nacional, pois “o maranhense que não emigrou e preza os feitos elevados dos seus conterrâneos, ouvindo-lhes o renome pode ainda, quer pelo deslumbramento do passado, quer pelo brilho do presente [...]” (SANTIAGO, 1926, p. 8), recorrer às suas últimas energias para devolver ao rincão natal os símbolos decorrentes do vigor intelectual posto em prática em tempos idos.

Segundo Lobo (1970, p. 15-16), os emigrados atuavam, pois, como “os depositários fiéis das nossas tradições, os continuadores impertérritos da grande obra do nosso passado, os herdeiros diretos do nosso nome literário, os únicos que nos asseguravam ainda incontestado direito ao realçante cognome de Atenas Brasileira”.

Um deles, Coelho Neto, então uma das maiores expressões da intelectualidade brasileira, desencumbindo-se do encargo de realizar a propaganda, nos estados nortistas, dos Festejos Comemorativos do Centenário da Descoberta do Brasil, durante sua estada em São Luís, em junho de 1899, teria desempenhado o papel de detonador de energias represadas, em face do malogro de iniciativas intentadas visando o soerguimento cultural do meio esterilizante.

Historiadores da literatura e da cultura maranhense geralmente apontam a passagem desse “astro errante” pela terra natal como o marco essencial do revigoreamento intelectual empreendido pelos neo-atenienses doravante. Para isso muito importante foi a atuação preceptora desenvolvida por Béthencourt durante sua permanência em São Luís, adubando as inquietações intelectuais da juventude letrada.

Efetivamente, repercutiu profundamente a passagem de Coelho Neto pelo estado natal, suscitando calorosos “discursos de saudação, coquetéis, banquetes, concentrações,

conferências, romarias cívicas”, (MORAES, 1969, p. 17), enfim, entusiasmos e esperanças incontidos; sucessos tais perenizados em versos feitos no calor da hora pela poetiza Maria Christina Azevedo Matos, em junho de 1899, considerando também a ida dele a Caxias, sua terra natal:

Os preitos, ovações que os Maranhenses
Te têm cingido os pés, entre mil flores,
Se vão juntar aos hymnos e louvores
Com que certo te esperão os Caxienses,
Feliz do que regressa ao pátrio ninho
Tendo a fronte de louros enfeitada,
E luz vem derramando pela estrada,
Como o canto soltando o passarinho.
(MATOS, 1899, p. 21)

E também em setembro, quando, após o retorno de Caxias, regressava definitivamente para o Rio de Janeiro:

Eis de novo entre nós o viajante
O lutador constante que na mente
Tem um foco de luz;
Que em roxo espargue raios diamantinos,
Tão puros, tão sublimes, tão divinos
Que encanto traze’á flux,
Eis de novo agitados nossos peitos
Que d’afeições há muito estão sujeitos
A muito só vontade;
Eis o vulto gigante que das letras
Tem formado cadeias, tão perfeitas,
Que prende a humanidade.
(MATOS, 1899, p. 36)

Contudo, o momento mais carregado de expressividade e de densidade simbólica, ocorrido durante a estada de Coelho Neto no “pátrio ninho”, concretizou-se com a saudação proferida por Sousândrade, conforme descrição-testemunho de Lobo (1870, p. 23):

O brinde de honra a que Coelho Neto respondeu, numa peça oratória emocionada e brilhante, foi-lhe feito pelo único sobrevivente da grande e fecunda geração literária de outros tempos, o poeta do Guesa Errante, Joaquim de Sousandrade. E nessa troca de cumprimentos entre o velho e o moço entre o batalhador que chegava exausto das lutas ingentes do passado, carregado de anos e de glórias, e o outro que, por entre os triunfos promissores do presente, demandava vigoroso a consagração definitiva do futuro, houve alguém que visse, palpitante de entusiasmo e de esperanças, o símbolo grandioso de duas gerações literárias que se dessem as mãos, por cima dos anos tristes de decadência mental que entre uma e outra se cavavam, para depois, unidas e fortes, prosseguirem na tarefa nobre do restabelecimento dos créditos mentais da terra feliz que lhes serviu de berço. E não se enganava esse alguém nas suas emocionadas previsões.

A cena é evocativa das relações entre o passado e o presente, entre “*o velho e o novo*”, entre o guerreiro exangue (o Guesa errante), coberto de glórias dos tempos de fausto provinciais e o “*anatoliano*” consagrado, emigrado, polígrafo coberto de glórias nacionais e representante e produto das novíssimas orientações do mercado intelectual. (MICELLI, 2001, p. 54-55).

A cena apontava, pois, para um centro de tensão que residia em coadunar a relação passado/presente no âmbito de uma realidade movediça, em que o passado deveria ser “considerado como modelo do presente”, posto que, como destaca Le Goff (1992, p. 213),

se a ligação ao passado pode admitir novidades e transformações, na maior parte dos casos o sentido da evolução é percebido como decadência ou declínio. A inovação aparece [na sociedade maranhense, no lapso de tempo em estudo] sob a forma de um regresso ao passado: é a idéia-força das renascenças”.

Aliás, no ambiente das renascenças, “o moderno é exaltado através do antigo” (LE GOFF, 1992, p. 176). Nesse termos, ainda observando as conclusões de Le Goff (1992, p. 172),

o combate entre ‘antigo’ e ‘moderno’ será menos o combate entre o passado e o presente, a tradição e a novidade, do que o contraste entre duas formas de progresso: o do eterno retorno, circular, que põe a Antigüidade nós píncaros, e o progresso por evolução retilínea, linear, que privilegia o que se desvia da Antigüidade.

Diante do simbolismo da cena referida, envolvendo um membro da geração fundante do mito ateniense e um membro da geração seguinte, emigrado de sucesso nas letras nacionais, insinuava-se a necessidade inadiável da promoção de esforço renascentista na realidade regional. Assim, considerando a visita de Coelho Neto a sua terra natal, Humberto de Campos destacou que “à sua voz de pastor, as ovelhas se levantam” (CAMPOS, 1960, p. 64).

Antonio Lobo (1970, p. 24), por seu turno, concluiu que

o entusiasmo despertado pela presença do festejado escritor, a audição repetida dos seus vibrantes discursos, evocando as tradições luminosas do passado e as grandes figuras dos nossos intelectuais mortos, a vulgarização dos seus trabalhos literários avidamente lidos na ocasião, tudo isso começou a agir como outras tantas forças geradoras da repetição modificada dos mesmos fenômenos ideológicos de que emanavam, preparando surdamente em todos os cérebros aptos à prática das letras, o belíssimo movimento literário que ora se nos depara na velha Atenas Brasileira.

Numa avaliação recente acerca da influência do “astro errante” sobre a cena cultural regional, Moraes (1970, p. 80) foi enfático ao asseverar que

a partir de então (1899), fundam-se jornais, revistas e associações; os livros aparecem numa seqüência impressionante, conferências e concursos literários são realizados constantemente e, dentro de pouco tempo, temos o Maranhão novamente reabilitado em seus foros de terras das letras. Até mesmo uma Universidade Popular foi intentada e ainda funcionou por espaço superior a um ano, através de conferências na Biblioteca Pública.

A ativação do universo cultural observada acontecia porque, se antes “a juventude dormitava na frustração aparente de tantas investidas malogradas, pois que batida em tentativas precipitadas de vôos imaturos, repousava de batalhas não travadas, à espera de um ‘levanta-te e anda’”, segundo Moraes (1969, p. 20), agora “a juventude maranhense, vencida antes de combater, torna-se de coragem. Um sopro ardente de vida e de esperança congrega os atenienses que já haviam esquecido os grandes vultos da pátria”. (CAMPOS, 1960, p. 64).

Por conseguinte, os intelectuais maranhenses da terceira geração do panteão ateniense passaram a interferir na realidade inclusiva tendo como pano de fundo a inevitabilidade dos choques entre o novo e o tradicional, o antigo e o moderno, o eterno retorno e o progresso por evolução retilínea, buscando, evidentemente, identificar os melhores ângulos para transformar a mitologia da Atenas Brasileira em ficção orientadora do processo de construção da identidade regional.

O esforço de renovação cultural empreendido pelos jovens intelectuais neo-atenienses nutria-se, pois, da reverência, da inspiração, do exemplo e do contato possíveis de ser hauridos dos emigrados, maiores e menores, e dos remanescentes do Grupo Maranhense e dos da segunda geração, alguns destes, os mais jovens, também autodenominados neo-atenienses. A contribuição daí advinda funcionava como tônico para que semelhante esforço ganhasse organicidade, resultasse em realizações concretas e duradouras e estimulasse a juventude neo-ateniense a desincumbir-se da missão salvacionista que visava extirpar do Maranhão a modorra, a letargia contagiante, em que se debatia a sociedade inclusiva, apenas mitigada pela lembrança do *“fogo sagrado da tradição gloriosa”*. (VIVEIROS, 1960, p. 179).

Em 1900, imediatamente após a sua chegada a São Luís, avaliando o momento cultural vivenciado na capital do estado, Paxeco (1900, p. 177) emitiu seu parecer:

Faltam ao Maranhão, presentemente, as condições que lhe outorgaram uma função hegemônica no Brasil. Daí a decadência da sua literatura local, quiçá passageira,

porque vemos entre os moços gratas esperanças. E se esses novos, após as excursões escolásticas, se domiciliarem no torrão natalício, - é bem provável que São Luís recupere a sua hegemonia, praticabilizando-se o preceito de que a autonomia administrativa deve corresponder a descentralização intelectual.

Antonio Lobo e Fran Paxeco foram os expoentes máximos dessa geração ao conduzirem com sofreguidão a cena cultural de sua época, fazendo-se presentes e atuantes em quase todos os eventos sócio-culturais ocorridos no lapso temporal apontado. Produziram obras em dia com as correntes de pensamento vigente e, quase sempre, tematizando aspectos da vida regional. Por outro lado, contribuíram, quer como incentivadores quer como proponentes, para a fundação de várias instituições fundamentais para cultivar, reter e perpetuar a imagem mítica da Atenas onipresente. Foram agitadores culturais, por excelência, influenciando um apreciável contingente de seguidores e companheiros de jornada e de escolhas e posturas intelectuais.

Fundamentalmente, “o Maranhão contemporâneo ao dinamismo de Antonio Lobo e Fran Paxeco renovou o convívio com as sociedades culturais e as conferências literárias” (CORREA, 1993, p. 180), bem como assistiu a uma frenética movimentação subterrânea responsável pela realização de inúmeros eventos comemorativos ou de discussão colegiada de problemas e interesses específicos.

Nesse sentido, vários foram os projetos elaborados sob o influxo de acaloradas discussões visando à criação de instituições culturais necessárias tanto a reverberação do passado quanto ao lançamento de premonições sobre o futuro almejado. Dentre esses projetos, alguns alcançaram concretude e cumpriram sua missão original, destacando-se a Oficina dos Novos, a Renascença Literária, a Academia Maranhense de Letras, as Faculdades de Direito e de Farmácia, o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão; os Congressos Pedagógico e dos Lavradores, as Festas Populares do Trabalho, as edições comemorativas do descobrimento do Brasil (1900), da abertura dos portos (1908), da fundação de São Luís (1912), da independência do Brasil (1922) e da adesão do Maranhão à independência do Brasil (1923); a Biblioteca Pública, a Escola Normal; os periódicos, os clubes, grêmios, legiões e uniões, etc. Outros dos referidos projetos não passaram de... projetos. Muitos deles, é evidente, auguravam instituir lugares de memória para garantir a reverência aos gigantes mitológicos construtores da Atenas Brasileira.

Uma leitura atenta da intervenção projetada e efetivamente procedida pelos intelectuais aludidos na realidade regional permite descortinar a emergência de tentativas relativamente vigorosas orientadas para a construção de uma identidade para o Maranhão, revigorando a tradição ateniense (em iminente perigo de volatilizar-se diante do turbilhão de

vetores prenunciados pelos novos tempos), projetando-a numa continuidade essencial que ligasse e desse ossatura a esse ponderável patrimônio legado pelas gerações precedentes de intelectuais gonçalvinos.

Assim definido, o problema fundamental, porém, consistia na dificuldade persistente da formação de um sistema cultural dinâmico, suficientemente orgânico, para sustentá-lo diante dos dilemas e das incertezas da época e fazer face à

lógica da penosa construção de nós mesmos, [que concorria para a] permanência variada da sensação de vida intelectual prejudicada, no caso, justamente pela ausência de força formativa que assegure [asse] alguma fibra diante das inevitáveis flutuações do malfadado influxo externo, até segunda ordem, predominante. (ARANTES, 1997, p. 12).

As mais variadas formas de interferência envidadas pelos epígonos neo-atenienses perseguiram o objetivo mais lato de erradicar os “anos de apatia e marasmo que se seguiram à brilhante e fecunda agitação literária, de que for teatro a capital deste estado, nos meados do século findo” [século XIX], ou seja, “essa tristíssima e caliginosa noite, em que, por tão longo tempo, viveram imersas as suas letras”. (LOBO, 1970, p. 4; 14).

Continuidade de uma tradição, no contexto de um esforço de renascimento do ânimo cultural, urdido num ambiente amplamente desfavorável, desconfortável, movediço, eis a tarefa a que empregava-se com desvelo uma ponderável parcela dos intelectuais maranhenses, atuantes entre a última década do século XIX e as três primeiras do século XX, nas mais diversas instâncias da vida social maranhense: na burocracia, na política, no jornalismo, na literatura, no magistério, etc. Visava, pois, essa intelectualidade letrada, como foi antecipado, instituir e dar ossatura, movimento e organicidade a um sistema cultural regional integrado pelas contribuições antigas e recentes de prógonos e epígonos inscritos na trajetória intelectual maranhense. Em outros termos, se tratava de construí-lo sobre a base das linhas evolutivas mais ou menos contínuas, possível de identificar no exame da produção cultural realizada na terra gonçalvina.

A penosa constituição de um sistema cultural relativamente dinâmico no seio daquela sociedade – dominada pela apatia, pelo marasmo, estiolada por “*rachaduras solarescas*”, depauperada pela “*fuga de cérebros*”, carcomida pelo amesquinhamento moral, apoucada pelo perecimento de iniciativas de cunho revitalizador, traspassada pela sensação contagiosa da decadência, desfalcada pela quebra paulatina dos elos geracionais, institucionais e de capital cultural necessários à manutenção de nexos evolutivos – demandava um esforço convergente das energias desgarradas com vistas à manifestação de um “estado de

espírito coletivo”, assentado no “concurso decisivo dos menores, dos êmulos descoloridos, dos epígonos vacilantes” (ARANTES, 1997, p. 42; 44), que ao fim e ao cabo pudesse retrair as referidas linhas evolutivas das tradições intelectuais maranhenses.

O problema fundamental para esses novos atenienses era dar conta da montagem dessa trajetória intelectual. Com efeito, remontar uma continuidade das teias evolutivas da produção intelectual maranhense não indicava constituir-se uma tarefa cuja consecução fosse produzida pelo voluntarismo evidente na postura de muitos desses intelectuais. Ao contrário, definir as linhas mestras da formação cultural do Maranhão significava identificar com clareza meridiana “a ausência de vida cultural orgânica” (ARANTES, 1997, p. 17), “a falta de seriação de idéias, a ausência de uma genética”. (ANDRADE apud SODRÉ, 1984, p. 65).

O exame do patrimônio comunitário singularizador da gente gonçalvina indicou-lhes ter sido ele forjado ao longo de surtos desgarrados de produção intelectual, onde muito pouco prevaleceu o ideal de articulação dos produtores e de suas obras, de modo que não frutificou o estabelecimento de uma “*uma genética*” capaz de dar coesão e de permitir a socialização das idéias embasadoras da obra de cada um deles.

Do ponto de vista das idéias afirmadas e defendidas, os integrantes do Grupo Maranhense praticamente não produziram elementos de comunicabilidade recíproca incentivadores de intercâmbios duradouros, tendo como vetor uma produção intelectual articulada, orgânica e modelar. Ao contrário, cada qual expressou-se ancilado a um dos leques de possibilidades apontadas para a colocação do problema da edificação e da afirmação da nacionalidade no jovem país. Nesse sentido, a obra do Grupo – em sentido lato – pouco contribuiu para servir de modelo, de cimento e de articulação com a que foi construída por seus sucessores imediatos, esta concebida já no “propósito descabido de emancipar-se ‘sob a tutela das novas idéias’ [...], o famoso ‘bando de idéias novas’ [que] se abateu sobre o país, prometendo redenção social a golpes de espírito científico instantâneo”. (ARANTES, 1997, p. 15; 17).

Asfixiados pelo influxo externo preponderante, poucos foram os atenienses de primeira e da segunda geração a marcar suas reflexões, com a análise do fato regional. Aliás, o aticismo reivindicado ostensivamente exemplifica bem a filiação externa das idéias com que trabalhavam. Entretanto, houve deles que marcadamente elegeu a vida provincial, a particularidade local, como objeto privilegiado de suas reflexões. Nesse âmbito, alinharam-se João Lisboa, Cândido Mendes, César Marques, Henriques Leal, Celso Magalhães, Miguel Vieira Ferreira e alguns outros epígonos, que deram suporte para a emergência de discussões encetadas pelos neo-atenienses acerca de matrizes pretéritas garantidoras e legitimadoras da

construção do panteão maranhense. Tais discussões, levadas a termo por essa elite letrada, ressignificavam o conteúdo de símbolos e tradições, muito caros à gente gonçalvina, de modo a lastrear a empreitada tendente ao estabelecimento de uma continuidade em relação ao passado, que conferisse legitimação ao lugar social de onde enunciavam esse discurso ideológico.

Enfim, os atenienses do Grupo Maranhense e seus sucessores mais próximos construíram uma obra ponderável para o acervo intelectual maranhense, e até para o nacional, com a marca indelével do seu tempo, mas, vista em conjunto, muito pouco propícia a perenizar os alicerces de uma evolução fadada a nutrir um sistema cultural dinâmico e orgânico. Aliás, parece-nos, a obra por eles fundada não foi correspondida por um espectro institucional que atuasse no sentido de fazer funcionar a cultura regional, quer estabelecendo modelos e instrumentos normalizadores da atuação intelectual, quer inventando mecanismos de consagração e de legitimação de autores e obras, quer estimulando possibilidades de disseminação dessa produção intelectual. Desse modo, a definição de linhas evolutivas da trajetória intelectual maranhense resultou prejudicada pela inexistência de vida cultural coletivamente encadeada, ressalvando-se desse cenário algumas iniciativas pontuais, que, por si só, não tinham pujança para ritimar o conjunto. Afinal, “não há mesmo como saltar por sobre a própria sombra”. (ARANTES, 1997, p. 38).

Em suma, a experiência intelectual deflagrada por “*patronos e clássicos fundantes*” e “*epígonos perplexos*” quedava frente à descontinuidade do labor intelectual (impeditiva da constituição de um sistema cultural integrado), posto que predominantemente embasada pelo influxo da referência externa.

Provavelmente por terem dado atenção a essas circunstâncias do devir cultural maranhense foi que os novos atenienses, mestres e discípulos, arregimentaram-se, nos limites do marco temporal adotado nesta pesquisa, para enfrentar os percalços de produzir em ambiente movediço, irresolvido, no que concerne à formatação de linhas evolutivas mais ou menos definidas. Os “operários da saudade” atuaram, pois, tendo como material básico de reflexão o produto dessa experiência intelectual desconexa. Assim, em dia com as correntes de pensamento mais gerais ocorrentes em nível nacional, no momento mesmo em que o debate sobre a nacionalidade ganhava novas dimensões, esses neo-atenienses vislumbraram dar conta do “propósito coletivo de dotar o meio gelatinoso de uma ossatura moderna que lhe sustentasse a evolução”. (ARANTES, 1997, p. 12).

Nessa ótica, passaram a intervir na realidade concreta, tendo como meta mais abrangente alavancar um amplo programa de ressurgimento cultural que lhes permitisse

revestir e atualizar o esqueleto corroído do patrimônio cultural de que se faziam herdeiros e guardiães. Por isso, diligenciavam no sentido de perscrutar a trajetória histórica timbira para identificar a ocorrência de processos inibidores da permanência de condições materiais e espirituais típicas de períodos de prosperidade vivenciados pela sociedade maranhense. Concluíram, por conseguinte, que uma permanência recorrente no imaginário social e no discurso dos produtores intelectuais regionais era a noção de decadência. Ela constituía-se o substrato animador das conclusões de muitos intelectuais enredados com a tarefa de definir, em linhas gerais, o conjunto dos problemas de ordem econômica e social da província, visando indicar as chaves possíveis de sua resolução. Entretanto, bem marcada ficava a permanência onipresente da noção de decadência da lavoura em meio a outras conclusões, refletindo as oscilações constantes da economia local, ritmada pela dependência dos sucessos auferidos pela agroexportação.

Para os novos atenienses, o problema da decadência da lavoura havia assumido a dimensão de algo auto-evidente na estrutura discursiva dos intelectuais regionais envolvidos com esse tema, passando também a informar os discursos produzidos a respeito de outros níveis da realidade maranhense.

Na área cultural, “o nosso meio bem que se arrasta decadente, a cultura intelectual vae baixa e apoucada [...]. Daí ser o presente do Maranhão por demais inferior a seu passado, a êsse passado onde eram menores as escolas, e maiores os alunos” [...], afinal, “paramos, e é necessário quebrar essa imobilidade, andar como os nossos maiores andaram...” (PHILOMATHIA, 02/10/1895, p. 1 – Editorial: A nossa revista). Sintetizada nas páginas de uma revista em que atuavam vários intelectuais neo-atenienses, essa imagem da decadência e da menoridade deles em relação aos integrantes do Grupo Maranhense, os “*nossos maiores*”, passou a figurar tanto nas conclusões de intelectuais coevos e nas daqueles situados a boa distância do lapso temporal em que eles as anunciaram. Isto é, o período de vigência dos neo-atenienses foi por eles afirmado e reafirmado ulteriormente como um período de decadência cultural a toda prova.

Entrementes, parece-nos ter sido o período situado entre a última década dos novecentos e a década de 1920 uma quadra temporal de apreciável dinamismo orgânico da cena cultural maranhense. Se a própria elite letrada nele atuante atribuía-se um papel menor, ao considerar o resultado da atuação de seus pares antecedentes na trajetória cultural inclusiva, foi porque a natureza do papel desempenhado e da obra constituída por ela endereçava-se ao cumprimento de exigências contemporâneas, afinadas com a instituição de um campo cultural efetivamente articulado por autores, obras, temáticas, público, editoras,

instituições, eventos e demais elementos necessários para garantir movimento a esse campo. Proclamavam-se menores porque ofuscava-lhes o sucesso, a luminosidade, a visibilidade e a consagração nacional de muitos dos seus predecessores e contemporâneos – “os nossos maiores” –, os gigantes por sobre cujos ombros se apoiavam para divisar o horizonte e o futuro.

Em verdade, o contexto em que atuavam os novos atenienses não mais se prestava para ao exercício dos helenismos e latinismos sem raiz, tão característicos na produção intelectual dos “nossos maiores”, românticos e realistas, grosso modo. Agora, o progresso científico, as modas literárias, as novas trilhas pelas quais transitava a vida nacional, com reflexos evidentes na vida local, tudo intimava-os à adoção de providências tais que acabassem por nutrir um campo cultural regional com relativa estabilidade, que lhes consignasse prestígio, reconhecimento e consagração no seio comunitário, ao menos.

O resultado consolidado da atividade dos neo-atenienses indica, por um lado, que eles seguiram iluminando seus passos com a réstia de luz emanada dos “nossos maiores”, antigos e modernos, a quem reverenciavam como indelévels símbolos de passados fáusticos, razão porque esmeravam-se em salvaguardar tal referência de volatilidade do mar de incertezas e da síndrome da decadência.

Porém, a despeito do rótulo decadente auto-aplicado e repercutido desde então, os novos atenienses marcaram sua atuação desincumbindo-se de um amplo conjunto de ações que, no limite, tinha por objeto desvencilhar o Maranhão do “letargo”, da *“tristíssima e caliginosa noite”* que o recobria insistentemente.

A pecha de decadentes ou decadentistas tem a ver com o fato de muitos dos integrantes dessa juventude letrada ter aderido sem reservas ao decadentismo simbolista francês, através de seus próceres máximos Mallarmé e Verlaine, e não pela resistência da sensação variegada de que a decadência reinante do meio inclusivo estiolava as iniciativas de reanimação dos últimos sinais vitais do estado, atingindo a produção intelectual dos autores nas mais variadas especialidades.

Evidentemente que a produção intelectual refletiu a onipresença da decadência e esta concorreu para que grande parte das iniciativas tivessem duração efêmera, mas, para além disso, os neo-atenienses colocaram-na em questão visando extrair subsídios para informar suas ações de combate.

Tais ações incidiram, pelo menos, em três direções intercambiantes, em vista do objetivo geral perseguido de constituir na terra gonçalvina um sistema cultural que lhes

permitisse celebrar o passado, reeditando a prodigalidade do mito ateniense, e narrar, inventar e analisar as vicissitudes da trajetória histórica maranhense.

De um lado, constituíram uma obra ponderável nas mais variadas esferas de conhecimento, que lhes proporcionava distinção e prestígio no interior de uma sociedade cuja tônica era o analfabetismo; por outro, deram cabo à constituição de um espectro institucional variado, atendendo a requisições das mais diversas camadas sociais; algumas dessas instituições destinadas a funcionarem como agências de legitimação e de consagração desses intelectuais (as caixas de ressonância social inexistentes em âmbito regional para usufruto pelas gerações anteriores) e de reverberação do mito ateniense, e, por fim, realizaram uma série de eventos comemorativos e de interesses específicos, que serviram de oportunidade para que esses mesmo intelectuais disseminassem suas idéias e reafirmassem seu lugar no mercado intelectual.

Um traço de união a dar relevo à atuação empreendida pelos novos atenienses foi a eleição do referente Maranhão como objeto de análise privilegiado. Tanto na produção intelectual, quanto na constituição de instituições e ainda na organização e realização de eventos, o Maranhão passou a figurar destacadamente como o eixo das cogitações dos componentes dessa geração, talvez porque buscavam inserir o estado nos meandros da discussão acerca da identidade nacional brasileira.

Longe de jazerem na penumbra da história intelectual do Maranhão, os epígonos neo-atenienses devem nela ocupar lugar destacado, à medida que a atuação deles incidiu sobre lacunas cruciais para a consolidação de linhas evolutivas da formação maranhense. Ao reabilitarem o convívio com dinamismos específicos da vida cultural regional, assentaram bases para que ela pudesse caminhar minimamente sobre seus próprios pés, estabeleceram a sementeira, bastava adubá-la e regá-la para que a colheita se fizesse pródiga. Por outro lado, vislumbraram a trajetória de um longo processo cumulativo de influências intelectuais externas, que, no mínimo, acentuavam o desinteresse pela discussão das variadas facetas da vida regional.

Enfim, “a nova aurora” da história intelectual maranhense configurou-se como um período em que os problemas e as especificidades regionais passaram a constituir-se o elemento substantivo dos interesses da elite letrada inclusiva. Historiadores, geógrafos, engenheiros, médicos, advogados, jornalistas, pedagogos filósofos, enfim, profissionais dos mais variados ramos do conhecimento, entronizaram o Maranhão como o objeto de suas preocupações temáticas, técnicas ou afetivas, de sorte que acabaram por mapear-lhe as

entranhas e sintetizar seus defeitos e suas virtudes. Para eles, urgia afirmar uma identidade para o Maranhão, tal como prenunciava o discurso de Lisboa (1922, p. 12).

Aqui, pois, senhores, sempre convosco pelo engrandecimento do nosso Maranhão, cujas tristezas das ruínas de Tebas, havemos de substituir pelas alegrias de florescência de Atenas, entregando-o melhorado e ressurgido aos que nos tiverem de continuar na arena deste imperioso dever.

Aos tempos de fausto, a florescência de Atenas, aos tempos de decadência, as ruínas de Tebas. Nesse jogo de contrários, o passado florescente devia ser a nota sonante em face do presente desconforme. Este alçava o maranhense à condição de um ser deficiente que precisava ser melhorado para que o Maranhão pudesse marchar em direção ao progresso e à civilização.

Assim, tal como supõe Nunes (2000, p. 299),

“compondo-se e recompondo-se pela oscilação entre Tebas e Atenas o Maranhão é pensado [pelos novos atenienses] mediante as representações mentais de ‘ruínas’ e ‘florescimentos’, que remetem a padrões de ‘atraso’ / ‘decadência’ e ‘prosperidade’. Nos vazios deixados por um e outro padrão consubstancia-se as potencialidades. Nas fendas entre o que foi e o que é encontra-se o vir-a-ser.

Os novos atenienses operaram, evidentemente, uma mudança substancial no ambiente cultural do Maranhão, durante o espaço temporal compreendido entre a última década do século XIX e as três primeiras do século XX. Foram eles responsáveis pela reavaliação e ressignificação do universo de representações existentes acerca da realidade regional, instituídas sob a égide de outras referências. Por outro lado, entronizaram novas representações nesse mesmo universo simbólico, em decorrência da intervenção procedida, através da qual pretendiam compreender a natureza do processo histórico maranhense para elencar algumas providências necessárias ao soerguimento do Maranhão decadente.

Para os novos atenienses, o passado intelectual maranhense afigurava-se-lhes como prova e garantia de que a decadência reinante em seu tempo poderia ser vencida; atribuíram-se um papel de relevo no esforço de reação que visava dotar o Maranhão de vida cultural ativa, à semelhança dos tempos em que se construíram as glórias passadas; ambicionavam, esses intelectuais, reeditar as excelências do tempo em que o Maranhão era Atenas, revalorizar o culto àqueles ancestrais fundantes da tradição gloriosa, de modo a reinscrever a terra timbira no cenário intelectual do país. Para tanto, insinuava-se-lhes cada dia mais pungente a auto-convocação que essa elite letrada imputava-se no sentido de

desempenhar um papel de liderança, organizando, estimulando e legitimando as iniciativas tendentes a ampliar e fortalecer as teias do universo cultural gonçalvino.

O dinamismo cultural vivenciado pela sociedade maranhense, no lapso de tempo adotado neste trabalho, advindo dessa consciência da necessidade de reconstruir o presente e projetar o futuro sob desígnios do passado, pode ser avaliado através das mais variadas iniciativas de organização da cultura regional, para além dos estreitos limites dos projetos intelectuais mediados pelas injunções políticas vigentes. Nesse sentido, a formatação de um sistema cultural orgânico ampliaria as possibilidades desses intelectuais realizarem seus projetos num mercado de trabalho consentâneo às suas perspectivas de soerguimento da vida maranhense, em geral.

Assim, a constituição de uma obra, abrangendo os mais variados ramos do conhecimento, a fundação de inúmeros periódicos, geralmente de duração média e efêmera, a criação de um leque variado de instituições orientadas para o atendimento de interesses difusos da sociedade, a realização de uma gama eventos de natureza diversa e a indicação de proposições cujo vetor era redimensionar importantes aspectos da realidade inclusiva, tudo convergia para dar equilíbrio e ossatura ao projeto neo-ateniense de gestar um ambiente cultural com condições materiais e institucionais de se autoreproduzir, sem embargo das vicissitudes da realidade presente.

3.1 Frutos selvagens – A produção intelectual

A produção intelectual realizada pelos neo-atenienses, no período compreendido entre a última década do século XIX e as três primeiras do século XX, refletiu bem os sentimentos e as expectativas da elite regional em face dos cenários prefigurados com a vitória do abolicionismo e do republicanismo.

Como boa parcela dos membros dessa elite participou efetivamente de tais processos – visando resgatar o Maranhão das teias da atmosfera de decadência que comprometia seu passado, tido como seu bastião de glória e de singularidade, para incluí-lo nas sendas da modernização, do progresso e da civilização, que bafejavam um sopro renovador em algumas partes do país –, o momento era, com efeito, propício para o cometimento de uma intervenção qualitativa no seio da realidade objetiva através da reflexão dos mais variados aspectos integrantes da trajetória maranhense.

Nesse sentido, no conjunto da obra dos novos atenienses, a eleição do referente espacial denominado Maranhão, como objeto preferencial de análise, passou a fazer parte das cogitações intelectuais dessa elite ilustrada, com peso diferenciado daquele dado pelos seus antepassados.

A obra produzida conferiu, pois, relevo a dois níveis interagentes de preocupações: de um lado, aqueles orientados para a discussão do contexto sócio-cultural vigente, propondo alternativas para o aperfeiçoamento do ser humano, da sociedade e de seus problemas e potencialidades; por outro, aquelas direcionadas a reafirmar mitologias pretéritas consagradoras de uma posição singular atribuída ao Maranhão no universo intelectual brasileiro.

No primeiro caso figuram as obras de inspiração sócio-humanística, produzidas por historiadores, geógrafos, pedagogos, políticos, sociólogos, etnólogos, antropólogos, etc, e aquelas oriundas da literatura médica e técnica, produzida por médicos, de várias especialidades, e por engenheiros. Todos acentuaram sua reflexão sobre a realidade maranhense, analisando-a sob o influxo dos parâmetros positivistas e cientificistas, que faziam prosélitos à época.

No segundo caso situam-se as obras literárias. Nestas, apesar de na produção de alguns literatos constarem títulos cuja temática visava problematizar questões cruciais para alicerçar a reprodução da realidade inclusiva em novas bases, uma significativa parcela das peças literárias restou marcada pelo cultivo reiterativo e acrítico do patrimônio cultural instituinte da tradição ateniense, até segunda ordem, o tônico das excelências do ser maranhense.

Para melhor apreciação dessas características da produção intelectual dos novos atenienses, veja-se o exame individualizado daqueles considerados os autores mais expressivos dessa fase da história intelectual maranhense, conforme sinalizam as agências de legitimação e consagração intelectual da terra das palmeiras.

José Ribeiro do Amaral realizou seus estudos secundários em São Luís. Foi professor do Colégio São Paulo, de sua propriedade, e do Liceu Maranhense, deste foi diretor, assim como também o foi da Biblioteca Pública. Historiador, ao longo da vida ameculhou uma das maiores hemerotecas do Maranhão, hoje constituinte do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite.

Afora um opúsculo sobre o conde de Escragnoles e um livro sobre a fundação de Belém, Ribeiro do Amaral dedicou-se exclusivamente a narrar as coisas do “Maranhão histórico”. Desse modo, concretizou obra de avaliação de conjunto da história maranhense,

tanto quanto outras ligadas à exploração de aspectos, fatos, figuras e períodos da vida regional. Discorreu sobre o Maranhão, a Balaiada, efemérides e nobiliarquia maranhense, além de ter elaborado alentados estudos sobre a primazia do Maranhão na questão de limites com o Piauí.

Trata-se, pois, de um intelectual umbilicamente dominado por estímulos atávicos, que o conformaram em verdadeiro “fruto selvagem”, narrador da cena provinciana em sua dimensão histórica. Deixou apreciável produção como colaborador em alguns periódicos de São Luís.

Manuel de Béthencourt, português de origem, brasileiro naturalizado, foi professor de Filosofia do Liceu Maranhense, atividade que o aproximou da juventude secundarista de sua época, da qual tornou-se uma referência obrigatória. Sua idéias ficaram expressas basicamente nas colunas dos vários jornais em que atuou, inclusive sua obra mais importante: o romance crônica *A Crise* (1902), em que problematiza a sociedade do Maranhão, especialmente a de São Luís, na conjuntura subsequente à abolição da escravidão e à proclamação da República.

Béthencourt foi um dos principais intelectuais do Maranhão durante a década de 1890. Foi um dos agitadores da cena cultural coeva, tanto das salas do Liceu quanto das colunas dos jornais, quando discorria sobre os problemas que afligiam o Maranhão.

Antonio Baptista Barbosa de Godóis, bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, exerceu funções proeminentes no Maranhão. Foi um dos mais destacados professores do seu tempo na Escola Modelo e na Escola Normal, da qual foi diretor. Sua obra incidiu basicamente sobre a discussão de questões pedagógicas ocorrentes em sua época. Nela é possível encontrar-se desde títulos de cunho didático, como uma *“História do Maranhão para alunos da Escola Normal”*, como de vulgarização das tendências pedagógicas coevas, passando ainda por outros proponentes de parâmetros educacionais para escolas primárias, no que concerne à instrução, à higiene pedagógica, a programas de disciplinas, etc. Foi o autor da letra do hino maranhense, além de ter deixado copiosa colaboração na imprensa nativa, invariavelmente tratando de questões ligadas à história e à educação maranhenses.

Nessa galeria também granjeou destaque o geógrafo Justo Jansen Ferreira. Doutor em Medicina, exercitou essa profissão ao lado da de professor catedrático de Geografia Geral e Corografia do Brasil, no Liceu Maranhense, de Física, Química e Mineralogia, na Escola Normal, e do Instituto de Humanidades. Construiu sua trajetória profissional nos limites da terra natal, mas tinha ponderável reputação fora dela, o que lhe incluía como sócio-correspondente dos Institutos Histórico e Geográfico do Brasil e do Ceará, das Sociedade

Astronômica de Paris, de Geografia de Lisboa e de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro e do Paraná.

Sua obra, descontando-se um estudo sobre a tuberculose e dois outros sobre questões pedagógicas, concentrou-se na descrição do ambiente geográfico maranhense. Nessa área percorreu os mais diversos ramos da ciência geográfica.

Tais intelectuais são tidos, cronologicamente, como representantes da segunda geração de atenienses, porém, para os objetivos desta pesquisa, foram eles incluídos entre os novos atenienses: primeiro, porque realizaram sua produção intelectual dentro do marco cronológico eleito na pesquisa; segundo, porque a cena maranhense construiu o objeto substantivo de apreciação para eles; terceiro, porque foram eles, além de outros não examinados nesta seção, preceptores, incentivadores e colaboradores da juventude neo-atenienses em seus esforços de reanimação da atmosfera cultural maranhense.

Indubitavelmente, Antonio Francisco Leal Lobo foi a figura de maior expressão do movimento de ressurreição cultural promovido pelos novos atenienses, até sua morte em 1916.

Autodidata, alcançou reputação exercitando a atividade docente na Escola Normal e no Seminário das Mercês. Essa atividade permitiu-lhe contato freqüente com a “mocidade estudiosa”, estimulando-a a se engajar nas lutas pelo revigoramento da vida maranhense. Por outro lado, exercendo as funções de diretor da Biblioteca Pública e do Liceu Maranhense e de inspetor da Instrução Pública, ambicionou marcar sua atuação propondo uma metodologia moderna para dar cabo aos fins últimos das instituições sob sua responsabilidade. Nesse sentido é que foram concebidas reformas no sistema educacional vigente e introduzidos princípios biblioteconômicos inéditos no Maranhão, quando foi reorganizada e reinaugurada a Biblioteca Pública do Estado, em 1890.

Jornalista polêmico e combativo, consumiu boa parte de sua vida no exercício diário do periodismo. Como colaborador, redator e diretor dos mais importantes periódicos de seu tempo (O Século, Philomathia, A Cruzada, Pacotilha, A Tarde, Diário do Maranhão, Federalista, O Jornal, Revista do Norte e Revista Elegante), deu lume a textos políticos, ficcionais, de vulgarização científica e de crítica literária, manejando vigorosamente o capital cultural amealhado, especialmente nos domínios da sociologia e da biologia.

Em sua produção intelectual, além de algumas traduções de romancistas e teatrólogos, de obras de vulgarização científica e de relatórios decorrentes do exercício de funções diretivas no organismo estadual, destacam-se os estudos relativos à política e,

principalmente, à trajetória literária maranhense, em que fundou uma periodização seguida, desde então, pela maioria dos analistas dessa temática, sem maiores controvérsias.

Foi um dos conferencistas mais requisitados de sua época e em muito concorreu para a instituição da Universidade Popular do Maranhão, instituição que, entre 1909 e 1910, serviu de palco para que Antonio Lobo e outros intelectuais coevos exercitassem a oratória, discorrendo sobre as mais variadas temáticas.

Enfim, Antonio Lobo foi um agitador cultural em luta permanente contra a atmosfera refratária à concretização de projetos não alinhados com as expectativas de uma sociedade tradicional, preconceituosa e decadente.

Talvez por isso, sua atuação marcou profundamente a “juventude ledora”, a ponto de ter sido ele homenageado com a distinção de membro honorário da grande maioria das instituições culturais e literárias por ela constituída nas duas primeiras décadas do século XX.

Aquiles de Faria Lisboa, farmacêutico, graduado na Bahia, e doutor em Medicina no Rio de Janeiro, se destacou no exercício da atividade médica, sendo considerado um dos mais importantes profissionais do seu tempo, com relevantes contribuições científicas, decorrentes do estudo sistemático de problemas regionais tradicionais como a lepra e a tuberculose. Por outro lado, ampliou sua atuação com uma obra marcada pela reflexão de problemas ligados à questão educacional em geral e do Maranhão, além da exploração de “questões do interesse público” anciladas a problemas de sua terra natal.

Inácio Xavier de Carvalho, bacharel em Direito, graduado pela Faculdade de Recife, se firmou como um magistrado de grande reputação, além de jornalista, professor e poeta.

Como poeta foi considerado um dos mais inspirados sonetistas da época, conforme é possível aquilatar do exame de suas duas obras principais: *Frutos Selvagens* e *Missas Negras*. A primeira, lançada em 1893, foi apontada como o marco inicial da quarta fase da literatura maranhense – a decadentista. Entretanto, foi a segunda obra que alçou esse intelectual à categoria de um dos mais destacados simbolistas brasileiros. Nela, em expressões fortes e imagens penetrantes, o autor pincelou vários aspectos das entranhas do Maranhão solapado pela decadência obsedante.

Fran Paxeco, português de nascimento, por questões políticas emigrou para o Brasil, no qual após rápida passagem pelo Rio de Janeiro, se estabeleceu na Amazônia, residindo nos estados do Amazonas, Pará e Maranhão, onde permaneceu radicado cerca de vinte anos, inclusive constituindo família.

Durante sua permanência no Maranhão, com pequenos intervalos, de 1900 a 1923, constituiu-se uma das figuras mais expressivas do ambiente cultural inclusivo. Foi um animador, um colaborador e um realizador de iniciativas orientadas para a reinserção do Maranhão nas agendas intelectuais nacionais, considerando que o estado perdera a posição ímpar conquistada nos tempos imperiais e contava com um ponderável grupo de intelectuais com potencialidades para redefinir a trajetória de desânimo observada. Com esse fito, irmanou-se à elite nativa, atuando na vanguarda de preocupações intelectuais e de empreendimentos sócio-culturais que objetivavam redimensionar a vida cultural maranhense.

Jovem intelectual, em dia com as questões importantes do seu tempo, Paxeco participou ativamente do movimento cultural regional, inscrevendo seu nome nas páginas literárias e jornalísticas, nas campanhas para soerguimento, afirmação e fundação de instituições de que se ressentia o meio inclusivo, nas comemorações cívicas e eventos realizados durante o tempo em que aqui permaneceu, na docência exercitada em escolas públicas e particulares e na Faculdade de Direito, e na produção de uma obra apreciável, em que predominaram preocupações com o exame da realidade maranhense.

Paxeco deixou uma copiosa bibliografia composta por cerca de 60 títulos publicados em Lisboa, Coimbra, Rio de Janeiro, Belém, Manaus, Cruzeiro do Sul (Acre), Gênova e São Luís. Dessa produção intelectual, 40 títulos foram publicados em São Luís, constituindo-se de artigos de revista e de jornais, relatórios, conferências, comédias e dramas, edição de inéditos de Felipe Franco de Sá (organização e prefácio) e livros versando sobre os mais distintos assuntos. De tais títulos, 15 tratam especificamente de aspectos da vida maranhense, entre eles, *O Maranhão e seus recursos*, *O comércio maranhense*, *Os interesses maranhenses*, *O Maranhão* (subsídios históricos e geográficos), *O trabalho maranhense*, *Portugal e Maranhão*, *Geografia do Maranhão e Os Trabalhos do Congresso Pedagógico do Maranhão*, além de várias biografias de intelectuais regionais, que exemplificavam as inquietações intelectuais que o moviam e as preocupações concernentes ao desempenho de suas funções de cônsul português no Maranhão.

Fran Paxeco, enfim, ligou-se ao meio intelectual regional, atuando ao lado de velhas e novas figuras da elite letrada local, “*orgulhosa do seu passado*”, mas vacilante em seu presente e “*preocupada do seu porvir*”.

Outro importante neo-ateniense foi Raul Astolfo Marques. Após vencer óbices interpostos por sua origem social (mulato de família humilde), amealhou posição destacada no cenário cultural local como jornalista, tradutor, cronista e romancista, desde quando ingressou como servente na Biblioteca Pública estadual. Em sua obra, o fato regional esteve sempre

presente, tanto nos contos da *Vida Maranhense* quanto no enredo novelístico que deu para os acontecimentos ligados à Abolição da Escravidão e à Proclamação da República, arrolados em *A Nova Aurora*. O Maranhão também foi o tema básico de grande parte de sua produção jornalística, na qual debateu aspectos e questões candentes da realidade timbira.

Importante nome da grei neo-ateniense foi Domingos de Castro Perdigão. Dirigiu por muitos anos a Biblioteca Pública estadual e coordenou edições estaduais de exposições e feiras maranhenses, além de representar o Estado na Exposição Nacional de 1908. Perseguiu por longos anos o objetivo de fundar em São Luís uma faculdade de Direito, concretizando-o em 1918 e sendo, mais tarde, homenageado com o título de doutor *honoris causa* da mesma faculdade.

Sua obra repercutiu principalmente as questões ligadas aos seus afazeres de servidor público, razão pela qual nela constam catálogos, relatórios e exposições constituídos para cumprir necessidades administrativas. Entretanto, em todos restou manifesta a intenção de elaborar um proficiente exame dos aspectos abordados.

Para além dessa obra de cunho oficial, Perdigão realizou um alentado estudo sobre o naturismo (**O que se deve comer**), em que projetou um cardápio vegetariano para 365 dias, com várias opções para as refeições básicas, tendo ele tomado como referencial alimentício a variada gama de verduras, legumes e frutas maranhenses. Em outro estudo igualmente importante (**O que se deve ler**), Perdigão formulou um plano de estudos para usuários do acervo da Biblioteca Pública estadual compreendidos entre as faixas etárias de 8 aos 18 anos, prescrevendo que usuários de 8 aos 12 anos devessem organizar suas leituras adotando como referencial o patrimônio consolidado pelos seus conterrâneos em todas as áreas do conhecimento – isto é, conhecessem a obra de maranhenses sobre o Maranhão –, para, daí então, de 13 aos 15 anos e de 16 aos 18 anos, gradativamente, conhecendo bem as várias facetas da trajetória regional, dar cabo a leituras mais abrangentes. Afora isso, tematizou, pioneiramente, a massificação das bibliotecas infantis e constituiu-se um dos mais expressivos vulgarizadores do Esperanto no Maranhão.

José Américo Olímpio Augusto Cavalcante dos Albuquerque Maranhão Sobrinho foi servidor público em São Luís e em Manaus, para onde emigrou e onde veio a falecer. Poeta simbolista, considerado um dos mais importantes do Maranhão, legou uma obra marcada pela exuberância imagética, pela fluidez do verso e pela qualidade e apuro artístico. Aliás, boa parcela de sua obra somente pode ser apreciada em jornais e revistas de São Luís, Belém e Manaus; outro tanto perdeu-se definitivamente em suas andanças de boêmio inveterado pelos lugares mais díspares e nem sempre indicados para o exercício do seu ímpeto

versejador. A temática regional não se destaca no conjunto da obra, mas é possível vislumbrá-la em muitas vagas imagéticas construídas pelo autor para tratar das questões locais.

Expressivo intelectual da sementeira neo-ateniense foi Domingos Quadros Barbosa Álvares: político, jornalista, contista e orador. Atrelado aos meandros de várias situações políticas dominantes no estado, Domingos Barbosa colaborou com o renascimento neo-ateniense tanto como dirigente da Imprensa Oficial quanto como Secretário Geral do Estado, ao cancelar a publicação de obras dos seus pares sob os auspícios do poder público através da Imprensa Oficial. Sua obra, no geral, incidiu sobre questões regionais. Os contos, sua especialidade, são repletos de imagens do cotidiano estadual, apresentadas com inspiração, fluência e leveza. Um deles, *Mosaicos*, é considerado uma das obras mais importantes e, talvez, a que melhor caracteriza os neo-atenienses nesse gênero. Legou uma produção destacada nos periódicos de São Luís e de Belém.

Figura ímpar entre os novos atenienses, José do Nascimento Moraes impôs-se no concerto sócio-cultural maranhense do seu tempo após vencer, pela instrução formal, as barreiras sociais interpostas ao fato de ser ele originário de pais analfabetos, pobres e negros.

Foi professor de muitas gerações estudantis, quer exercitando a cátedra de Geografia do vestuto Liceu Maranhense, quer lecionando Português e Geografia nas mais conceituadas escolas privadas de São Luís.

Por outro lado, no periodismo paroquial, Nascimento Moraes alicerçou uma sólida reputação que o alçou à condição de figura exponencial, um luminar, do cenário maranhense do período em estudo. Essencialmente jornalista, exerceu essa atividade ininterruptamente por cerca de meio século, geralmente como a expressão maior do periódico em que atuava. Envolveu-se, pois, de corpo e alma nas sendas do jornalismo nativo, travando pugnas memoráveis com outros intelectuais regionais acerca de questões científicas, literárias, estilísticas, sociais, políticas e culturais ocorrentes ao marco delimitado por esta pesquisa. Nessa labuta, manejava excepcionalmente o capital cultural constituído percucientemente ao cabo de penosas e sistemáticas sessões de leituras de autores regionais, nacionais e estrangeiros, cujas obras circulavam no mercado insulado da capital maranhense.

Para além da produção intelectual atrelada ao desempenho sacerdótico da faina jornalística, Nascimento Moraes, como romancista de filiação naturalista, legou uma obra matizada pelas amarras do insulamento e pelas garras tentaculares de atavismo deliberado. Nela, a temática recorrente foi sempre o Maranhão e seus problemas, particularmente quando cometeu a crítica veemente dos pilares constitutivos e dos costumes secularmente arraigados da sociedade inclusiva. A produção dessa obra foi marcada pela dimensão típica de *fruto*

selvagem gestado nas entranhas mais recônditas do torrão natal, carregando, pois, as qualidades e os defeitos, os sucessos e as derrotas da genética que historicamente o formatou.

A síntese desse labor desenvolvido em meio a *rachaduras solarescas* foi o romance-crônica *Vencidos e Degenerados*: uma radiografia, aliás uma ressonância magnética de cunho sociológico do cotidiano provinciano no contexto seqüente à abolição da escravatura e da proclamação da República. A precisão com que o autor registrou os processos em curso naquela sociedade ciosa de tradições herdadas de tempos de fausto, alicerçados pela subsunção do cativo negróide, remeteu sua obra ao patamar dedicado a *O Mulato*, de Aluísio Azevedo. Provavelmente, não fosse a intensa atividade jornalística em que se envolveu Nascimento Moraes, sua produção intelectual como romancista teria sido mais ampla e melhor definida.

Antonio Lopes da Cunha bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Recife e, de volta à terra natal, ingressou na magistratura. Foi professor catedrático de Literatura no Liceu Maranhense, lecionando também na Faculdade de Direito do Maranhão; desempenhou ainda as funções de Intendente de São Luís. Além dessa atividades, pontificou na imprensa local debatendo temas de interesse geral, literários e históricos.

Analisada em conjunto, sua obra versou predominantemente sobre questões ligadas à trajetória histórica maranhense, especialmente de São Luís e de Alcântara, por outro lado, realizou estudos acerca de questões atinentes ao universo educacional do Estado, tendo, inclusive, como dirigente da educação municipal de São Luís, intentado lançar bases para a afirmação dos pressupostos da escola nova no município da capital maranhense.

Por fim, Raimundo Lopes da Cunha (1894-1941), após receber a graduação de bacharel em Ciências e Letras pelo Liceu Maranhense, passou a lecionar nesse mesmo estabelecimento oficial de ensino as disciplinas História e Geografia do Brasil, consagrando-se como um dos mais respeitados professores dessa tradicional escola de formação básica de elite letrada maranhense e uma das agências de legitimação e consagração intelectual disponíveis na capital timbira.

Pelo menos até 1925, salvo pequenos intervalos, Raimundo Lopes desenvolveu apreciável atividade intelectual em São Luís, particularmente como colaborador de importantes veículos da imprensa nativa, bem como de periódicos de instituições literárias surgidas nesse lapso de tempo na capital maranhense.

Já a essa época, precocemente, firmava-se como um competente cientista voltado, especialmente, para os estudos geográficos, históricos e etnográficos. Nessa atividade, suas investigações incidiram preferencialmente sobre aspectos da realidade regional, alicerçando-

se com leituras atentas dos avanços teóricos-metodológicos das áreas do conhecimento por ele eleitas.

Nessa primeira fase, como um intelectual essencialmente regional, Raimundo Lopes publicou *O torrão maranhense*, uma conquista intelectual de peso no âmbito da geografia. Com efeito, trata-se de obra pioneira nessa área nos horizontes provincianos e mesmo até em amplitude nacional, considerando-se ter ele utilizado-se de postura interdisciplinar para dar cabo ao projeto de arejar a geografia regional com fundamentação teórica que ultrapassasse o tradicional esquematismo constituinte das obras disponíveis sobre o Maranhão geográfico.

Após 1925, Raimundo Lopes prosseguiu sua trajetória científica no Rio de Janeiro, no Museu Nacional, como integrante destacado da equipe de Roquete-Pinto, tendo elaborado uma produção intelectual copiosa com vários e importantes trabalhos cujo interesse substantivo era o estudo de aspectos das realidades maranhense e nordestina.

A eleição dos novos atenienses anteriormente enumerados nesse multifacetado e inconcluso painel biobibliográfico teve a intenção de apontar a emergência de um esforço percuciente de intelectuais regionais movidos pelo interesse mais lato de reatar o Maranhão às suas antigas tradições de celeiro brasileiro de intelectuais de ponta no cenário nacional. Os eleitos podem ser considerados os mais representativos desse objetivo, mas certamente não excluem inúmeros outros autores que fundaram sua contribuição nos mais variados campos do conhecimento, baseados nessa premissa e irmanados pela necessidade de dotar o Maranhão e, em especial, sua capital de vida intelectual orgânica, fulcrada no exame permanente dos problemas que concorriam para malbaratar a posição desfrutada pela província em espamódicas épocas de fastígio.

Não se trata de classificar como menores e inexpressivos os que não foram arrolados, mas destacar os mais representativos dentro das áreas em que consolidaram sua obra. Em nossa ótica, a produção intelectual dos expoentes arrolados somente pode ser dimensionada se referida ao conjunto das obras do universo neo-ateniense. Todas dizem respeito a um contexto em que esses intelectuais se moviam impelidos pela necessidade de ascultar as entranhas da natureza e do homem maranhenses, visando entender os processos ocorrentes nessa realidade específica, decadente para a fração detentora e monopolizadora do poder público e econômico e de prestígio social e cultural ao longo da trajetória provincial do Maranhão.

Enfim, a orquestra neo-ateniense, no geral, através da produção intelectual dos seus integrantes, visou tocar um concerto tendo como peça básica uma partitura

essencialmente maranhense, a repetir, como se refere Brito Broca (1975, p. 55), uníssona, o trecho conclamatório: “Urge restabelecer a supremacia intelectual da decantada Atenas Brasileira”.

Entrementes, essa atividade neo-ateniense eivada de impulsos atávicos que circunscreviam o panorama cultural maranhense, realizava-se quando o estado, “distanciando-se, com velocidade estarrecedora, da dinâmica da discussão para a renovação estética brasileira, concentrada em São Paulo e no Rio de Janeiro, com acentuado direcionamento para Recife e Belo Horizonte”, assistia à proliferação de “sociedades literárias em São Luís, destituídas de vínculo orgânico com o debate estético emergente” no centro-sul e em Recife, sociedades essas que se constituíram em “comunidades culturais densamente preservacionistas” (CORREA, 1993, p. 185-6).

Muitos eram os maranhenses a fulgir no cenário nacional, nos mais distintos ramos do conhecimento. Tais intelectuais não foram contemplados nesta pesquisa, considerando-se estar a sua produção intelectual integrada às requisições mais amplas das discussões acerca da idéia da construção de um novo Brasil. Assim, Artur e Aluizio Azevedo, Coelho Neto, Humberto de Campos, Viriato Correa, Nina Rodrigues, Dunshee de Abranches, Graça Aranha, Raimundo Correa, Almeida Nunes, Mendes Pereira e tantos outros, somente interessam a este trabalho enquanto maranhenses de projeção nacional que, de um modo ou de outro, serviam de espelho para tentativas de renascimento cultural encabeçadas pelo *frutos selvagens*, que se irmanavam, em São Luís, na ambiência insulada e distante dos roteiros de chacela de reconhecimento nacional.

Estes, os novos atenienses, os *frutos selvagens* da messe empobrecida, seguiam construindo *minaretes* para espargir sonoridades convocatórias e estimuladoras, usando suas *harpas de fogo*, de modo a reacender a chama olímpica do aticismo reivindicado como estalão de valor sem par no mercado de legitimação e de consagração da singularidade maranhense de constituir-se um celeiro de odes, de vates e de gênios.

Em suma, um Parnaso, onde movimentava-se um mosaico de periódicos e de editores privados, institucionais e do poder público, que proporcionava publicidade à produção intelectual de sua elite letrada e ávida de reconhecimento, pelas letras, ao menos em nível estadual, mormente na capital, onde o movimento cultural alcançava dinamismo ponderável.

3.2 Mosaicos – Periódicos e editores

Efetivamente, durante o lapso temporal demarcado neste trabalho, havia uma produção intelectual realizada pelos novos atenienses. Atendia ela aos interesses mais imediatos de afirmação regional dos intelectuais nativos, progressivamente alijados das grandes questões dos debates travados em centros culturais mais dinâmicos do Brasil. Assim, antes da tentativa de buscar nesses centros o reconhecimento intelectual e/ou melhores condições econômicas, boa parcela dessa elite letrada buscava constituir uma obra, em âmbito regional, que lhe permitisse apresentar-se com alguma vantagem no complexo e seletivo mercado de consagração intelectual nacional.

Nesse sentido, pouco adiantava a esses intelectuais constituir amplo patrimônio de inéditos. Dar publicidade à produção individual era uma meta perseguida diuturnamente. Urgia dar lume e concretude a esse patrimônio, fruto de trabalho paciente, direcioná-lo ao atendimento de expectativas nem sempre modestas. Com ele consolidado e acrescido paulatinamente, na medida das possibilidades intelectuais e da faina cotidiana desenvolvida, o intelectual neo-ateniense podia vislumbrar melhores condições para ombrear-se aos prógonos referenciais, instituidores da Atenas Brasileira.

Ao tempo da construção do mito ateniense, uma imprensa dinâmica e um arrojado segmento de editores projetava no seio comunitário e para além de suas fronteiras a produção intelectual tanto da elite nativa quanto daquela de províncias próximas pela importância das obras publicadas e pela qualidade gráfica dos trabalhos.

A tentativa de renascimento cultural encetada pelos novos atenienses visava, nesse prisma, remontar um ambiente capaz de dar publicidade a suas produções intelectuais, mesmo considerando os altos custos da empresa editorial e a sensação variegada de esmorecimento das forças ativas estaduais. Afinal, atuando na imprensa, o intelectual tinha amplas possibilidades de alcançar sucesso e reconhecimento e de amplificar suas idéias para um público mais diversificado, potencialmente consumidor de produções impróprias para vulgarização através de publicações periódicas mais especializadas.

Assim, no espaço de quarenta anos demarcados por esta pesquisa, o universo editorial maranhense viu nascer e perecer uma copiosa variedade de periódicos e de empresas editoriais, cuja quantidade excedeu em muito o número de frutos gerados pela herança de Gutenberg nos cerca de setenta anos de sua existência na província, se tomarmos como

referência os títulos catalogados por ARANHA (1979), acrescidos de anotações complementares e retificadoras nossas.

Tratou-se, pois, de um movimento expressivo nessa área, mesmo atentando-se para o fato de que a ampla maioria dos periódicos e editoras teve duração efêmera. Desse modo, o falecimento precoce de projetos particulares, institucionais e de interesses difusos da sociedade deve ser vinculado à situação de empobrecimento geral que acometia progressivamente o Maranhão, não permitindo longevidade a empreendimentos culturais dessa natureza, nascidos mais do voluntarismo de seus proponentes do que da análise fria dos indicadores econômicos envolvidos em semelhantes empresas.

Entretanto, enquanto sobreviveram, tais iniciativas contribuíram, ao seu modo, para dar vazão à produção intelectual da elite letrada maranhense, quer publicando os trabalhos próprios para a vulgarização jornalística quer editando as obras de maior densidade. De qualquer modo, serviram elas para projetar no cenário local uma boa parcela dos novos atenienses, a seguir integrados aos corpos redacionais e diretivos dos órgãos de maior longevidade.

O lapso temporal estudado foi pródigo no que concerne à aparição de publicações periódicas. Com efeito, expressando interesses os mais díspares do seio da sociedade maranhense, foram concretizados mais de 210 publicações periódicas diárias, hebdomadárias, quinzenais e mensais, nesse curto período de 40 anos. Constitui-se, pois, um quantitativo apreciável, levando-se em conta que de 1821 a 1889, isto é, durante 68 anos, as publicações periódicas maranhenses não excederam a 130 iniciativas. Se for considerado o meio século compreendido entre 1931 e 1980, o número de periódicos editados não chega a 150 títulos. (ARANHA, 1979).

A ampla maioria dos periódicos publicados durante a República Velha no Maranhão constituiu-se de iniciativas fugazes, de curta e de curtíssima duração. Um pequeno número deles, mantido pelos maiores empreendimentos tipográficos do estado, constituiu trajetória de longa duração, formando a grande imprensa regional e servindo de pousio para o exercício da atividade jornalística de ampla maioria dos intelectuais estudados. Neste caso, merecem destaque jornais como o Diário do Maranhão, A Pacotilha (nascidos no período imperial), Federalista, O Imparcial, O Combate, A Hora, todos de São Luís, e o Norte, de Barra do Corda, Jornal do Comércio e Jornal de Caxias, Comarca de Codó, Gazeta de Picos e Cidade de Pinheiro, que constituíram-se importantes veículos de comunicação durante o período estudado, ao lado do Diário Oficial do Estado do Maranhão. Este, fundado em 1905, entrou em funcionamento a partir de 1906, publicando, além de material oriundo do poder

público, expressiva produção dos intelectuais neo-atenienses sob a forma de artigos, discursos, conferências e trabalhos similares.

Além dos jornais, no período estudado foram publicadas várias e importantes revistas. Aquelas que maior destaque tiveram foram: a Revista Elegante, especializada em assuntos relativos à moda; a Revista Maranhense, dedicada às artes, às ciências e às letras; a Revista do Norte, cujo projeto editorial visava abrigar as discussões relativas aos mais distintos ramos do conhecimento, além de variedades, e fazê-la circular nos estados do norte do Brasil, de Pernambuco ao Amazonas; e as Revistas da Academia Maranhense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, cujas linhas editoriais se ligavam aos interesses estatutários daqueles sodalícios.

A existência efêmera ou longeva de tais periódicos reforça a convicção liminarmente defendida neste trabalho de que o ambiente cultural maranhense ganhava um dinamismo novo, de renovação, em que pese o discurso carregado e a sensação asfixiante da decadência material estioladores de tentativas renascentistas.

Do ponto de vista dos editores, alguns deles gerenciavam empreendimentos fundados em tempos imperiais (Tipografia do Diário do Maranhão, Tipografia da Pacotilha, Tipografia Ramos de Almeida e Tipografia do Frias), os demais constituíram seus negócios tipográficos e editoriais ao longo da renovação neo-ateniense. Neste caso, destacam-se a Tipogravura Teixeira e a Tipografia J. Pires, além da Imprensa Oficial, constituída pelo poder público em 1905.

Afora os editores mais bem aquinhoados com recursos financeiros e técnicos, não foi desprezível a participação dos pequenos editores de São Luís e do interior do estado. Através deles, projetos editoriais mais modestos introduziram no mercado de bens culturais uma boa parcela de obras de autores consagrados ou desconhecidos regionalmente.

A produção intelectual realizada pelos novos atenienses, em sua ampla maioria, ganhou concretude e publicidade através de projetos gestados por esses editores ou por eles desenvolvidos sob encomenda de pessoas e/ou instituições públicas e privadas. De qualquer modo, existia um parque tipográfico eficiente o bastante para dar vazão às requisições da demanda da época.

A instituição da Imprensa Oficial, em 1905, reforçou sobremaneira as possibilidades de publicação das obras dos novos atenienses. Com efeito, essa casa editora passou a publicar sistematicamente a obra daqueles intelectuais ligados de alguma forma aos jogos de poder vigentes. Por outro lado, para ela convergiam aqueles desprovidos de recursos financeiros para bancar seus projetos pessoais ou institucionais, à espera de uma indicação de

seus trabalhos para publicação por algum integrante das camadas diretivas da situação política vigente.

Enfim, a iniciativa neo-ateniense visando soerguer o panorama cultural maranhense durante a República Velha contou com um universo tipográfico e editorial considerável, que proporcionou a vulgarização de obras, autores e temáticas para além do imediatismo e das arengas próprios de periodismo – este um solvente de projetos intelectuais de fôlego.

3.3 Minaretes - As instituições

Mesmo insulados pelo ambiente provinciano da capital gonçalvina, os novos atenienses vislumbraram dotar o Maranhão de um espectro institucional consentâneo com as demandas identificadas no seio dos variados setores integrantes da sociedade inclusiva.

Através dessas instituições objetivavam afirmar e perpetuar suas visões de mundo, possibilitar ao estado travar contatos mais duradouros com os avanços conquistados pelos mais distintos ramos do conhecimento e lançar os alicerces de um Maranhão renovado, estruturado por instituições sólidas e de alcance social abrangente. Para eles urgia, pois, enredar o Maranhão nas trilhas do progresso e da civilização, restituindo-lhe o papel desempenhando no concerto brasileiro quando conheceu épocas de fastígio e de proeminência em tempos imperiais, expressas pelo vigor da riqueza material consolidada e pela qualidade da produção intelectual de alguns dos membros de sua elite letrada, que gozava de reconhecimento nacional.

Em comparação aos intelectuais maranhenses da metade do século XIX, os novos atenienses distinguiram-se deles justamente por constituírem um patrimônio institucional jamais visto no Maranhão, voltado para dar sustentação à obra de resgatar o passado mitológico. Um monumento devotado a esse passado identificado como glorioso e imperecível, era essa a função que devia cumprir o acervo institucional criado entre 1890 e 1930, além de atender a interesses hodiernos orientados para o atendimento de demandas supervenientes.

Pelo caráter enfadonho da listagem das instituições fundadas ou que contaram com a participação de novos atenienses em seus quadros, cingimo-nos a discorrer sobre aquelas em que a atuação deles foi mais incisiva, direcionando-as a cumprir um papel de destaque no

esforço coletivo encetado para produzir um Maranhão renovado e reinscrito nos fóruns mais salientes da vida nacional.

Na última década do século XIX, após a proclamação da República, fica patente, o universo institucional estadual, como de resto pelos demais estados, estava às voltas com um amplo processo de reordenação, fomentado pela emergência do enraizamento do novo regime. Nesse sentido, competia aos intelectuais, em geral, repensar a pertinência das instituições vigentes e projetá-las conforme o novo cenário indicado.

No que concerne aos objetivos deste trabalho, um primeiro movimento observado ocorreu no âmbito do poder público e das instituições privadas, de algum modo a ele vinculadas na situação imperial.

No primeiro caso, algumas organizações ligadas à educação e à cultura regional foram recriadas, reformadas, reestruturadas ou reinstaladas, como aconteceu com a Escola Normal (1890), o Liceu Maranhense (1893), a Escola Modelo (1896) e a Biblioteca Pública (1898). Tais instituições durante sua existência, no período estudado, situaram-se entre aquelas mais cobiçadas pelos intelectuais em exame, conforme já demonstrado.

No segundo caso, para atender às requisições do novo regime, instituições como a Santa Casa de Misericórdia e a Sociedade Humanitária 1º de Dezembro (esta depositária do acervo biblioteconômico do falecido Gabinete Português de Leitura), reformularam suas disposições estatutárias e seguiram abrigando vários dos intelectuais neo-atenienses. Merece destaque no rol de tais instituições o Centro Caixeiral, fundado em 1890 sob os auspícios do segmento de caixeiros empregados no comércio de São Luís, desejosos de construir uma sociedade promotora de instrução básica e instrumental para seus membros.

O Liceu Maranhense e, especialmente, a Biblioteca Pública e o Centro Caixeiral atuaram, nesse momento, na vanguarda do movimento de renovação cultural do Maranhão. Funcionaram eles como ponto de encontro de novos e velhos intelectuais interessados em discutir os problemas regionais. Ao abrirem espaço para a realização de conferências, reuniões e outros cometimentos dessa natureza, tais organismos propiciaram a que tais intelectuais identificassem propósitos coletivos e buscassem concretizá-los através de organismos constituídos com finalidades específicas.

Nesse sentido, não obstante as agruras conjunturais que sufocavam as energias produtivas do Maranhão, sucederam-se, com dinamismo apreciável, iniciativas efêmeras e duradouras, vocalizando interesses localizados do seio da sociedade, tendentes a reformá-la ou renová-la.

A fundação da Oficina dos Novos, em 1900, refletiu o estado de ânimo vivenciado pela elite letrada regional a partir da passagem de Coelho Neto pelo Maranhão em 1899, consubstanciado pela série de conferências públicas que movimentaram os salões do Centro Caixeiral. A jovem instituição, concebida de acordo com o modelo das academias de letras já existentes, visava cultivar os vultos do passado maranhense, dar publicidade à produção intelectual dos autores da terra timbira, promover eventos cívicos, literários e similares, publicar um periódico e formar uma biblioteca especializada em obras de autores regionais.

Intelectuais como Antonio Lobo, Fran Paxeco, Astolfo Marques, João Quadros, Nascimento Moraes, entre tantos outros, envolveram-se na fundação dessa instituição patrocinada por Gonçalves Dias, concretizando sonhos de ampla faixa de intelectuais regionais que atuavam com vistas a construir uma realidade nova no Maranhão, espelhando-se em realidades pretéritas alicerçadas pelo fausto e pela glória.

Com um ano de existência, a Oficina dos Novos foi sacudida por divergências entre seus “operários”, como eram conhecidos seus membros. Da refrega, um grupo dela desligou-se e fundou a Renascença Literária. Desse grupo faziam parte Nascimento Moraes, Inácio Xavier de Carvalho, Leôncio Rodrigues, George Gromwell, Otávio Carvalho, Leslie Tavares e outros jovens e importantes intelectuais provincianos.

De 1900 a 1908, as “oficinas da renascença” espiritual do Maranhão trabalharam basicamente em torno do debate travado entre tais instituições. Secundadas por organismos com o Centro Artístico, Operário e Eleitoral (1900) e a Associação Cívica (1901), que objetivava cultivar festivamente todas as datas nacionais e estaduais, essas instituições dominaram a cena cultural regional.

Nesse lapso de tempo, pulularam associações literárias e científicas como o Grêmio Literário Maranhense, a Cooperativa Sotero dos Reis, o Clube Nina Rodrigues, o Grêmio Odorico Mendes, entre outros, levadas a efeito pela juventude letrada oriunda do Liceu Maranhense, em especial, e de escolas secundárias privadas do Maranhão. Nestas, como nas demais, salta aos olhos o culto aos prógonos atenienses efetuado por epígonos em busca de afirmação e dispostos a reanimar as tradições do Maranhão mental.

A criação, pelo poder público, em 1905, da Imprensa Oficial amplificou os projetos neo-atenienses, à medida que constituiu-se em um veículo importantíssimo para dar concretude à produção intelectual deles, dinamizando o mercado editorial, totalmente dominado por empreendimentos privados.

Já relativamente amadurecido o ambiente intelectual maranhense, em 1908, os novos atenienses, criaram a Academia Maranhense de Letras, sob o patronato do poeta

Gonçalves Dias, destinada a constituir-se um dos lugares de memória por excelência das tradições pretéritas do Maranhão intelectual. Deliberadamente voltada para honrar os sucessos literários maranhenses, o jovem sodalício nasceu no dia 10 de agosto de 1908 e foi instalado no dia 7 de setembro do mesmo ano, isto é, numa data tradicional, tendo como fundadores Antonio Lobo, Ribeiro do Amaral, Barbosa de Godóis, Domingos Barbosa, Corrêa de Araújo, Alfredo de Assis, Vieira da Silva, Astolfo Marques, Xavier de Carvalho, Godofredo Viana, Fran Paxeco e Clodoaldo de Freitas.

Vacilante em seus passos iniciais, a jovem instituição ganhou dinamismo a partir de 1916, quando foram reformados os estatutos, escolhidos os patronos para as cadeiras originais (20) e entronizados como membros fundadores, nove intelectuais que ocuparam as cadeiras vagas. A seguir, a instituição foi considerada de utilidade pública e teve a publicação de sua revista garantida pelos poderes públicos através da Imprensa Oficial.

Com função semelhante à da Academia Maranhense de Letras, e como ela cumprindo uma trajetória caracterizada pela longevidade, surgiram com pouca distância temporal entre si a Faculdade de Direito (1918), a Faculdade de Farmácia e Odontologia (1922) e o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (1925). Nesses organismos pontificou a elite letrada regional, que também integrava uma miríade de outros organismos contemporâneos a esses empreendimentos culturais. Entre os mais destacados membros dessa elite que participaram da vida de tais instituições mereceram destaque Fran Paxeco, Antonio Lopes, Domingos Perdigão, Alfredo de Assis, José Almeida Nunes, Luís Viana, Cesário Vêras, Aquiles Lisboa, etc.

A criação dos dois primeiros órgãos pelos novos atenienses objetivava trazer para o interior da realidade maranhense os benefícios da educação superior, que estava na base da emigração de muitos intelectuais para outras partes do Brasil em busca de titulação inexistente no âmbito do Maranhão. Assim, com escolas superiores aqui, vislumbravam eles fortalecer a discussão de temas e problemas da sociedade regional e oportunizar a circulação de idéias até então chegadas ao Maranhão com atraso ou reinterpretadas nas escolas superiores de outras plagas.

Com tais escolas, os novos atenienses podiam ter aqui a titulação distintiva que somente em outro meio podiam alcançar. Ademais, o grau de interferência nas coisas regionais certamente seria mais aprofundado, pensavam eles.

Quanto ao Instituto Histórico e Geográfico de Maranhão, fundado em 1925, por essa mesma elite já amplamente referida, tinha por objeto, como instituição científica, promover o estudo e a difusão do conhecimento histórico, geográfico, etnográfico, etnológico

e arqueológico ligado à vida maranhense, bem como envidar esforços para realizar eventos comemorativos de vultos e fatos notáveis do passado regional e para conservar os monumentos históricos comprobatórios de um passado memorável.

O programa do IHGM prescrevia um conjunto de ações cujo objetivo era estudar exaustivamente a realidade maranhense, de modo a dotá-la dos referenciais necessários a intervenções transformadoras. Assim é que estavam previstos tanto a vulgarização de conhecimentos científicos sobre o Maranhão quanto a realização de estudos sobre o folclore, as comemorações cívicas, as conferências públicas, as explorações geográficas e arqueológicas, a organização de uma biblioteca, de um dicionário histórico e geográfico e de uma bibliografia científica e geral contemplando o fato regional, além de ser indicado a cada sócio produzir um estudo sobre um intelectual do passado maranhense.

Como se vê, as instituições referidas, bem como as demais suas contemporâneas, foram peça umbilical do esforço de renovação cultural empreendido pelos novos atenienses no período compreendido entre 1890 e 1930. Através delas esses intelectuais projetaram seus sonhos e concretizaram ações visando alicerçar no Maranhão um sistema cultural em que o universo institucional pudesse funcionar como caixa de ressonância para cometimentos intelectuais realizados em terreno quase sempre movediço; como um lugar em que o discurso por eles emitido pudesse ganhar credibilidade e fosse legitimado pelos demais atores sociais.

3.4 Harpas de fogo – Os eventos

Uma outra área com forte intervenção neo-ateniense foi aquela concernente à realização de eventos. Com efeito, durante o período estudado, os novos atenienses, buscando reanimar as forças estioladas da realidade inclusiva, organizaram um leque variado de eventos comemorativos e de interesses específicos, que em muito concorreram para oxigenar a atividade intelectual desenvolvida principalmente em São Luís.

O período compreendido entre 1890 e 1930 foi pródigo em oportunidades para a ocorrência de eventos comemorativos, que mobilizaram com maior ou menor intensidade os intelectuais maranhenses coevos.

Já em 1892, mesmo sem grande alarde, a intelectualidade timbira comemorou o quarto centenário do descobrimento da América, bem como oito anos depois, congregava-se para comemorar também o quarto centenário do descobrimento do Brasil. Neste último caso, apesar de o evento não ter sacudido a aludida letargia reinante no meio inclusivo, os

preparativos ganharam dimensão ampliada, em vista da passagem apoteótica de Coelho Neto por sua terra, então um dos maiores nomes da intelectualidade brasileira, encarregado de fazer a divulgação do evento pelo norte do país.

Em 1908, o centenário da Abertura dos Portos, e logo a seguir, em 1912, o tricentenário da fundação de São Luís, constituíram-se em eventos comemorativos que movimentaram sobremaneira a elite letrada regional. O tricentenário foi organizado como um evento de grande porte, pois além das atividades típicas de um evento comemorativo dessa natureza, teve grande repercussão a Exposição Estadual, inaugurada na mesma ocasião, composta de cinco sessões, a saber: Agricultura, Produtos Naturais, Várias Indústrias, Artes Liberais e Indústria Pecuária. A exposição foi realizada sob a coordenação da Sociedade Festa Popular do Trabalho, entidade responsável pela realização de eventos dessa natureza desde 1871, com vários e pronunciados intervalos.

Dois outros eventos de grande repercussão na sociedade regional foram, pela ordem, o centenário da Independência do Brasil (1922) e o centenário da adesão do Maranhão à Independência do Brasil (1923). Foram comemorações ruidosas, que envolveram os mais diversos segmentos da sociedade maranhense, capitaneados pelos novos atenienses.

Nesses eventos, além dos discursos, paradas militares e outras atividades de praxe em eventos desse tipo, a produção intelectual dos novos atenienses tinha possibilidade de ganhar publicidade através da edição de livros, da realização de palestras e conferências e da publicação de artigos em jornais e revistas.

O ambiente provinciano, no período em exame, era movimentado, por vezes, pela realização de conferências literárias, científicas e de interesse geral. As realizadas no Clube Euterpe, no Centro Caixeiral e na Universidade Popular do Maranhão alcançaram expressiva repercussão e movimentaram o campo cultural maranhense, dando oportunidade a que os intelectuais regionais dessem publicidade a trabalhos nem sempre passíveis de publicação formal.

Por outro lado, igualmente movimentaram a cidade de São Luís as romarias cívicas (principalmente à estatua de Gonçalves Dias) e a ereção de monumentos em homenagem a vultos do passado maranhense. Tratavam-se de eventos em que a elite letrada provinciana engalanava-se para cultuar suas referências tradicionais, prestando-lhes homenagens endereçadas a perpetuá-las. Nessas ocasiões sucediam-se os discursos laudatórios e perorações, cujo objeto era introjetar na platéia o cultivo da memória dos vultos homenageados, demonstrando-lhe a excelência daquelas figuras na trajetória histórica regional.

Impacto semelhante, mas direcionado para outros fins, tiveram três eventos fundamentais levados a efeito pelos novos atenienses. Dois deles visavam discutir problemáticas vinculadas ao setor produtivo maranhense e o terceiro intentou reanimar o debate sobre o setor educacional. Tais eventos foram as Festas Populares do Trabalho, realizadas em várias edições (1871, 1873, 1906 e 1912), quase sempre sob a supervisão de Domingos Perdigão (e em face da ocorrência em futuro próximo dessas datas de exposições nacionais e internacionais), e o Congresso dos Lavradores (1920). Os organizadores de ambos buscavam sensibilizar o elemento produtivo estadual para avaliar sua participação nos sucessos e, principalmente, nos insucessos experimentados pela sociedade maranhense nesse âmbito, e estimular a adoção de práticas corporativas que resultassem na união de forças esparsas para soerguer o Maranhão do declínio econômico verificado.

No âmbito educacional, a realização de um Congresso Pedagógico, em 1920, atendia ao interesse de ampla parcela dos intelectuais neo-atenienses, angustiada com os resultados nada lisonjeiros dessa área da vida maranhense. Com efeito, a expansão do ensino propedêutico e técnico era tida por essa elite intelectual como a salvação para os problemas com que se debatia o Maranhão, naquele presente flagrantemente distanciado de cometimentos educacionais frutificados em idades do ouro pretéritas, que gestaram expoentes em vários ramos do conhecimento.

Essa rápida sùmula da atividade neo-ateniense no campo da produção e da realização de eventos indica que a intervenção desses intelectuais objetivava, por um lado, reatar o Maranhão às tradições legadas pelas primeiras camadas de atenienses e, por outro, estabelecer novas tradições, como produto da leitura atenta do passado do torrão natal – o torrão maranhense.

CONCLUSÃO

Estudar a intervenção dos novos atenienses no concerto regional maranhense apontou alguns aspectos geralmente negligenciados por grande parte da produção intelectual relativa ao exame da trajetória histórica do Maranhão.

Foram esses intelectuais aqueles que direcionaram com mais ênfase seus estudos para dar conta de questões atinentes ao referente espacial Maranhão. Nesse sentido, é expressivo o conjunto de obras em que o Maranhão passou a ser a referência básica, pois antes deles o ambiente provincial foi analisado esporadicamente por um outro intelectual, atendendo a interesses específicos, sem atender a projetos orgânicos de reflexão do ambiente inclusivo.

Constatou-se, ademais, que o esforço da renovação cultural intentado pelos novos atenienses representou uma saída possível para valorizar a experiência local e formar uma rotina capaz de dar organicidade à cultura regional através da produção de obras, da edição de publicações as mais díspares, da criação de instituições e da produção de eventos comemorativos e de interesses coletivos e específicos da sociedade em que se movimentavam.

Longe de constituírem-se intelectuais menores na trajetória intelectual gonçalvina, foram eles responsáveis pela concretização de muitos projetos volatizados no meio ambiente ateniense. A ecologia neo-ateniense legou ao Maranhão uma obra pouco conhecida, mas de real interesse para quem necessitar compreender essa realidade transicional, mitificada por seus intelectuais como a Atenas Brasileira, terra em que as excelências suplantaram de longe os defeitos e problemas.

Em suma, resultam deficientes e, talvez, demasiado rigorosas as avaliações que imputam aos novos atenienses um papel de somenos importância na história cultural maranhense. Quase sempre as conclusões apresentadas a respeito da atuação deles os perfila num plano comparativo em que o referencial é o Grupo Maranhense, sem levar em consideração a natureza da intervenção efetuada por esses grupos de intelectuais em tempos e condições diversas, filiando-se a temáticas, orientações teóricas e pertinência social igualmente diversas para os membros de cada um dos grupos já discutidos.

REFERÊNCIAS

ARRANTES, Otília Beatriz Fiori; ARANTES, Paulo Eduardo. **Sentido da formação:** três estudos sobre Antônio Cândido, Gilda de Melo e Sousa e Lúcio Costa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS. Ciência & Literatura: Salomão Fiquene e Ruben Almeida (Posse e recepção do Dr. Salomão Fiquene, no dia 12 de março de 1968, como ocupante da cadeira nº 21 da AML). São Luís: AML, 1972.

ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS. Nina Rodrigues (Comemoração do conqüentenário de morte de Raimundo Nina Rodrigues, transcorrido em 17 de julho de 1956). São Luís: AML, 1956.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A ideologia da decadência:** uma leitura antropológica da história da agricultura no Maranhão. São Luís: FIPES, 1982.

ALMEIDA, Ruben ; MEIRELES, Mário Martins. **A glorificação de Gonçalves Dias.** São Luís: SENEC/Departamento de Cultura do Estado, 1962.

ALMEIDA, Ruben. **O índio brasileiro em fase da legislação.** Maranhão: Imprensa Oficial, 1934.

_____. **O mestre e o mestre.** São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1979.

_____. **Prosa, poesia, iconografia.** São Luís: SECMA, 1982.

AOS ELEITORES Catholicos. Maranhão: Typ. M. Silva, 1933.

ASSIS BRASIL. **A poesia maranhense no século XX** (Antologia). Rio de Janeiro: Imago. São Luís: SIOGE, 1994.

AZEVEDO, Aroldo de; MATOS, Lino Dirceu de. **Viagem ao Maranhão** (julho de 1950). São Paulo: FFCL/USP. Boletim n. 120, Geografia, n. 6.

AZEVEDO, Raul de. **Terras e homens:** ensaios. Rio de Janeiro: Pongetti, 1948.

BANDEIRA TRIBUZZI. **Formação econômica do Maranhão:** uma proposta de desenvolvimento. São Luís: FIPES, 1981.

BARBOSA, Domingos. **A vida de Aluísio Azevedo.** São Luís: Departamento de Cultura do Estado, 1968.

BELFORT, Fábio. **José Nunes Belfort Mattos:** a vida de um cientista brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1951.

BORDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: EDUSP, 1996.

BORNHEIM, Gerd. (Org.). **Cultura brasileira: tradição/contradição**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/FUNARTE, 1997.

BORRALHO, José Henrique de Paula. **Terra e céu de nostalgia: tradição e identidade em São Luís do Maranhão**. Assis (SP); UNESP, 2000 – Dissertação (Mestrado em História).

BOSI, Alfredo (Org.). **Cultura brasileira: temas e situações**. São Paulo: Ed. Ática, 1999.

BRANDÃO, Jacyntho José Lins. **Presença maranhense na literatura nacional**. São Luís: UFMA/SIOGE, 1979.

BURKE, Peter. (Org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. NESP, 1992.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Política e Educação no Maranhão: 1834-1889**. São Luís: SIOGE, 1984.

CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. **O Maranhão na literatura dos viajantes do século XIX**. São Luís: AML/SIOGE, 1991.

_____. **Origens da indústria no sistema agro-exportador maranhense (1875-1895)**. São Paulo: USP, 1988 (Tese de Doutorado).

CAMPOS, Humberto de. **Antologia da Academia Brasileira de Letras: trinta anos de discursos acadêmicos - 1897/1927**. São Paulo: W. M. Mackson Inc., 1960.

_____. **Carvalhos e roseirais: figuras políticas e literárias**. Rio de Janeiro: José Olympio, [s.d].

_____. **Crítica - segunda série**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

_____. **Crítica: primeira série**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

_____. **Memórias inacabadas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

_____. **Memórias: 1886-1900**. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1941.

_____. **Perfis**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

CAMPOS, Maria da Graça dos Reis. **Apontamentos para uma bibliografia maranhense extraídos de jornais e periódicos**. São Luís: s. ed., 1985.

CÂNDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975. 2 v.

_____. O método crítico de Sílvio Romero. **Boletim da FFCL/USP**. São Paulo, n. 266, 1963.

CARDOSO, Clodoaldo. **Pastos Bons**. Rio de Janeiro: IBGE, 1947.

CARNEIRO FILHO, Alberico et al. **História da Imprensa oficial no Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1983.

CARNEIRO, Paulo E. de Berredo. **Teixeira Mendes na Academia Maranhense de Letras**. Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Nacional, 1973.

CARVALHO GUIMARÃES. **Ronda dos fatos**. Rio de Janeiro: Gráfica Tupy, 1971.

CARVALHO, Ribamar; ALMEIDA, Ruben; VIEIRA FILHO, Domingos. **Catulo, Gonçalves Dias e Coelho Netto**. São Luís: Departamento de Cultura do Estado, 1965.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CASTRO, A. O. Viveiros de. **O Estado do Maranhão**. Maranhão: Typ. A Vapor Frias, 1892.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

COELHO NETTO, Paulo. **Coelho Netto**. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1942.

COELHO NETTO. **O morto: memórias de um fuzilado**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Departamento Nacional do Livro, 1994.

_____. **Páginas escolhidas** (seleção e prefácio de Paulo Coelho Netto). Rio de Janeiro: Editora Vecchi, 1945.

_____. **Palestras da tarde**. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1939.

COLLARES MOREIRA, Arthur. **Quadros. Gomes de Castro, Benedito Leite e Urbano Santos**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1939.

COQUEIRO, Edmundo. **A vida e a obra de João Antonio Coqueiro**. Rio de Janeiro: Magalhães, Correard & Cia., 1942.

CORREA DE ARAÚJO. **Acrópole** (obra póstuma). São Luís: AML, 1960.

CORREA, Maria da Glória Guimarães. **Nos fios da trama: quem é essa mulher? – Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século**. Niterói, UFF, 1998 (Dissertação de Mestrado).

CORREA, Rossini. **Formação Social do Maranhão: o presente de uma arqueologia**. São Luís: SECMA, 1993.

_____. **O modernismo no Maranhão**. Brasília: Correa e Correa Editores, 1989.

CORREA, Viriato. **Cazuza**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

COSTA FILHO, Odylo. **Graça Aranha e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Salma Editora, 1934.

COSTA, Othon. **São Luís e Rio de Janeiro: vínculos históricos e culturais**. São Luís: ed., 1975. (Conferência)

DANTAS, Paulo. **Aluísio de Azevedo**. São Paulo: Melhoramentos, s.d.

DESTERRO, Dagmar. **Poemas para São Luís**. São Luís: s. ed., 1985.

DIAS, José Carlos. **Dois perfis maranhenses: Humberto de Campos e Graça Aranha**. Maranhão: DEIP, 1941.

DINO, Nicolau. **O visconde de Vieira da Silva**. São Luís: Departamento de Cultura do Estado, 1974.

DOBAL, H. **A cidade substituída**. São Luís: SIOGE, 1978.

DOMINGUES FILHO, Virgílio. **Vida e obra de Luís Domingues**. São Luís: SIOGE, 1982.

DUNSHEE DE ABRANCHES. **A esfinge do Grajaú - memórias**. Rio de Janeiro: Editora do Jornal do Brasil, 1959.

_____. **O cativo - memórias**. Rio de Janeiro: s. ed., 1941.

_____. **Uma vida ... perfil biográfico do professor José de Abranches Moura em honra ao seu jubileu científico**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1936.

EXPOSIÇÃO comemorativa do centenário de nascimento de Graça Aranha. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1968.

FORTUNA, José de Pádua. **Entre Vírgulas**. São Luiz: s. ed., 1932; 1º v.

FREITAS, Byron de. **O noroeste maranhense**. Maranhão: Typ. M. Silva, 1939.

FRIAS, José Maria Correa de. **Memórias sobre a tipografia maranhense**. São Luís: SIOGE/FUNC, 1978.

GINSBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GONÇALVES, Augusto Cesar Lopes. **Alguns fatos de minha modesta vida pública**. Rio de Janeiro: C. Mendes Junior, 1931.

GRAÇA ARANHA. **Esthetica da vida**. Rio de Janeiro: F. Briguier, 1937.

_____. **Machado de Assis e Joaquim Nabuco**: comentários e notas à correspondência entre estes dois escritores. Rio de Janeiro: F. Briguier & Cia., 1942.

_____. **Memorandum**. São Luís: Departamento de Cultura do Estado, 1968; 54 p.
GRAÇA ARANHA. O meu próprio romance. Rio de Janeiro. Companhia Editora Nacional, 1931; 174 p.

_____. **Páginas seletas**. São Luís: Departamento de Cultura do Estado, 1968; 78 p.

GRAMSCI, Antonio. **Literatura e vida nacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

GUIMARÃES MARTINS. **Fragmentos da minha loucura**. Recife: s. ed., 1939.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HURLEY, Jorge. **Rio Gurupy**. Belém: Instituto D. Macedo Costa, 1932. (Terceiro capítulo, inédito, do livro *Nos sertões do Gurupy*, publicado em 1928).

ITAPARY, Joaquim. **A falência do ilusório**: memória da Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil. São Luís: Alumar, 1995.

JANSEN, José. **Musa jovial maranhense**. Petrópolis: Imprensa Vespertina, 1973.

_____. **Teatro no Maranhão**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1974.

JORNAL DA LAVOURA. São Luís, 15 de julho de 1876.

KIDDER, Daniel Parish. **Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do norte do Brasil**. São Paulo: EDUSP / Belo Horizonte: Itatiaia, 1980, 2 vol.

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **História**: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1974.

_____. **Memória e história**. Campinas: Editora UNICAMP, 1992.

LEENHARDT, Jacques ; PENSAMENTO, Sandra Jatay.(Orgs.) **Discurso histórico e narrativa literária**. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1998.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro**. São Paulo: Ática, 1992.

LEITE, Heloisa Moreira Lima. **O Maranhão & o ensino na área da saúde: 1919-1966**. São Luís: UFMA, 1982.

LINHARES, Mário. **Poetas esquecidos**. Rio de Janeiro. Irmãos Pongetti Ediotres, 1938.

LISBOA, Achilles. **Pro dignitate medicinae**. Maranhão: s. ed., 1938.

LOBO, Luísa. **Tradição e ruptura. O Guêsa de Sousândrade**. São Luís: SIOGE, 1979.

LOPES, Antonio. **A presença do romanceiro** (versões maranhenses). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____. **Alcântara, uma cidade tradicional**. São Luís: FUNC, 1977.

_____. **Dois estudos maranhenses**. São Luís: FUNC, 1975.

_____. **O comendador João Gualberto da Costa. Maranhão**: Typogravura Teixeira, 1944.

LOPES, Raimundo. **Gonçalves Dias e a raça americana**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1933; p. 575-618 - Separata da revista do IHGB sobre o Congresso Pan-Americano de Geografia e História. V. II, 1932-1933.

_____. **Uma região tropical**. Rio de Janeiro: Fon-Fon e Seleta, 1970.

LÖWY, Michael ; SAYRE, Robert. **Revolta e melancholia**: o romantismo na contramão da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **Romantismo e messianismo**: ensaios sobre Lukács e Walter Benjamin. São Paulo: Perspectiva/Editora da USP, 1990.

LUZ, Joaquim Vieira da. **Dunshee de Abranches e outras figuras**. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1954.

_____. **Fran Paxeco e as figuras maranhenses**. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1957.

MACHADO NETO, A. L. **Estrutura social da república das letras**. São Paulo: Nacional, 1973.

MACHADO, Marcelino R. **Memória parlamentar** [reunião de opúsculos e mais documentos sobre a atuação desse parlamentar]. Rio de Janeiro: s. ed., s. d.

MACHADO, Nauro. **Tempo ladeado**. São Luís: SIOGE, 1973.

MACHADO, Walfredo. **Gonçalves Dias e a expressão social de sua poesia** (Conferência proferida no Instituto Brasileiro de Cultura, em 25 de novembro de 1939).

MAGALHÃES, Celso da Cunha. **A poesia popular brasileira**. São Luís: Departamento de Cultura do Estado, 1966.

MARANHÃO SOBRINHO. **Incêndios Vermelhos** (Publicação comemorativa dos 50 anos de morte). São Luís: Departamento de Cultura do Estado, 1966.

MARANHÃO. **Inácio Raposo. Edição comemorativa do 1º centenário do seu nascimento.** São Luís: FUNC, 1975.

_____. **Astolfo Marques - Publicação comemorativa do 1º centenário do seu nascimento.** São Luís: FUNC, 1976.

_____. **Astolfo Marques.** São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1976.

_____. **Catulo, Gonçalves Dias e Coelho Netto.** São Luís: Departamento de Cultura do Estado, 1965.

_____. **Em louvor de Gonçalves Dias.** São Luís: Departamento de Cultura do Estado, 1964.

_____. **Godofredo Viana -Publicação comemorativa do centenário de nascimento: 1878-1978).** São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1978.

_____. **João Lisboa - Livro comemorativo do transcurso do centenário de falecimento de João Francisco Lisboa).** São Luís: Departamento de Cultura do Estado, 1963.

_____. **Teatro Arthur Azevedo.** São Luís: Departamento de Cultura do Estado, 1968.

MEIRELES, Mário Martins et. al. **Antologia da Academia Maranhense de Letras: 1908-1958.** São Luís: AML, 1958.

_____. **Catulo: seresteiro e poeta.** São Luís: s.n., 1963.

_____. **História do Maranhão.** São Luís: FUNC, 1980.

_____. **Panorama da literatura maranhense.** São Luís: Imprensa Oficial, 1955.

MENDES, Raimundo Teixeira. **A bandeira nacional.** Rio de Janeiro: Gráfica Editora Jornal do Comércio, 1959.

MÉRIAN, Jean -Yves. **Aluísio de Azevedo – vida e obra (1857-1913).** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo / Banco Sudameris; Brasília: INL, 1988.

_____. **Celso Magalhães: poeta abolicionista.** São Luís: FUNC, 1978.

MESQUITA, Francisco de Assis Leal. **Vida e morte da economia algodoeira do Maranhão.** São Luís: EDUFMA, 1987.

MICELLI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MOHANA, João. **A grande música do Maranhão.** Rio de Janeiro: Agir Editora, 1974.

MONTELLO, Josué ; CORREA, Viriato. **Discursos na ABL.** Rio de Janeiro: ABL, 1956.

MONTELLO, Josué. **A oratória atual no Brasil.** Rio de Janeiro: DASP, 1959.

- _____. **A polêmica de Tobias Barreto com os padres do Maranhão**. Rio de Janeiro: José Olympio. Brasília: INL, 1977.
- _____. **Aluísio Azevedo e a polêmica d'O Mulato**. Rio de Janeiro: José Olympio. Brasília: INL. 1975.
- _____. **Anedotário geral da Academia Brasileira**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.
- _____. **Arthur Azevedo e a arte do conto** (Conferência). Rio de Janeiro: Livraria São José, 1971.
- _____. **Caminho da fonte. Estudos de literatura**. Rio de Janeiro: INL, 1959.
- _____. **Janela de mirante: impressões, cenas e perfis**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.
- _____. **Lanterna vermelha**. São Luís: SIOGE, 1985.
- _____. **Na casa dos quarenta**, São Paulo: Martins, 1967.
- _____. **Reforma do ensino normal no Maranhão** (Sugestões apresentadas ao Interventor Saturnino Bello). Maranhão: Serviço de Imprensa Oficial, 1946.
- _____. **Uma palavra depois da outra: notas e estudos de literatura**. Rio de Janeiro: INL, 1969.
- _____. **Uma tarde, outra tarde** (novelas). São Paulo: Livraria Martins Editora, 1968.
- MORAES FILHO, José do Nascimento. **Maria Firmina**: fragmentos de uma vida. São Luís: s. ed., 1975.
- MORAES, Jomar; OLIVEIRA, Antonio de. **Cadeira 10**. São Luís: Legenda, 1970.
- MORAES, Jomar. **Apontamento de literatura maranhense**. São Luís: SIOGE, 1976.
- _____. **Graça Aranha: ensaio**. São Luís: Revista Legenda, 1968.
- _____. **Guia histórico da Biblioteca Pública Benedito Leite**. São Luís; FUNC, 1973.
- _____. **Vida e obra de Antonio Lobo**. São Luís: Revista Legenda Editora, 1969.
- MORAES, José do Nascimento. **Contos de Valério Santiago**. São Luís: SIOGE, 1972.
- _____. **Neurose do medo e 100 artigos**. São Luís: SECMA/Civilização Brasileira, 1982.
- _____. **Vencidos e Degenerados**. São Luís: Centro Cultural Nascimento Moraes, 2000.

MOREIRA NETO, Euclides Barbosa. **Primórdios do cinema em São Luís**. São Luís: Cineclube Uirá, 1977.

MOREIRA, Eliezer. **Coelho Netto e a onda modernista**. São Paulo: Ítalo-Latino-Americana, 1982.

MOURA, Hastimphilo. **Da primeira à segunda república**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1936.

NASCIMENTO, Jorge. **Universo maranhense**. São Luís: SIOGE, 1983.

NAVAS-TORÍBIO, Luiza Garcia do Nascimento. **O negro na literatura maranhense**. São Luís: Academia Brasileira de Letras, 1990.

NOGUEIRA, H. B. **Portas fechadas** (Era uma vez uma vida). Rio de Janeiro: s. ed., 1983.

NOGUEIRA, Manoel Aurélio. **A revolução nacional**. São Luís: Graphica Tribuna, 1934.

NOVAES, Tito. **Peneirando**. Maranhão: Gráfica Tribuna, 1934.

_____. **Peneirando**. Maranhão: Ramos d'Almeida, 1932.

_____. **Versos de Maranhão**: Typ. Silva, 1932.

OLIVEIRA, Antonio de. **Maranhão Sobrinho**: notas bibliográficas. Rio de Janeiro: Revista das Academias de Letras, 1976. (Separata).

OLIVEIRA, Franklin de. **A fantasia exata**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1959.

PAES, Zila Ângela. **Flores sem perfume**. Rio de Janeiro: Gráfica do Jornal do Brasil, 1954.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PERDIGÃO, Fernando. **Contribuição do Maranhão à cultura jurídica brasileira**. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1978.

PERDIGÃO, Hilton Magalhães. **Anuário do Maranhão para 1941**. São Luiz: s. ed., 1941.

PERDIGÃO, J. M. Reis. **A revolução de 1930** (Um documento para a História). Rio de Janeiro: s. ed., 1980.

PINHEIRO FILHO, Ribamar. **Cathecismo cívico - para uso das escolas**. Maranhão: Imprensa Oficial, 1937.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS. **A festa dos sons**. São Luís: Departamento de Cultura, 1973.

PROJETO HISTÓRIA. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**. Sentidos da Comemoração. São Paulo: EDUC/FAPESP, n. 20, Abril/2000.

QUEIROZ, Teresinha. **Os literatos e a república**. Clodoaldo Cardoso, Higino Cunha e as tiranias do tempo. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

RAMOS, Clóvis. **Ano Centenário**: Humberto de Campos. São Luís: SIOGE, 1966.

_____. **Inácio Xavier de Carvalho ou revoltas supremas**: subsídios para o estudo do simbolismo no Maranhão. São Luís: SIOGE, 1986.

_____. **Nosso céu tem mais estrelas: 140 anos de literatura maranhense**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1973.

_____. **Onde canta o sabiá**: estudo histórico-literário da poesia do Maranhão. Rio de Janeiro: Pongetti, 1972.

_____. **Terra timbira**: Brasília: s. ed., 1980.

RANGEL, Ignácio. **Um fio de prosa autobiográfica**. São Luís: SIOGE, 1982.

RAPOSO, Ignácio. **Mestre Cúia**: cenas do tempo da escravidão. Rio de Janeiro: Companhia Brasil Editora, 1937.

REGO, Luís de Moraes. **Cultura e educação**. São Luís: SIOGE, 1980.

REIS, Roberto et. al. **O miolo e o pão**: estudo crítico e antologia de Humberto de Campos. Niterói: EDUFF; Brasília: INL, 1986.

REZENDE, Antonio Paulo. **(Des)encantos modernos**: histórias da cidade do Recife na década de 20. Recife: FUNDARPE, 1997.

RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. **A desagregação do sistema escravista no Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1990.

RIBEIRO, Maria José Bastos. **Maranhão de outrora**: memórias de uma época (1819-1924). Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1942.

RICOUER, Paulo et al. **As culturas e o tempo**. Petrópolis: Vozes, 1975.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1976; Coleção Brasileira, v. 9.

SÁ VALLE, José Ribeiro de. **Antologia maranhense**. Maranhão: Ramos d'Almeida & C., 1937.

_____. **Contos patrióticos**. Maranhão: s. ed., 1937.

SEIDL, Roberto. **Artur Azevedo** - ensaio bibliográfico. Rio de Janeiro: Editora ABC, 1937.

SEVECENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação da cultura na primeira república. São Paulo Brasiliense, 1985.

SPIX, J. B. von e MARTIUS, C. F. P. von. **Viagem pelo Brasil: 1817/1820**. São Paulo: EDUSP/Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, 3 vols.

VALLE, Carlos Pereira. **A Paixão Cearense de Catulo**. Porto: Grupo de Estudos Brasileiros do Porto, 1963.

VALÉRIO, Américo. **Graça Aranha**. Rio de Janeiro: Typ. Aurora, 1932.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

VIANA, Fernando (Feliciano Ventura). **Passarela e outros perfis**. São Luís: SIOGE/AML, 1991.

VIANNA, Godofredo. **Por onde Deus não andou**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1946.

VIEGAS NETTO. **Velhos retratos**. São Luís: SIOGE; São Paulo: Revista dos Tribunais Editora, 1978.

VIEIRA DA SILVA. **Amando**. Rio de Janeiro: Bedeschi, 1937.

VIEIRA FILHO, Domingos. **Justo Jânsen Ferreira** (Edição comemorativa do 1º centenário de nascimento). São Luís: Departamento de Cultura do Estado, 1964.

VIVEIROS, Esther de. **Dr. Américo Duarte de Viveiros**. O austero (Escrito para o centenário de natalício do Dr. José Francisco de Viveiros com a colaboração de Jerônimo José de Viveiros, Modesto Perestrello Carvalhosa e Arthur Quadros Collares Moreira). Rio de Janeiro: s. ed., 1940.

_____. **Dr. Américo Duarte de Viveiros**. O justo. Rio de Janeiro: s. ed., 1962. (mimeo).

VIVEIROS, Jerônimo de. **A ficha de Adelino Fontoura na Academia**. São Luís: Departamento de Cultura do Estado, 1967.

_____. **A Vida de um apóstolo** (Conferência proferida na AML). São Luís: AML, 1956.

_____. **Alcântara no seu passado econômico, social e político**. São Luiz: Serviço de Imprensa Oficial, 1950.

_____. **Benedito Leite: um verdadeiro republicano**. Rio de Janeiro: DASP, 1960.

_____. **História do Comércio do Maranhão**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954/1964. 3v.

_____. **O centenário de Temístocles Aranha**. Maranhão: Imprensa Oficial, 1937.

XAVIER, Manuel Antonio. **Memoria sobre o decadente estado da lavoura e comércio da província do Maranhão e outros ramos públicos que obstem a propriedade e o aumento de que lhe é suscetível – 1822**. Rio de Janeiro: RIHGB, vol. 231, 1956.

WILLIAMS, Frederick G. ;MORAES, Jomar. **Sousândrade**: inéditos. São Luís: Departamento de Cultura do Estado, 1970.

WILLIAMS, Frederick G. **Sousândrade**: vida e obra. São Luís: SIOGE, 1976.

PRODUÇÃO INTELECTUAL SOBRE A TEMÁTICA

1. Anterior ao e dentro do corte temporal publicada em São Luís

A ESTÁTUA de Benedito Leite. Maranhão: Imprensa Oficial, 1912.

À MEMÓRIA DO DR. BENEDITO PEREIRA LEITE – Homenagem das Escolas. Maranhão, s. ed. [1909].

ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS. **A Estátua de João Lisboa**. São Luís: Typ. Teixeira, 1918.

ÁLBUM DO MARANHÃO. Maranhão: s. ed., 1922.

ALBUQUERQUE FILHO, Luís Rodolpho Cavalcante (Engº Civil). **Um anno de actividade em São Luiz**. 1919-1920. Maranhão: J. Pires, 1920.

ALMEIDA, José Magalhães de. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, em 5 de fevereiro de 1927**. Maranhão: Imprensa Oficial, 1927.

_____. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, em 5 de fevereiro de 1927**. Maranhão: Imprensa Oficial, 1928.

_____. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do estado do Maranhão, em 5 de fevereiro de 1927**. Maranhão: Imprensa Oficial, 1929.

_____. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, em 5 de fevereiro de 1927**. Maranhão: Imprensa Oficial, 1930.

ALMEIDA, Rubem. **Conferência proferida pelo Prof. Ruben Alemida, na sede do “Grupo Escolar Henriques Leal”, por motivo da comemoração do 1º centenário do nascimento desse eminente vulto da intelectualidade maranhense**. Maranhão: Ramos d’Almeida & C., 1928.

_____. **Raízes e radicais gregos existentes em português**. Maranhão: Ramos d’Almeida & C., 1930. (Tese para a cadeira de Português do Lyceu).

ÁLVARES CANTUÁRIA. **Capas avulsas**. [Maranhão: s. ed., 1914].

AMARAL, José Ribeiro do. **Apontamentos para a História da Revolução da Balaiada na província do Maranhão**. Maranhão: Typogravura Teixeira, 1898, 1900, 1906; 3 v.

_____. **Ephemerides maranhenses** (Para comemorar o centenário da adesão do Maranhão à causa da Independência e do Império). Maranhão: Typogravura Teixeira, 1923.

_____. **A fundação de Belém**. Maranhão: J. Pires, 1916.

_____. **Fundação do Maranhão**. Maranhão: Typogravura Teixeira, 1912.

_____. **Glorificação de Manuel Odorico Mendes**. Maranhão: Imprensa Oficial, 1913.

_____. **Limites do Maranhão com o Piauí** - Estudos sobre o Maranhão (Memória apresentada em 30 de setembro de 1902 ao Exm^o. Snr. Governador do Estado Dr. Manoel Lopes da Cunha). Maranhão: s.n., 1902 (3 volumes manuscritos, apresentando documentos comprobatórios da questão).

_____. **Limites do Maranhão com o Piauí ou a questão da Tutóia** - Memória apresentada em 30 de setembro de 1902 ao Exm^o. Snr. Dr. Manoel Lopes da Cunha, Governador do Estado. Maranhão: Imprensa Oficial, 1919.

_____. **O Maranhão em 1896**. São Luís: Typografia do Frias, 1897.

_____. **O Maranhão no centenário da Independência: 1822/1922**. Maranhão: s.n., 1922; 3 v.

AMARAL, Tasso. **Cartas pedagógicas**. Maranhão: J. Pires, 1916.

AMÉRICO, Domingos. **Palavras** (Campanha democrática e liberal) Maranhão: Typogravura Teixeira, 1930.

ANNAES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PROVINCIAL DO MARANHÃO. 1888-1889.

ANNAES DO CONGRESSO LEGISLATIVO DO ESTADO DO MARANHÃO. 1892-1917.

ARANHA, E. Marinho; GONÇALVES, Roberto. **Estudos philosophicos-scientificos** (Palestras). Maranhão: Imprensa Oficial, 1917.

ARANHA, E. Marinho. **Conselhos de um pae**. Maranhão: Typ. Rabelo, 1917.

_____. **Páginas diversas**. São Luís: P. Pires, 1918.

_____. **Psicologia humana** - Estudos. Maranhão: s. ed., s.d.

ARAÚJO COSTA. **A Terra** (Conferência realizada pelo Dr (...) na Universidade Popular Maranhense no dia 30 de setembro de 1909). Maranhão: Imprensa Oficial, 1909.

ARAÚJO, Francisco Lopes de. **Cousas do meu sertão**. Maranhão: Typogravura Teixeira, 1923.

ARAÚJO, Urbano Santos da Costa ; LISBOA, Achilles. **Discursos pronunciados por ocasião da instalação da Sociedade Maranhense de Agricultura em 24 de fevereiro...** Maranhão: Imprensa Oficial, 1918.

ARAÚJO, Urbano Santos da Costa. **Discurso pronunciado por ocasião da instalação da Sociedade Maranhense de Agricultura**. Maranhão: Imprensa Oficial, 1918.

_____. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão**. em 12 de janeiro de 1920. Maranhão: Imprensa Oficial, 1920.

_____. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão**. em 5 de fevereiro de 1920. Maranhão: Imprensa Oficial, 1920.

_____. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão**. em 5 de fevereiro de 1921. Maranhão: Imprensa Oficial, 1921.

_____. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão**. em 5 de fevereiro de 1922. Maranhão: Imprensa Oficial, 1922.

ARIAM. **Rosas de caridade** (Poemas). Maranhão: Typ. M. Silva, 1919.

ASSIS GARRIDO. **D. João** (Poema). Maranhão: Typ. Teixeira, 1922.

_____. **Oração Materna**. Maranhão: Imprensa Oficial, 1920.

_____. **Regina** (Peça). São Luís: s. ed., 1920.

ASSIS, Alfredo de. **Allocuções**. São Luís: J. Pires, 1918.

_____. **Coisas da vida**. Maranhão: Typogravura Teixeira, 1917.

_____. **Gonçalves Dias**. São Luís: Ramos d'Almeida, & C., 1926.

_____. **Um crítico**. Maranhão: s. ed., 1917.

AZEVEDO, Arthur. **Carapuças** - versos humorísticos. Maranhão: Typ. do Frias, 1871.

BARBOSA DE GODÓIS, Antonio Baptista. **História do Maranhão para uso dos alunos da Escola Normal**. Maranhão: Typ. de Ramos de Almeida & C., 1904.

_____. **Introdução cívica** - Resumo didactico (De acordo com o programma da Escola Normal de São Luiz do Maranhão. Maranhão: Typ. Frias, 1900.

_____. **Os ramos da educação** - Escola primária. Maranhão: Imprensa Oficial, 1914.

BARBOZA, Domingos. **Dominó vermelho**. Maranhão: Typ. do Diário do Maranhão, 1909.

_____. **Mozaicos**. Maranhão: Typ. Teixeira, 1908.

_____. **Silhuetas**. Maranhão: s. ed., s.d..

BARRETO, José. **As finanças do Maranhão** (Discurso pronunciado na sessão de 13-04-1912 no Congresso Legislativo do Estado). Maranhão: Imprensa Oficial, 1912.

BARROS E VASCONCELLOS, Benedito de (Jil Campeзино). **Redenção**. Maranhão: s. ed., 1917.

BELLO, Augusto Faria. **Guia municipal**: síntese da legislação municipal de 1892 a 1903. São Luiz: Typ. Frias, 1903.

BENNA, ALFREDO. **A vida nos campos**. São Luiz: Imprensa Oficial, 1922.

BESSA, P. **Rimas**. Maranhão: s. d., 1892.

BLEU, Papillon. **Accordes** (Poesias). Maranhão: Typ. Teixeira, 1899.

CAMPELLO, C. Nery. **Reminiscências** (Versos). Maranhão: Imprensa Oficial, 1926.

CAMPOS, R. P. Silva. **Tratado completo dos verbos portugueses**. Maranhão: Imprensa Oficial, 1923.

CATÁLOGO da exposição comemorativa do 1º centenário de Benedito Leite, realizada na Biblioteca Pública Benedito Leite, de 3 a 10 de outubro de 1957. São Luís: s. ed., 1957.

CANTANHEDE, Palmério C. **Relatório apresentado ao Exmº Sr. Dr. João Gualberto Torreão da Costa**, Governador do Estado, em 24 de fevereiro de 1902, sobre o saneamento das cidades e sua aplicação à capital do Maranhão. Maranhão: Typ. Frias, 1902.

CARDOSO, Clodomir. **Jubileu de Rui Barbosa** (Discurso proferido na Faculdade de Direito). Maranhão: Typogravura Teixeira, 1918.

CARDOSO, Satyro Ribeiro. **Batalhador do triunfo** (Biografia de um ilusionista). São Luiz: s. ed., 1915.

CARVALHO, Adherbal de. **Ephemeras**. Maranhão: Livraria Universal, de Ramos d'Almeida & Cia. Sucessores, 1894.

_____. **O naturalismo no Brasil**. Maranhão: Livraria Contemporânea, 1894.

CARVALHO, Apolinário; César, Américo. **Deus**: torneio em versos entre (...) em 1910. Maranhão: Typ. Borges, 1913.

COLLEÇÃO de **Memórias e Relatórios sobre o Porto do Maranhão** - organizada por ordem da Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes para figurar na Exposição Internacional do Rio de Janeiro, comemorativa do 1º centenário da Independência do Brasil. São Luiz: s. ed., 1922.

CORREA DE ARAÚJO. **Christãos e theosophos**. Maranhão: Imprensa Oficial, 1923.

_____. **Evangelho de moço**: 1903-1905: Maranhão: Typ. Ramos de Almeida & C., 1906.

_____. **Harpas de fogo**. Maranhão: s.n., 1903.

_____. **Pedreiras**. Maranhão: Imprensa Oficial, 1921.

_____. **Pela pátria**. Maranhão: Pacotilha, 1908.

CORREA, Adelman. **Os meus dias de cadeia**: origens e memórias. Maranhão: Typ. M. Silva, 1926.

CORREA, Frederico José. **Meditações**. Maranhão: Typ. Commercial, 1874.

_____. **Um livro de crítica**. Maranhão: Typ. do Frias, 1878.

COSTA GOMES. **Alabastros**. Maranhão: Ramos d'Almeida, 1909.

COSTA, Bento Urbano. **Relatório apresentado ao Secretário do Interior sobre o Serviço Sanitário do Maranhão**. Maranhão: J. Pires, 1918.

COSTA, João Gualberto Torreão da. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão**, em 13 de fevereiro de 1901. Maranhão: Typ. Frias, 1901.

COUTINHO, Victor. **A peste no Maranhão** (Relatório apresentado ao Governador do Estado). Maranhão: Typogravura Teixeira, 1904.

COUTO, Henrique José. **Relatório apresentado ao Governador do Estado**, Raul da Cunha Machado, em 10 de janeiro de 1919, pelo Secretário do interior, (...). Maranhão: Imprensa Oficial, 1919.

COUTO, Henrique José. **Relatório apresentado pelo Secretário de Justiça e Segurança**. Henrique José Couto, ao Governador do Estado, Antonio Brício de Araújo. Maranhão: Imprensa Oficial, 1917.

CRUZ, Arias (Pe). **A igreja e o operariado** (Conferência proferida na União Operária Maranhense em 19-03-1919). Maranhão: Typ. Teixeira, 1919.

CUNHA, João. **Amanhecer**. Maranhão: Imprensa Oficial, 1925.

DIAS, Antonio. **O sertão maranhense** - Esboço geológico, phisiográfico e social. Maranhão: Imprensa Oficial, 1922.

DOMINGUES, José. **O alto Tury**. Maranhão: Typ. da Pacotilha, 1926.

DOMINGUES, Luiz. **Dois annos de governo**: 1910-1911,. Maranhão: Imprensa Oficial, 1912.

_____. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão**, em 12 de fevereiro de 1911. Maranhão: Imprensa Oficial, 1911.

_____. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão**, em 5 de fevereiro de 1913. Maranhão: Imprensa Oficial, 1913.

_____. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão**. Maranhão: Imprensa Oficial, 1914.

DONCRI. **Ladrilhos**. Maranhão: M. Silva & Filhos, 1926.

DUNSHEE DE ABRANCHES. **Necrológio político do Dr. Benedito Leite**. São Luiz: Typ. Frias, 1909.

FARIA, Euclides. **Retratos a giz**. Maranhão: s. ed., 1886.

FARIAS, A. J. Alves de (da Oficina dos Novos). **Rosas**. Maranhão: Typogravura Teixeira, 1904.

FARIAS, Euclides (Lourenço Gomes Furtado). **Notícias da capital**: cartas ao compadre Tibúrcio. Maranhão: Livraria Econômica, 1907.

FERNANDES, Henrique Costa. **Administrações maranhenses**: 1822/1829. São Luiz: Imprensa Oficial, 1929.

FERREIRA, Justo Jansen. **A barra da Tutoya**. Maranhão: Ramos d'Almeida, 1908.

_____. **A divisória apelo Parnayba**. Maranhão: Ramos d'Almeida, 1921.

_____. **A propósito da carta geográfica do Maranhão**. Maranhão: Ramos d'Almeida, 1904.

_____. **Breve notícia sobre o ensino da Phisica, Chimica e Mineralogia no Maranhão**. Maranhão: Ramos d'Almeida, 1907.

_____. **Contribuição para a História e para a Geographia do Maranhão**: ainda a barra da Tutoya. Maranhão: Typ. Ramos d'Almeida, 1913.

_____. **Discurso pronunciado pelo dr. (...) na Escola Normal do Maranhão por ocasião da entrega de diplomas às professoras normalistas de 1910**. Maranhão: Imprensa Oficial, 1910.

_____. **Fragmentos para Chorographia do Maranhão**. Maranhão: Typ. A. P. Ramos d'Almeida & C., 1901.

FERREIRA, Miguel Vieira. **Reflexões acerca do progresso material da província do Maranhão**. Maranhão: Typ. do Frias, 1866.

FREITAS, José Carneiro de. **Relatório apresentado ao presidente do Estado**, Raul da Cunha Machado, pelo Secretário de Fazenda, (...) no exercício financeiro de 1917-1918. Maranhão: Typogravura Teixeira, 1919.

GALVÃO, Oscar (dr.). **A epidemia de Curucáua**. Maranhão: Typ. Comércio do Socorro, 1913. (Complementada por palestra proferida no Lyceu Maranhense em 1910).

GLORIFICAÇÃO a Gonçalves Dias no 40º aniversário de morte. Maranhão: 5 ed., 1904.

GREMIO RUI BARBOSA. **Estatutos**. Maranhão: Diário do Maranhão, 1913.

HOMENAGEM ao preclaro engenheiro civil dr. Aarão Reis. Maranhão: Typ. Teixeira, 1906.

HOMENAGEM do povo ao Cel. Alexandre Collares Moreira Junior ao deixar o cargo de Intendente do Município da Capital, em 31 de dezembro de 1900. Maranhão: Typ. A P. Ramos d'Almeida, 1900.

INSTITUTO DA ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA. **Relatório de 1917**. Maranhão: J. Pires, 1918.

_____. **Relatório de 1918**. Maranhão: J. Pires, 1918.

J. G. **Sombrinhas**: quadros vivos - perfis ligeiros. Maranhão: Typ. Rabello, 1908.

JANSEN, M. **Noções de Chorographia do Maranhão**, para uso das escolas primárias. São Luiz: Ramos d'Almeida, 1922.

JESUS, J. Palhano de. **Defeza da fiscalização da Estrada de Ferro de São Luiz a Caxias**. Maranhão: Pacotilha, 1911.

JEZÚS, J. Palhano de. **Relatório do reconhecimento ligeiro da estrada de ferro do Itapecuru ao Tocantins apresentado ao eng. Ernesto Antonio Lassance Cunha**, diretor da Repartição de Fiscalização das Estradas de Ferro pelo engenheiro (...). Maranhão: Imprensa Oficial, 1910.

LEITE, Benedicto Pereira. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão**, em 7 de fevereiro de 1907. Maranhão: Imprensa Oficial, 1907.

_____. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão**, em 21 de fevereiro de 1908. Maranhão: Imprensa Oficial, 1908.

LIGEIRA **exposição apresentada pelo dr. Raul da Cunha Machado**, vice-presidente do Estado, ao passar o governo a Godofredo Viana, presidente do Estado. Maranhão: Imprensa Oficial, 1923.

LISBOA, Achilles. **A lavoura e a guerra** (Conferência feita em 24 de fevereiro de 1918, ao inaugurar a Sociedade Maranhense de Agricultura). Maranhão: Imprensa Oficial, 1918.

_____. **Considerações gerais sobre o problema biológico da seleção**: como se lhe estabelecer a equação no Posto de Cajapió (Conferência proferida em 30 de junho de 1921). Maranhão: Imprensa Oficial, 1921.

_____. **Discurso pronunciado na rampa do Palácio por ocasião do desembarque do deputado Marcelino Rodrigues Machado**, em janeiro de 1925. Maranhão: Imprensa Oficial, 1925.

_____. **Discursos**. Maranhão: J. Pires, 1921.

_____. **Nova escola** (Discurso inaugural, pronunciado na instalação da Escola de Farmácia do Maranhão pelo presidente). Maranhão: J. Pires, 1922.

_____. **Questões de interesse público - 1ª série**. Maranhão: Imprensa Oficial, 1921.

_____. **These apresentada à Conferência Algodoeira pelo dr. (...) em 1916**. Maranhão: Imprensa Oficial, 1935.

LOBO, Antonio. **A doutrina transformista: a variação microbiana**. São Luiz: Pacotilha, 1909.

_____. **A política maranhense**. Maranhão: Typ. J. Pires, 1916. In: *Miscelânea Maranhense*, v. 12.

_____. **Os novos atenienses**: subsídios para a história literária do Maranhão. Maranhão: Typografia Teixeira, 1909.

_____. **Pela rama**. (Coletânea de crônicas publicadas em jornais e revistas de São Luís). Maranhão: Imprensa Oficial, 1911.

_____. **Relatório apresentado ao governador do Estado**, João Gualberto Torreão da Costa, pelo diretor da Biblioteca Pública, Antonio Lobo, em 10 de janeiro de 1901. Maranhão: Typ. Frias, 1900.

_____. **Relatório apresentado ao governador do Estado**, João Gualberto Torreão da Costa, pelo diretor da Biblioteca Pública, Antonio Lobo, em 10 de janeiro de 1901. Maranhão: Typ. Frias, 1901.

LOPES, Raimundo; BARBOSA, Domingos. **Discursos na AML**. Maranhão: Typ. da Pacotilha, 1917.

LUZ, Joaquim Vieira da. **Aluizio de Azevedo (Discurso proferido em 14 de abril de 1921)**. São Luiz: Edição da Legião dos Atenienses, 1921.

MACEDO, Demosthenes. **Relatório de Demosthenes Macedo**, Secretário do interior, ao Governador do Estado, Herculano Nina Parga, em 12 de janeiro de 1917. Maranhão: Imprensa Oficial, 1917.

MACEDO, Demosthenes. **Relatório de Demosthenes Macedo**, Secretário do interior, ao Governador do Estado, Antonio Brício de Araújo, em 14 de janeiro de 1918. Maranhão: Imprensa Oficial, 1918.

MACHADO, Marcelino. **Pelo Maranhão**. Maranhão: Typ. do Diário de São Luiz, 1923.

MACHADO, Raul da Cunha. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão**, em 5 de fevereiro de 1919. Maranhão: Imprensa Oficial, 1919.

MARANHÃO SOBRINHO. **Papéis velhos...** roídos pela traça do symbolo. Maranhão> Typ. Frias, 1908.

MARANHÃO. **Atos e fatos**. Maranhão: Imprensa Oficial, 1912.

MARANHÃO. **Código do processo criminal do Estado do Maranhão**. São Luiz: Imprensa Oficial, 1926.

MARANHÃO. **Contratos assinados pelo Estado do Maranhão (...) com ULEN & Co. e ULEN Management Co. em 1928**. Maranhão: Imprensa Oficial, 1932.

MARANHÃO. João Lisboa (**Notícia das festas cívicas realizadas a 26 de abril de 1911**, na trnsladação dos restos do grande escriptor para o local onde vae ser erigido o seu monumento, e discursos nas mesmas festas pronunciadas) Maranhão: Imprensa Oficial, 1126.

MARANHÃO. **Programas das diversas cadeiras no Curso Normal do Lyceu Maranhense para o anno de 1930**. Maranhão: Imprensa Oficial, 1930.

MARANHÃO. **Regimento interno dos grupos escolares**, organizado pelo Director da Escola Normal. Maranhão: Typ. Frias, 1904.

MARANHÃO. **Regulamento da escola Normal**, dos institutos que lhe são jurisdicionados e da Escola Modelo Benedicto Leite e curso annexo. Maranhão: Typ. do Frias, 1905.

MARANHÃO. **Regulamento da Instrucção pública do Maranhão**. Maranhão: Typ. do Frias, 1893.

MARQUES, Astolfo. **A nova aurora**. Maranhão: Typ. Teixeira, 1913.

_____. **O dr. Luiz Domingues** - esboço político. Maranhão: s. ed., 1910.

MATTOS, Abelardo de. **Quando o inverno passou**. Maranhão Imprensa Oficial, 1924.

MATTOS, Maria Christina Alves d'Oliveira Azevedo. **Amor e desventuras**. Maranhão: Typ. Ramos d'Almeida & C., 1899.

MENDONÇA, Sálvio. **Profilaxia das doenças venéreas em Maranhão**: importância do tratamento gratuito e sua organização. Maranhão: Serviço de Saneamento Rural e Profilaxia, 1923.

MIRANDA, Cássio. **Relatório apresentado à Diretoria do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural**: o caso do maranhão. Maranhão: Typogravura Teixeira, 1925.

MIRANDA, Januário. **Nada**. Maranhão: Typ. Rabello, 1929.

MORAES, José do Nascimento (Valério Santiago). **Puxos e repuxos** - Polêmica com Antonio Lobo e seguidores. São luiz: Typ. do Jornal dos Artistas, 1910.

MOREIRA JÚNIOR, Alexandre Collares. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do estado do Maranhão**, em 28 de fevereiro de 1904. Maranhão: Typ. Frias, 1904.

MOURA, João Dunshee de Abranches. **Transformação do trabalho** (Memória apresentada à Associação Comercial do Maranhão). Maranhão: Typ. a Vapor da Pacotilha, 1888.

MOURÃO, João Tolentino Guedelha. **Conferências feitas pelo dr. (...) na igreja de Santo Antonio**. Maranhão: Typ. da Civilização, 1887.

NOVAES, Tito. **Martellando**. Maranhão: Chaves & Comp., 1926; 1º tomo.

_____. **Peneirando**. Maranhão: s.n., 1929 p.

NUMA. **Cartas a S. M. o Imperador do Brasil**, o senhor D. Pedro II sobre a reorganização judiciária. Maranhão: Typ. do Frias, 1879.

OLIVEIRA, Antonio d'Almeida.; SOUZA, Antonio Ennes de; BRANDÃO, Francisco Antonio. **Discursos lidos na inauguração da Biblioteca Popular Maranhense aos 19 de outubro de 1872**. Maranhão: Typ. do Frias, 1872.

_____. **Conversas públicas na Escola Normal em 1872**. Maranhão: Typ. do Paiz, 1872.

OLIVEIRA, Antonio de Almeida. **Conversas públicas ou conferências feitas na Escola Popular**. São Luiz: Typ. do Frias, 1871.

_____. **O ensino público** (Obra destinada a mostrar o estado em que se acha e as reformas que exige a instrução pública no Brazil). S. ed., 1874.

OS NOVOS. **Boletim da Oficina dos Novos**. São Luís: Typ. Teixeira, v. 3, n. 1-6, jan./dez., 1903.

PACOTILHA. Um trecho da história política do Maranhão (1890-1906) - Carta aberta ao Ilmo e Exmo Sr. Dr. Affonso Penna. Maranhão: Pacotilha, [1906].

PARGA, Herculano Nina. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão**, em 5 de fevereiro de 1916. Maranhão: Imprensa Oficial, 1916.

PAXECO, Fran. **A literatura portuguesa na Idade Média** (Conferência realizada por (...), na Universidade Popular Maranhense, no dia 15 de dezembro de 1909 - 13ª). Maranhão: Imprensa Oficial, 1909.

_____. **Angola e os alemães**. Maranhão: Typ. Teixeira, 1916.

_____. **Geografia do Maranhão**. São Luiz: Typogravura Teixeira, 1923.

_____. **O sr. Silvio Romero e a literatura portuguesa**. Maranhão: Livraria Raomos de Almeida & Cia., 1900.

_____. **O trabalho maranhense.** Maranhão: Imprensa Oficial, 1916.

_____. **Portugal e a Renascença.** (Discurso). Maranhão: Pacotilha, 1912.

_____. **Portugal e Maranhão:** as suas relações comerciais. Maranhão: J. Pires, 1919.

_____. **Trabalhos do Congresso Pedagógico do Maranhão.** Maranhão: Imprensa Oficial, 1920.

PENSÕES E PECÚLIOS. Prospecto. São Luiz: Typ. Rabello, 1913.

PERDIGÃO, Domingos de Castro. **A Bibliotheca Pública em 1919.** Maranhão: Imprensa Oficial, 1920.

_____. **Exposições e feiras e outros trabalhos lidos perante o 1º Congresso Maranhense de Agricultura.** Maranhão: Imprensa Oficial, 1922.

_____. **O Maranhão:** Exposição Nacional de 1908 (Relatório apresentado por (...) ao presidente do Congresso Legislativo, no exercício do governo do Estado, Américo Vespúcio dos Reis. Maranhão: Imprensa Oficial, 1910.

_____. **O que se deve comer** – adaptação do systema de alimentação vegetariano para uso dos brasileiros. Maranhão: J. Pires, 1918.

_____. **O que se deve ler:** vade-mecum bibliographico São Luiz: Imprensa Oficial, 1922.

_____. **Projeto de estatuto da Bibliotheca Pública do Estado do Maranhão.** Maranhão: s. n., 1944. (Manuscrito).

_____. **Relatório da Bibliotheca Pública em 1917.** Maranhão: Imprensa Oficial, 1918.

_____. **Relatório da Bibliotheca Pública em 15 de janeiro de 1915.** Maranhão: Imprensa Oficial, 1915.

_____. **Relatório da Bibliotheca Pública em 10 de janeiro de 1920.** Maranhão: s. n., 1920.

_____. **Relatório da Bibliotheca Pública.** Maranhão: Imprensa Oficial, 1917.

PEREIRA, Alcides. **Injúrias impressas.** Maranhão: Typ. Rabello, 1914.

PINTO, Fulgêncio. **Dr. Bruxelas & C.** Maranhão: Typ. Chaves, 1924.

PORTO, Augusto. **Collecção de leis municipais:** 1910-1915. Maranhão: Typ. Rabello, 1916.

QUEM é e o que vale o Sr. Marcelino R. Machado. [São Luís]. s. ed., s.d.

RAPOSO, Ignácio. **Protophonias**. Maranhão: s. ed., 1901.

ROSA, Laura. **As crianças** (Conferência realizada na Bibliotheca Pública, em 14 de dezembro de 1909). Maranhão: Imprensa Oficial, 1909.

SÁ VALLE, José Ribeiro de. **Chronicas**. Maranhão: Typ. Simão, 1935.

_____. **Descobertas e invenções** - Livro I. Maranhão: Ramos d'Almeida, 1937.

_____. **Oração ao Maranhão**. Maranhão: Typografia do Commercio, 1927.

SALLES E SILVA. **Padrões**. Maranhão: Diário do Maranhão, 1911.

SANTIAGO, Clarindo. **A Escola Mineira e suas phases**. Maranhão: Ramos d'Almeida & Cia., 1926.

_____. **Estradas maranhenses** (A excursão do presidente Magalhães de Almeida, em 1928, para a inauguração das novas estradas sertanejas). Maranhão: Typogravura Teixeira, 1929.

_____. **João Lisboa**. Maranhão: Typogravura Teixeira, 1928.

_____. **O poeta nacional**. Maranhão: Ramos d'Almeida & Cia., 1926.

SERRA, Astolfo. **Terra encantada e rica**. Maranhão: s. ed., 1922.

_____. **Gleba que canta**. Maranhão: M. Silva, 1927.

SIENKIEWICZ, Henrik. **Debalde** (Tradução de Antonio Lobo). Maranhão: Edições da Revista do Norte, 1901.

SILVA, Adalberto. Versos sem graça. Maranhão: Diário do Maranhão, 1913.

SILVA, Francisco de Paula e (Bispo do Maranhão). **Pátria e patriotismo**. Maranhão: Pacotilha, 1917. (Discurso)

SILVA, J. Niepce da. **Aspectos do Norte**. Maranhão: Typ. Teixeira. 1921.

SOCIEDADE CENTRO CAIXEIRAL. **Relatório de 1909**. Maranhão: s. ed., 1909.

_____. **Relatório de 1913**. Maranhão: s. ed., 1913.

_____. **Relatório de 1929**. Maranhão: Typ. M. Silva, 1930.

SOCIEDADE FUNDADORA DA ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DO MARANHÃO. **Estatutos**. São Luiz: Imprensa Oficial, 1924.

SOCIEDADE LITERÁRIA BARÃO DO RIO BRANCO. **Estatutos**. Maranhão: J. Pires, 1917.

SOUSA BISPO. **Espinhos de mandacará**. São Luís: Typ. M. Silva & Filhos, 1925.

_____. **Independência** (Episódio cívico em um ato). Maranhão: J. Pires, 1921.

SOUSA, William W. Coelho de. **Conferência agrícola realizada no Palácio do Governo do Estado do Maranhão**, em 26 de janeiro de 1912. Maranhão: Imprensa Oficial, 1912.

SOUZÂNDRADE, Joaquim de. **Novo Eden** (1888-1889). Maranhão: Typ. João d'Aguiar Almeida & C., 1893.

TAVARES, Jayme. **Mensagem apresentada à Câmara Municipal de São Luiz pelo Prefeito Municipal**, em 1 de maio de 1928. Maranhão: s. ed., 1928.

TÁVOLA DO BOM HUMOR. **Sonetos maranhenses**. São Luiz: Imprensa Oficial, 1923.

_____. **Sonetos maranhenses** : 1840-1922. São Luiz: Távola do Bom Humor, 1922.

_____. **Torneio magno** - memorial de 8 de março de 1921. São Luiz: s. ed., 1921.

TORRES, Luzo. **Corrente calamo**. Maranhão: Typ. do Diário do Maranhão, 1910.

VASCONCELLOS, Antonio de. **A chama azul**. São Luiz: s. ed., 1923.

VIANNA, Godofredo Mendes. **A paz e a guerra** (Conferência realizada pelo dr. (...), da AML, no dia 24 de fevereiro, no salão nobre do Casino, por iniciativa do Tiro Maranhense, Maranhão: Typ. da Pacotilha, 1917.

_____. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão**, em 5 de fevereiro de 1923. Maranhão: Imprensa Oficial, 1923.

_____. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão**, em 6 de março de 1923. Maranhão: Imprensa Oficial, 1923.

_____. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão**, em 5 de fevereiro de 1924. Maranhão: Imprensa Oficial, 1924.

_____. **Na tribuna**. São Luiz: Imprensa Oficial, 1926.

_____. **No paiz do Direito**. Maranhão: Imprensa Oficial, 1914.

VIEIRA DA SILVA. **Poesias**: 1907-1908. Maranhão: Typ. Teixeira, 1908.

_____. **Vibrações da noite**. Maranhão: Ramos d'Almeida, 1907.

VIVEIROS, Alexandre José de. **A usina de Joaquim Antonio**: 1911 - 1917. Maranhão: J. Pires, 1918.

2 Anterior ao e dentro do corte temporal publicada fora de São Luís

ABRANCHES, João Antonio Garcia de. **Espelho crítico - político da província do Maranhão**. Lisboa: Typ. Rollandianna, 1822.

AIRES, Félix. **Poema aos imortais**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1936.

AZEVEDO, Arthur. **Vida alheia**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos & C., 1929.

AZEVEDO, Raul de. **Amigos e amigos**. Manaus. Typografia da Livraria do Palais Royal, 1910.

_____. **A esmo**. Porto: Chardron, 1903.

_____. **Artigos e chronicas** - Pará: 1893-1894. Porto. Chardron, 1896.

_____. **Na rua** (papéis avulsos). Lisboa: Typ. Antonio Maria Pereira, 1902.

_____. **Vida elegante**. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, 1913; 136 p.. PortoChardron, 1903.

BASTOS, Teixeira. **Poetas brasileiros**. Porto: Chardron, 1895.

BRAZIL, Ministério da Agricultura. **A província do Maranhão e a imigração** - Guia do Imigrante. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888.

CAMPOS, Humberto de. **O conceito e a imagem na poesia brasileira**: citações de poetas brasileiros dos séculos XVI ao XX. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro, 1929.

CARVALHO GUIMARÃES. **Sombra pagã**. Rio de Janeiro: Officinas Graphics do Jornal do Brazil, 1916.

CARVALHO, Adherbal de. **A poesia e a arte no ponto de vista philosophico**, Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1891.

CARVALHO, Adherbal de. **Esboços literários**, Rio de Janeiro: H. Garnier, 1900.

CARVALHO, Carlota. **O sertão**. Rio de Janeiro: Empresa Editora de Obras Scientificas e Literárias, 1924.

CARVALHO, Cromwell Barbosa de et. al. **Pulverização de uma defesa**. Terezina: Typ. Paz, 1917.

CARVALHO, Ignácio Xavier de. **Missas negras**. Manaus: Livraria Universal - M. Silva & C., 1902.

CASTRO, A. R. Gomes de. **As raças humanas**: a mulher. Rio de Janeiro: Typ. Marques, Araújo & C., 1921

CEARENSE, Catullo da Paixão. **Cancioneiro popular de modinhas brasileiras**. Rio de Janeiro: Livraria do Povo, 1900.

_____. **Alma do sertão**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro, 1900.

COELHO NETTO; BILAC, Olavo. **A pátria brasileira** (para os alunos das escolas primárias - Educação moral e cívica). 13ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1918.

COELHO NETTO (Anselmo Ribas). **Bilhetes postaes**: 1892-1893. Rio de Janeiro: s. n., [1894].

COELHO NETTO. **Breviário cívico** - Publicação da Liga da Defesa Nacional. Rio de Janeiro: Editora O Norte, 1921.

_____. **Compêndio de literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Francisco Alves & C., 1913.

_____. **Conferências literárias**. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1909.

_____. **Frutos do tempo**. Bahia: Livraria Catilina, 1919.

CORREA, José Augusto. **Philosophia divina e humana**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1912.

CORREA, Viriato. **O Brasil dos meus avós** - Chronicas da historia brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1927.

COSTA, J. Wilson da. **Oásis**. Campinas: Tip. Livro Azul, 1914.

DUNSHEE DE ABRANCHES. **Actas e actos do governo provisório**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.

_____. **Pela paz**. Rio de Janeiro: Officinas do Jornal do Brasil, 1895.

_____. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. J. J. Seabra**, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, por Dunshee de Abranches [sobre ensino superior e faculdades]. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

_____. **Rio Branco** - Defesa de seus actos. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911.

_____. **Selva**: poesias (1885-1892). 2ª. Ed. São Paulo: Typ. Brazil, 1923.

GALVÃO, Oscar. **A lepra no Maranhão** - questões de hyjiene. Bebedouro (SP), Thipographia Guarany, 1916.

GONÇALVES, Geogiano Horácio. **Páginas acadêmicas**. Recife: Typographia Universal, 1883.

GUIMARÃES, Francisco. **Carta ao intendente do Maranhão**. Buenos Aires: Typographia de Coni Irmãos, 1901.

HALLE CRYM (Maranhense). **Despretenciosos**. Recife: Imprensa Industrial, 1912.

JACOBINA, Alberto Pizarro. **Dias Carneiro** - O conservador. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

LISBOA, Achilles. **Em defesa do regimento pervertido e do Maranhão arruinado**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926.

_____. **No Maranhão** (Coletânea de discursos e artigos). Rio de Janeiro: São Benedicto, 1926.

_____. **Sobre o melhor meio de divulgação do ensino primário no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Paulo Pongetti, 1926.

LOPES, Raimundo. **O torrão maranhense**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio, 1916.

MACHADO, Walfredo. **O poeta Vespasiano Ramos**, ilustro maranhense de Caxias. Rio de Janeiro: Gráfica O Cruzeiro, 1969.

MAGALHÃES JUNIOR, R. **Arthur Azevedo e sua época**. 2ª ed. São Paulo: Livraria Martins, 1955.

MARQUES, César Augusto. **A Província do Maranhão** – Breve memória. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1876.

MAUL, Carlos. **Catulo - sua vida, sua obra, seu romance**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1971.

MENDES, Raimundo Teixeira. **A pátria brasileira** (Discurso lido na sessão sociolátrica da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro em 7 de setembro de 1881). Rio de Janeiro: Centro Positivista, 1881.

OBRAS de Dunshee de Abranches: **catálogo histórico e explicativo**. São Paulo: Emp. Paulista de Publicidade, 1917.

PAXECO, Fran. **Teófilo no Brasil**. Lisboa: Casa Ventura Abranches, 1917.

_____. **A escola de Coimbra e a dissolução do Riomantismo**. Lisboa: Casa Ventura Abranches, 1917.

_____. **Cartas de Teófilo**. Lisboa: Portugália Editora, 1924.

PERDIGÃO, Domingos de Castro. **Catálogo do Estado do Maranhão na Exposição Nacional de 1908**. Rio de Janeiro. Typ. Gazeta de Notícias, 1908.

PINHEIRO, Xavier. **Rimas de Arthur Azevedo**. Rio de Janeiro: Companhia Industrial Americana, 1909.

PIRES FILHO, José. **A acção do Brazil na profilaxia internacional das doenças endêmicas**. Niterói: Amerino, 1909.

PORTO, Aluizio. **Poemas do coração**: 1888-1891. São Paulo: Typ. Brazil, 1928.

RAMOS, Vespasiano. **Causa alguma**. Rio de Janeiro: s. ed.; 1916 (Mimeo).

RAPOSO, Ignácio. **Cânticos**. Rio de Janeiro: Typ. Martins de Araújo. 1910.

_____. **Pela França**. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunaes, 1914.

REIS, Fábio Alexandrino de Carvalho. **Cartas a um velho amigo**: ligeiro estudo sobre o estado econômico e industrial do Maranhão. Rio de Janeiro: Tipografia de Domingos Luiz dos Santos, 1877.

REIS CARVALHO (Oscar d'Alva). **Cavatinas** (Poesias: 1899-1902). Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1904.

_____. **Prelúdios** (Poesias de 1894-1897). Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1903.

SÁ VIANNA, Manuel Álvaro de Souza. **Comemoração do centenário natalício do Senador Cândido Mendes de Almeida** (Elogio histórico lido na sessão do IHGB, de 14 de outubro de 1918). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919.

SANTOS, Hemetério J. dos. **Carta aos maranhenses**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1906.

SILVA, Francisco de Paula (D.). **Carta Pastoral do Bispo do Maranhão**. Rio de Janeiro: Typ. Besnard Frères, 1907.

SILVEIRA MENEZES. **Labaredas**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro, 1924.

SOCIEDADE BENEFICENTE MARANHENSE. **Estatutos**. Rio de Janeiro: Imprensa Americana, 1897.

SOUSA, William W. Coelho de. **A cultura nacional do algodoeiro no Norte**. Rio de Janeiro: Jornal do Brazil, 1916.

VIVEIROS DE CASTRO. **Ideias e phantasias**. Rio de Janeiro: Cunha & Irmão, 1895.

WALLE, Paul. **Au Brésil** – États de Piauhy ed de Maranhão. Paris: E. Guilmoto, 1912.

APÊNDICE A - Relação de publicações periódicas produzidas no 1890 – 1930

28 de Julho – São Luís: 1892
 Abelhudo (O) – São Luís: 1898-1899
 Actualidade (A) – São Luís: 1900
 Alcantarense – Alcântara: 1906
 Alma Nova – São Luís: 1929
 Alvorada (A) – São Luís: 1895
 Amor às Letras – São Luís: 1905-1906
 Anais (Os) – São Luís: 1911-1913
 Anapuru – Brejo: 1907-1916
 Argos (O) - São Luís: 1897
 Astro (O) – Caxias: 1917
 Astro (O) – São Luís: 1909
 Ateneida (A) - São Luís: 1912
 Ateniense (O) – São Luís: 1915-1918
 Ateniense (O) – São Luís: 1920-1921
 Athenas Jornal – São Luís: 1932
 Aurora Maranhense – São Luís: 1890
 Avante – São Luís: 1904-1908
 Avenida (A) – São Luís: 1909
 Bello Horizonte – Caxias: 1915
 Biné (O) – Picos : 191899
 Binóculo (O) – Caxias: 1907
 Bloco (O) – Caxias: 1916-1923
 Bohemio (O) - São Luís: 1909
 Brazil (O) – São Luís: 1907
 Caixa Popular – São Luís: 1909-1913
 Caixeiro (O) – Caxias: 1915-1916
 Campanha (A) – São Luís: 1902-1904; 1914
 Canhoto (O) - São Luís: 1912-1914
 Canudo (O) - São Luís: 1891
 Centro Caixeiral – São Luís: 1919-1924

Chicó Jornal - São Luís: 1914
 Cidade de Caxias – Caxias: 1898-1900
 Cidade de Pinheiro – Pinheiro: 1923; 1927-1930
 Cinema (O) – Brejo: 1915
 Cinema (O) – São Luís: 1916
 Civilização (A) – São Luís: 1889-1890
 Coió do Brodio – São Luís: 1908
 Colégio (O) – São Luís: 1916
 Colibri (O) – São Luís: 1921
 Comarca – Codó: 1902-1908; 1914-1916; 1920-1922
 Combate (O) – São Luís: 1906; 1909
 Combate (O) – São Luís: 1925-1930
 Commercio de Caxias – Caxias: 1889-1895
 Condor (O) – São Luís: 1908
 Corisco (O) – São Luís: 11890
 Coroatá (O) – Coroatá: 1919-1920
 Correio da Manhã – São Luís: 1930
 Correio da Tarde – São Luís: 1909-1912
 Correio de Picos – Picos: 1909-1913
 Correio de Codó – Codó: 1913-1920
 Correio do Sertão – Caxias: 1903-1904/
 Correio Evangélico – São Luís: 1918
 Corsário (O) – São Luís: 1907
 Crise (A) – São Luís: 1990199
 Cruzada (A) – São Luís: 1890-1892
 Cruzeiro (O) – São Vicente Ferrer 1928
 Debate (O) – Brejo: 1910-1914
 Delta (O) – São Luís: 1918
 Dia (O) – Mirador: 1917
 Dia (O) – São Luís: 1924-1925
 Diário da Tarde - São Luís:99 1931-1933
 Diário de Caxias – Caxias: 1924
 Diário de Notícias – São Luís: 1893
 Diário de São Luís – São Luís: 1920-1924

Diário do Maranhão – São Luís: 1889-1908; 1920
 Diário Oficial do Estado do Maranhão – São Luís: 1906-1930
 Domingo (O) – São Luís: 1901-1904
 Domingo (O) – São Luís: 1910; 1917
 Echo do Norte – São Luís: 1915
 Época (A) – Picos: 1898
 Época (A) – Viana: 1929-1931
 Escola (A) – Caxias: 1928-1932
 Escola (A) – Codó: 1918; 1920
 Escola (A) – São Luís: 1902
 Estado (O) – São Luís: 1915-1918
 Estado do Maranhão – São Luís: 1891
 Estrella (A) – Picos: 1897
 Estrilho (O) – São Luís: 1921
 Estudante (O) – São Luís: 1915
 Eu Grito? – São Luís: 1912
 Evolução (A) – São Luís: 1912
 Evolução (A) – São Luís: 1929-1930
 Excelsior – São Luís: 1914
 Federalista – São Luís: 1892-1906
 Ferro em Brasa – Caxias: 1917
 Fita (A) - São Luís: 1917-1921
 Folha do Povo – São Luís: 1923-1926
 Funcionário (O) – São Luís: 1920-1921
 Fuzarca – São Luís: 1929
 Garoto – Codó: 1931
 Garoto (O) – São Luís: 1919; 1921
 Gazeta Caxiense – Caxias: 1893-1900
 Gazeta de Picos – Picos: 1903-1913
 Gazeta do Codó – Codó: 1892
 Gazeta do Povo – São Luís: 1913
 Grilo (O) – São Luís: 1912
 Gruta de Lourdes – Caxias: 1908
 Guarany (O) – Barra do Corda: 1899

Guri (O) – São Luís: 1915
 Hora (A) – São Luís: 1926-1929
 Ideal (O) – Loreto: 1904
 Ideal (O) – São Luís: 1898-1899
 Ideal Jornal – São Luís: 1912-1913
 Imparcial (O) – São Luís: 1899
 Imparcial – São Luís: 1914-1915; 1926-1930
 Imprensa – Picos: 1898-1899
 Imprensa (A) – Viana: 1912
 Independente (O) – Caxias: 1907-1908
 Inubia (A) – São Luís: 1914
 Janota (O) – Caxias: 1904
 Jornal (O) – São Luís: 1914-1923
 Jornal da Manhã – São Luís: 1900-1901
 Jornal de Balsas – Balsas: 1932-1934
 Jornal de Caxias – Caxias: 1895-1918
 Jornal do Comércio – Caxias: 1905-1923
 Jornal do Comércio – São Luís: 1907
 Jornal dos Artistas – São Luís: 1901; 1908-1909; 1916
 Jornal dos Artistas – São Luís: 1919
 Jornalzinho (O) – Carolina: 1931-1932
 Juvenil (O) – Picos: 1899
 Lábaro – Caxias: 1899-1900; 1921; 1925
 Labor – São Luís: 1913; 1917
 Lâmpada (A) – Codó: 1893
 Lanterna (A) – São Luís: 1913-1914
 Littoral (O) – Cururupu: 1917-1918
 Lucta (A) – São Luís: 1891-1892
 Luz (A) – Caxias: 1908
 Luz (A) – Morros: 1931
 Luz (A) – São Luís: 19089
 Maranhão (O) – Caxias: 1907
 Maranhão (O) – São Luís: 1907-1909
 Maranhão Philatelico – São Luís: 1914

Martello (O) – São Luís: 1911-1912
 Mensageiro – São Luís: 1907
 Mensageiro (O) – Caxias: 1911
 Mensageiro Diocesano – São Luís: 1907-1908
 Mocidade (A) – Picos: 1911
 Mocidade (A) – São Luís: 1906
 Monitor Codoense – Codó: 1894-1898
 Movimento (O) – São Luís: 1917
 Município (O) – Picos: 1895-1903
 Nacional (O) – São Luís: 1890-1892
 Norte (O) – Barra do Corda: 1892-1929
 Notícia (A) – São Luís: 1906-1907
 Notícia (A) – São Luís: 1928
 Notícias – São Luís: 1932-1934
 Novena (A) – São Luís: 1909
 Novo Brazil – São Luís: 1888-1889
 Novos (Os) – São Luís: 1900-1903
 Operário (O) – São Luís: 1892-1894
 Ordem (A) – Pedreiras: 1920-1921
 Pacotilha – São Luís: 1889; 1910-1930
 Paiz (O) – Caxias: 1903-1905
 Pálace Jornal – São Luís: 1914
 Paladium – São Luís: 1910
 Palavra (A) – São Luís: 1909
 Palpite (O) – São Luís: 1913-1914
 Panoplia (A) – São Luís: 1900
 Parnaso (O) – Caxias: 1903-1904
 Parthenon (O) – Caxias: 1908
 Pátria (A) – São Luís: 1908; 1915
 Pergureiro da Fé – São Luís: 1913
 Penna (A) – Caxias: 1910
 Philolitera – Picos: 1906
 Philomathia – São Luís: 1895-1896
 Piaga (O) – São Luís: 1898-1899

Porvir (O) – Barra do Corda: 1897; 1902
 Porvir (O) – São Luís: 1895; 1902
 Postal (O) – São Luís: 1916-1919
 Povinho (O) – São Luís:
 Primavera – São Luís: 1909
 Primavera (A) – Codó: 1896
 Raspa (O) – São Luís: 1904
 Reação (A) – São Luís: 1910; 1913
 Rebate (O) – São Luís: 1913
 Regeneração – São Luís: 1898-1900
 Registro (O) – São Luís: 1917
 Renascença (A) – Caxias: 1914
 Renascença (A) – São Luís: 1902
 República (A) – São Luís: 1890-1902; 1914
 Republicano (O) – Picos: 1896-1897
 Revista Aduaneira – São Luís: 1910-1912
 Revista Maranhense – São Luís: 1916-1922
 Revista Typographica – São Luís: 1907-1913
 Riso d'Alma – São Luís: 1911
 Rosariense (O) – Rosário: 1903-1905
 Rua (A) – São Luís: 1915
 Sabiá (O) – Caxias: 1915-1916
 Sangue Jovem – São Luís: 1930
 São Luís – Jornal – São Luís: 1915
 Sello (O) – São Luís: 1914
 Semana (A) – Cururupu: 1929
 Ser (O) – Rosário: 1904
 Sertanejo (O) – Buriti Bravo: 1917-1918
 Sertão – Coroatá: 1928
 Sertão (O) – São Luís: 1921
 Sertão Novo (O) – São Luís: 1930
 Simples (Os) – Barra do Corda: 1915-1916
 Sineta (A) – Carolina: 1919
 Suco (O) – São Luís: 1919

Tarde (A) – São Luís: 1915
Tempo (O) – São Luís: 1931
Tentame (O) – São Luís: 1919
Tocantins (O) – Carolina: 1914-1918; 1924-1930
Tocha (A) – São Luís: 1911-1912
Trabalho (O) – Caxias: 1920
Trabalho (O) – Codó: 1918
Trabalho (O) – Flores: 1906
Tribuna – São Luís: 1929-1937
União Postal – São Luís: 1893
Via do Lar (A) – São Luís: 1913
Via Lucis – São Luís: 1909
Vida Escolar – Carolina: 1932
Vontade (A) – São Luís: 1915-1916
Voz do Norte (A) – São Luís: 1929-1932
Voz do Povo – Caxias: 1931
Zephyro – Caxias: 1901

ANEXO A – Letra do Hino Maranhense

Letra de Antônio Baptista Barbosa de Godois.
Música atribuída a Antônio dos Reis Raiol.

I

Entre o rumor das selvas seculares,
Ouviste um dia no espaço azul, vibrando,
O troar das bombardas nos combates,
E, após um hino festival, soando.

Estribilho

Salve pátria, Pátria amada!
Maranhão, Maranhão, berço de heróis,
Por divisa tens a glória
Por nune, nossos avós.

II

Era a guerra, a vitória, a morte e a vida
E, com a vitória, a glória entrelaçada,
Caía do invasor a audácia estranha,
Surgia do direito a luz dourada.

III

Quando às irmãs os braços estendeste,
Foi com a glória a fulgir no teu semblante
E sempre envolta na tua luz celeste,
Pátria de heróis, tens caminhado avante.

IV

Reprimiste o flamengo aventureiro,
E o forçaste a no mar buscar guarida;
Dois séculos depois, disseste ao luso:
- A liberdade é o sol que nos dá vida.

V

E na estrada esplendente do futuro.
Fitas o olhar, altiva e sobranceira,
Dê-te o porvir as glórias do passado
Seja de glória tua existência inteira.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Dunshee de. **O Captiveiro**. Rio de Janeiro: [s.n.].
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A ideologia da decadência**: uma leitura antropológica da história da agricultura no Maranhão. São Luís: FIPES, 1982.
- AMARAL, José Ribeiro. **O Maranhão em 1896**. São Luís: Typografia do Frias, 1897.
- ABRANTES, Otília Beatriz Fiori; ARANTES, Paulo Eduardo. **Sentido da formação**: três estudos sobre Antônio Cândido, Gilda de Melo e Sousa e Lúcio Costa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- AZEVEDO, Aroldo de; MATOS, Lino Dirceu de. **Viagem ao Maranhão** (julho de 1950). São Paulo: FFCL/USP. Boletim n. 120, geografia, n. 6.
- BANDEIRA TRIBUZZI. **Formação econômica do Maranhão**: uma proposta de desenvolvimento. São Luís: FIPES, 1981.
- BORDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: EDUSP, 1996.
- BORNHEIM, Gerd. (Org.). **Cultura brasileira**: tradição/contradição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/FUNARTE, 1997.
- BORRALHO, José Henrique de Paula. **Terra e céu de nostalgia**: tradição e identidade em São Luís do Maranhão. Assis (SP); UNESP, 2000 – Dissertação (Mestrado em História).
- BOSI, Alfredo (Org.). **Cultura brasileira**: temas e situações. São Paulo: Ed. Ática, 1999.
- BURKE, Peter. (Org.). **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Ed. NESP, 1992.
- CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Política e Educação no Maranhão: 1834-1889**. São Luís: SIOGE, 1984.
- CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. **O Maranhão na literatura dos viajantes do século XIX**. São Luís: AML/SIOGE, 1991.
- CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. **Origens da indústria no sistema agro-exportador maranhense (1875-1895)**. São Paulo: USP, 1988 (Tese de Doutorado).
- CÂNDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975. 2 v.
- CÂNDIDO, Antonio. O método crítico de Sílvio Romero. **Boletim da FFCL/USP**. São Paulo, n. 266, 1963.

- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CASTRO, A. O. Viveiros de. **O Estado do Maranhão**. Maranhão: Typ. A Vapor Frias, 1892.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.
- CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CORREA, Maria da Glória Guimarães. **Nos fios da trama: quem é essa mulher? – Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século**. Niterói, UFF, 1998 (Dissertação de Mestrado).
- CORREA, Rossini. **Formação Social do Maranhão: o presente de uma arqueologia**. São Luís: SECMA, 1993.
- FERREIRA, Miguel Vieira. **Reflexões acerca do progresso material da província do Maranhão**. Maranhão: Typ. Do Frias, 1866.
- FRIAS, José Maria Correa de. **Memórias sobre a tipografia maranhense**. São Luís: SIOGE/FUNC, 1978.
- GINSBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- GRAMSCI, Antonio. **Literatura e vida nacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.
- HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- ITAPARY, Joaquim. **A falência do ilusório: memória da Companhia de fiação e Tecidos do Rio Anil**. **FALTA RESTO**
- JORNAL DA LAVOURA. São Luís, 15 de julho de 1876.
- LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- LE GOFF, Jacques. **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1974.
- LE GOFF, Jacques. **Memórias e história**. Campinas: Editora UNICAMP, 1992.
- LEENHARDT, Jacques ; PENSAMENTO, Sandra Jatay. **Discurso histórico e narrativa literária**. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1998.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro**. São Paulo: Ática, 1992.

LÔWY, Michael ; SAYRE, Robert. **Revolta e melancolia**: o romantismo na contramão da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1995.

LÔWY, Michael. **Romantismo e messianismo**: ensaios sobre Lukács e Walter Benjamin. São Paulo: Perspectiva/Editora da USP, 1990.

MACHADO NETO, A. L. **Estrutura social da república das letras**. São Paulo: Nacional, 1973.

MARQUES, César Augusto. **A Província do Maranhão** – Breve memória. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1876.

MEIRELES, Mário Martins. **História do Maranhão**. São Luís: FUNC, 1980.

MESQUITA, Francisco de Assis Leal. **Vida e morte da economia algodoeira do Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 1987.

MICELLI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MORAES, José do Nascimento. **Neurose do medo e 100 artigos**. São Luís: SECMA/Civilização Brasileira, 1982.

MORAES, José do Nascimento. **Vencidos e Degenerados**. São Luís: Centro Cultural Nascimento Moraes, 2000.

MOURA, João Dunshee de Abranches. **Transformação do trabalho** (Memória apresentada à Associação comercial do Maranhão). Maranhão: Typ. A Vapor da Pacotilha, 1888.

NASCIMENTO, Jorge. **Universo maranhense**. São Luís: SIOGE, 1983.

NAVAS-TORÍBIO, Luiza Garcia do Nascimento. **O negro na literatura maranhense**. São Luís: Academia Brasileira de Letras, 1990.

OS NOVOS. **Boletim da Oficina dos Novos**. São Luís: Typ. Teixeira, v. 3, n. 1-6, Juan./dez., 1903.

PECAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PROJETO HISTÓRIA. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**. Sentidos da Comemoração. São Paulo: EDUC/FAPESP, n} 20, Abril/2000.

QUEIRÓZ, Teresinha. **Os literatos e a república**. Clodoaldo Cardoso, Higino Cunha e as tiranias do tempo. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

REIS, Fábio Alexandrino de Carvalho. **Cartas a um velho amigo**: ligeiro estudo sobre o estado econômico e industrial do maranhão. Rio de Janeiro: Tipografia de Domingos Luiz dos Santos, 1877.

REZENDE, Antonio Paulo. **(Dê)s encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de 20**. Recife: FUNDARPE, 1997.

RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. **A desagregação do sistema escravista no Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1990.

RICOUER, Paulo et al. **As culturas e o tempo**. Petrópolis: Vozes, 1975.

SEVECENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação da cultura na primeira república**. São Paulo Brasiliense, 1985.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

VIVEIROS, Jerônimo de. **Alcântara no seu passado econômico, social e político**. São Luís: FUNC, 1975.

VIVEIROS, Jerônimo de. **Benedito Leite: um verdadeiro republicano**. Rio de Janeiro: DASP, 1960.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do Comércio do Maranhão**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954/1964. 3v.

WILLIAMS, Frederick G. **Sousândrade: vida e obra**. São Luís: SIOGE, 1976.

PRODUÇÃO INTELECTUAL SOBRE A TEMÁTICA

1. Anterior ao corte temporal publicada em São Luís

A ESTÁTUA de Benedito Leite. Maranhão: Imprensa Oficial, 1912; 21 p.

À MEMÓRIA DO DR. BENEDITO PEREIRA LEITE – Homenagem das Escolas. Maranhão, s. ed. [1909], 86 p.

ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS. **A Estátua de João Lisboa**. São Luís: Typ. Teixeira, 1918, 83p.

ÁLBUM DO MARANHÃO. Maranhão: s. ed., 1922.

ALBUQUERQUE FILHO, Luís Rodolpho Cavalcante (Engº Civil). **Um anno de actividade em São Luiz**. 1919-1920. Maranhão: J. Pires, 1920; s. p.

ALMEIDA, José Magalhães de. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do estado do Maranhão*, em 5 de fevereiro de 1927. Maranhão: Imprensa Oficial, 1927; 129 p.

ALMEIDA, José Magalhães de. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do estado do Maranhão*, em 5 de fevereiro de 1927. Maranhão: Imprensa Oficial, 1928; 98 p.

ALMEIDA, José Magalhães de. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do estado do Maranhão*, em 5 de fevereiro de 1927. Maranhão: Imprensa Oficial, 1929; 99 p.

ALMEIDA, José Magalhães de. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do estado do Maranhão*, em 5 de fevereiro de 1927. Maranhão: Imprensa Oficial, 1930; 119 p.

ALMEIDA, Rubem. *Conferência proferida pelo Prof. Ruben Alemida*, na sede do “Grupo Escolar Henriques Leal”, por motivo da comemoração do 1º centenário do nascimento desse eminente vulto da intelectualidade maranhense. Maranhão: Ramos d’Almeida & C., 1928; 34 p.

ALMEIDA, Rubem. *Raízes e radicais gregos existentes em português*. Maranhão: Ramos d’Almeida & C., 1930, 33 p. (Tese para a cadeira de Português do Lyceu).

ÁLVARES CANTUÁRIA. *Capas avulsas*. [Maranhão: s. ed., 1914]; 19 p.

3 - Fora do corte temporal publicada em São Luís

ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS. Ciência & Literatura: Salomão Fiquene e Ruben Almeida (Posse e recepção do Dr. Salomão Fiquene, no dia 12 de março de 1968, como ocupante da cadeira nº 21 da AML). São Luís: AML, 1972; 33 p.

ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS. Nina Rodrigues (Comemoração do quinquentenário de morte de Raimundo Nina Rodrigues, transcorrido em 17 de julho de 1956). São Luís: AML, 1956; 47 p.

ALMEIDA, Ruben & MEIRELES, Mário Martins. **A glorificação de Gonçalves Dias**. São Luís: SENEC/Departamento de Cultura do Estado, 1962; 10 p.

ALMEIDA, Ruben. **O índio brasileiro em fase da legislação**. Maranhão: Imprensa Oficial, 1934; 52 p.

ALMEIDA, Ruben. **O mestre e o mestre**. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1979; 21 p.

ALMEIDA, Ruben. **Prosa, poesia, iconografia**. São Luís: SECMA, 1982; 400 p.

AOS ELEITORES CATHOLICOS. Maranhão: Typ. M. Silva, 1933; 21 p.

ASSIS BRASIL. **A poesia maranhense no século XX** (Antologia). Rio de Janeiro: Imago. São Luís: SIOGE, 1994; 377 p.

AZEVEDO, Raul de. **Terras e homens**: ensaios. Rio de Janeiro: Pongetti, 1948; 231 p.

BARBOSA, Domingos. **A vida de Aluísio Azevedo**. São Luís: Departamento de Cultura do Estado, 1968; 12 p.

BELFORT, Fábio. **José Nunes Belfort Mattos: a vida de um cientista brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1951; 150 p.

BRANDÃO, Jacyntho José Lins. **Presença maranhense na literatura nacional**. São Luís: UFMA/SIOGE, 1979; 125 p.

CAMPOS, Humberto de. **Antologia da Academia Brasileira de Letras: trinta anos de discursos acadêmicos - 1897/1927**. São Paulo: W. M. Mackson Inc., 1960; 469 p.

CAMPOS, Humberto de. **Carvalhos e roseirais: figuras políticas e literárias**. Rio de Janeiro: José Olympio; 242 p.

CAMPOS, Humberto de. **Crítica - segunda série**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935; 392 p.

CAMPOS, Humberto de. **Crítica: primeira série**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935; 364 p.

CAMPOS, Humberto de. **Memórias inacabadas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935; 249 p.

CAMPOS, Humberto de. **Memórias: 1886-1900**. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc.s 1941; 487 p.

CAMPOS, Humberto de. **Perfis**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936; 203 p.

CAMPOS, Maria da Graça dos Reis. **Apontamentos para uma bibliografia maranhense extraídos de jornais e periódicos**. São Luís: s. ed., 1985.

CARDOSO, Clodoaldo. **Pastos Bons**. Rio de Janeiro: IBGE, 1947; 87 p.

CARNEIRO FILHO, Alberico et all. **História da Imprensa oficial no Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1983; 324 p.

CARNEIRO, Paulo E. de Berredo. **Teixeira Mendes na Academia Maranhense de Letras**. Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Nacional, 1973; 12p.

CARVALHO GUIMARÃES. **Ronda dos fatos**. Rio de Janeiro: Gráfica Tupy, 1971; 77 p.

CARVALHO, Ribamar; ALMEIDA, Ruben; VIEIRA FILHO, Domingos. **Catulo, Gonçalves Dias e Coelho Netto**. São Luís: Departamento de Cultura do Estado, 1965; 23 p.

CATÁLOGO da exposição comemorativa do 1º centenário de Benedito Leite, realizada na Biblioteca Pública Benedito Leite, de 3 a 10 de outubro de 1957. São Luís: s. ed., 1957; 18 p.

COELHO NETTO, Paulo. **Coelho Netto**. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1942; 400 p.

COELHO NETTO. O MORTO: MEMÓRIAS DE UM FUZILADO. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Departamento Nacional do Livro, 1994; 199 p.

COELHO NETTO. Páginas escolhidas (seleção e prefácio de Paulo Coelho Netto). Rio de Janeiro: Editora Vecchi, 1945.

COELHO NETTO. Palestras da tarde. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1939; 160 p.

COLLARES MOREIRA, Arthur Quadros. Gomes de Castro, Benedito Leite e Urbano Santos. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1939; 245 p.

COQUEIRO, Edmundo. A vida e a obra de João Antonio Coqueiro. Rio de Janeiro: Magalhães, Correard & Cia., 1942; 350 p.

CORREA DE ARAÚJO. Acrópole (obra póstuma). São Luís: AML, 1960; 173 p.

CORREA, Rossini. O modernismo no Maranhão. Brasília: Correa e Correa Editores, 1989; 290 p.

CORREA, Viriato. Cazuza. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967; 188 p.

COSTA FILHO, Odylo. Graça Aranha e outros ensaios. Rio de Janeiro: Salma Editora, 1934; 147 p.

COSTA, Othon. São Luís e Rio de Janeiro: vínculos históricos e culturais. São Luís: ed., 1975; s. p. (Conferência)

DANTAS, Paulo. Aluísio de Azevedo. São Paulo: Melhoramentos, s.d., 52 p.

DESTERRO, Dagmar. Poemas para São Luís. São Luís: s. ed., 1985; 49 p.

DIAS, José Carlos. Dois perfis maranhenses: Humberto de Campos e Graça Aranha. Maranhão: DEIP, 1941; 120 p.

DINO, Nicolau. O visconde de Vieira da Silva. São Luís: Departamento de Cultura do Estado, 1974; 125 p.

DOBAL, H. A cidade substituída. São Luís: SIOGE, 1978; 47 p.

DOMINGUES FILHO, Virgílio. Vida e obra de Luís Domingues. São Luís: SIOGE, 1982; 512 p.

DUNSHEE DE ABRANCHES. A esfinge do Grajaú - memórias. Rio de Janeiro: Editora do Jornal do Brasil, 1959; 363 p.

DUNSHEE DE ABRANCHES. O captiveiro - memórias. Rio de Janeiro: s. ed., 1941; 254 p.

DUNSHEE DE ABRANCHES. Uma vida ... perfil biographico do professor José de Abranches Moura em honra ao seu jubileo scientifico. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1936; 44 p.

EXPOSIÇÃO comemorativa do centenário de nascimento de Graça Aranha. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1968; 46 p.

FORTUNA, José de Pádua. Entre Vírgulas. São Luiz: s. ed., 1932; 1º v., 24 p.

FREITAS, Byron de. O noroeste maranhense. Maranhão: Typ. M. Silva, 1939; 101 p.

GONÇALVES, Augusto Cesar Lopes. Alguns fatos de minha modesta vida pública. Rio de Janeiro: C. Mendes Junior, 1931; 168 p.

GRAÇA ARANHA. Esthetica da vida. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1937; 236 p.

GRAÇA ARANHA. Machado de Assis e Joaquim Nabuco: comentários e notas à correspondência entre estes dois escritores. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., 1942; 174 p.

GRAÇA ARANHA. Memorandum. São Luís: Departamento de Cultura do Estado, 1968; 54 p.

GRAÇA ARANHA. O meu próprio romance. Rio de Janeiro. Companhia Editora Nacional, 1931; 174 p.

GRAÇA ARANHA. Páginas seletas. São Luís: Departamento de Cultura do Estado, 1968; 78 p.

GUIMARÃES MARTINS. Fragmentos da minha loucura. Recife: s. ed., 1939; 101 p.

HURLEY, Jorge. Rio Gurupy. Belém: Instituto D. Macedo Costa, 1932; 42 p. (Terceiro capítulo, inédito, do livro Nos sertões do Gurupy, publicado em 1928).

JANSEN, José. Musa jovial maranhense. Petrópolis: Imprensa Vespertina, 1973; 35 p.

JANSEN, José. Teatro no Maranhão. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1974; 266 p.

LEITE, Heloisa Moreira Lima. O Maranhão & o ensino na área da saúde: 1919-1966. São Luís: UFMA, 1982; 152 P.

Linhares, Mário. Poetas esquecidos. Rio de Janeiro. Irmãos Pongetti editores, 1938; 303 p.

LISBOA, Achilles. Pro dignitate medicinae. Maranhão: s. ed., 1938; 15 p.

LOBO, Luisa. Tradição e ruptura. O Guêsa de Sousândrade. São Luís: SIOGE, 1979; 101 p.

LOPES, Antonio. A presença do romanceiro (versões maranhenses). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967; 264 p.

LOPES, Antonio. Alcântara, uma cidade tradicional. São Luís: FUNC, 1977; 20 p.

LOPES, Antonio. Dois estudos maranhenses. São Luís: FUNC, 1975; 58 p.

LOPES, Antonio. O comendador João Gualberto da Costa. Maranhão: Typogravura Teixeira, 1944; 22 p.

Lopes, Raimundo. Alcântara: uma cidade tradicional. São Luís: FUNC, 1977; 20 p.

LOPES, Raimundo. Gonçalves Dias e a raça americana. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1933; p. 575-618 - Separata da revista do IHGB sobre o Congresso Pan-Americano de Geografia e História. V. II, 1932-1933.

LUZ, Joaquim Vieira da. Fran Paxeco e as figuras maranhenses. Rio de Janeiro: edições Dois Mundos, 1957; 354 p.

LUZ, Joaquim Vieira da. Dunshee de Abranches e outras figuras. Rio de Janeiro> Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1954; 406 p.

MACHADO, Marcelino R. memória parlamentar [reunião de opúsculos e mais documentos sobre a atuação desse parlamentar]. Rio de Janeiro: s. ed., s. d.; s.p.

MACHADO, Nauro. Tempo ladeado. São Luís: SIOGE, 1973; 48 p.

MACHADO, Walfredo. Gonçalves Dias e a expressão social de sua poesia (Conferência proferida no Instituto Brasileiro de Cultura, em 25 de novembro de 1939).

MAGALHÃES, celso da Cunha. A poesia popular brasileira. São Luís: Departamento de Cultura do Estado, 1966; 95 p.

MARANHÃO SOBRINHO. Incêndios Vermelhos (Publicação comemorativa dos 50 anos de morte). São Luís; Departamento de Cultura do Estado, 1966; 28 p.

MARANHÃO, Astolfo Marques - Publicação comemorativa do 1º centenário do seu nascimento. São Luís: FUNC, 1976; 27 p.

Maranhão, Inácio Raposo. Edição comemorativa do 1º centenário do seu nascimento. São Luís: FUNC, 1975; 27 p.

MARANHÃO. **Astolfo Marques**. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1976; 27 p.

MARANHÃO. Catulo, Gonçalves Dias e Coelho Netto. São Luís: Departamento de Cultura do Estado, 1965; 23 p.

MARANHÃO. Em louvor de Gonçalves Dias. São Luís: Departamento de Cultura do Estado, 1964; 19 p.

MARANHÃO. Godofredo Viana (Publicação comemorativa do centenário de nascimento: 1878-1978). São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1978; 20 p.

MARANHÃO. Godofredo Vianna - Publicação comemorativa do centenário de nascimento. São Luís: FUNC, 1978; 20 p.

MARANHÃO. João Lisboa - Livro comemorativo do transcurso do centenário de falecimento de João Francisco Lisboa). São Luís: Departamento de Cultura do Estado, 1963; 22 p.

MARANHÃO. Teatro Arthur Azevedo. São Luís: Departamento de Cultura do Estado, 1968; 34 p.

MEIRELES, Mário Martins et. All. Antologia da Academia Maranhense de Letras: 1908-1958. São Luís: AML, 1958; 252 p.

MEIRELES, Mário Martins. Catulo: seresteiro e poeta. São Luís: s.n., 1963; 93 p.

MEIRELES, Mário Martins. Panorama da literatura maranhense. São Luís: Imprensa Oficial, 1955; 255 p.

MENDES, Raimundo Teixeira. A bandeira nacional. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Jornal do Comércio, 1959; 60 p.

MÉRIAN, Jean Yves. Celso Magalhães: poeta abolicionista. São Luís: FUNC, 1978; 35 p.

MOARES, João. Vida e obra de Antonio Lobo. São Luís: Revista Legenda Editora, 1969; 90 p.

MOHANA, João. A grande música do Maranhão. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1974; 135 p.

MONTELLO, Josué & CORREA, Viriato. Discursos na ABL. Rio de Janeiro: ABL, 1956; 127 p.

MONTELLO, Josué. A oratória atual no Brasil. Rio de Janeiro: DASP, 1959; 59 p.

MONTELLO, Josué. A polêmica de Tobias Barreto com os padres do Maranhão. Rio de Janeiro: José Olympio. Brasília: INL, 1977; 124 p.

MONTELLO, Josué. Aluísio Azevedo e a polêmica d'O Mulato. Rio de Janeiro: José Olympio. Brasília: INL. 1975; 335 p.

MONTELLO, Josué. Anedotário geral da Academia Brasileira. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980; 478 p., 3º ed.

MONTELLO, Josué. Arthur Azevedo e a arte do conto (Conferência). Rio de Janeiro: Livraria São José, 1971; 174 p.

MONTELLO, Josué. Caminho da fonte. Estudos de literatura. Rio de Janeiro: INL, 1959; 401 p., 3º ed.

MONTELLO, Josué. Janela de mirante: impressões, cenas e perfis.. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980; 478 p., 3º ed.

MONTELLO, Josué. Lanterna vermelha. São Luís: SIOGE, 1985; 124 p.

MONTELLO, Josué. Na casa dos quarenta, São Paulo: Martins, 1967; 374 p.

MONTELLO, Josué. Reforma do ensino normal no Maranhão (Sugestões apresentadas ao Interventor saturnino Bello). Maranhão: Serviço de Imprensa Oficial, 1946; 73 p.

MONTELLO, Josué. Uma palavra depois da outra: notas e estudos de literatura. Rio de Janeiro: INL, 1969; 175 p.

MONTELLO, Josué. Uma tarde, outra tarde (novelas). São Paulo: Livraria Martins Editora, 1968; 253 p.

MORAES FILHO, José Nascimento. Maria Firmina: fragmentos de uma vida. São Luís: s. ed., 1975; s. p.

MORAES, Jomar & OLIVEIRA, Antonio de. Cadeira 10. São Luís: Legenda, 1970; 43 p.

MORAES, Jomar. Apontamento de literatura maranhense. São Luís: SIOGE, 1976; 187 p.

MORAES, JOMAR. Graça Aranha: ensaio. São Luís: Revista Legenda, 1968; 36 p.

MORAES, Jomar. Guia histórico da Biblioteca Pública Benedito Leite. São Luís; FUNC, 1973; 63 p.

MORAES, José do Nascimento. Contos de Valério Santiago. São Luís: SIOGE, 1972; 223 p.

MORAES, José do Nascimento. Neurose do emdo e 100 artigos.

MOREIRA NETO, Euclides Barbosa. Primórdios do cinema em São Luís. São Luís: Cineclubes Uirá, 1977, 59 p.

MOREIRA, Eliezer. Coelho Netto e a onda modernista. São Paulo> ítalo-Latino-Americana, 1982; 95 p.

MOURA, Hastimphilo. Da primeira à Segunda república. Rio de Janeiro: Pongetti, 1936; 402 p.

NOGUEIRA, h. b. Portas fechadas (Era uma vez uma vida). Rio de Janeiro. S. ed., 1983; 227 p.

NOGUEIRA, Manoel Aurélio. A revolução nacional. São Luís: Graphica Tribuna, 1934; 178 p.

NOVAES, Tito. Peneirando. Maranhão: Gráfica Tribuna, 1934; s. p.

NOVAES, Tito. Peneirando. Maranhão: Ramos d'Almeida, 1932; 4º p.

OLIVEIRA ROMA. Depois (...irei pedir calor ao ventre da Mãe Terra).

OLIVEIRA ROMA. Versos de Maranhão: Typ. Silva, 1932; 105 p.

OLIVEIRA, Antonio de. Maranhão Sobrinho: notas bibliográficas. Rio de Janeiro: Revista das Academias de Letras, 1976; 20 p. (Separata).

OLIVEIRA, Francklin de. A fantasia exata. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1959; 313 p.

PAES, Zila Ângela. Flores sem perfume. Rio de Janeiro: Gráficaa do Jornal do Brasil, 1054; 78 p.

PERDIGÃO, Fernando. Contribuição do Maranhão à cultura jurídica brasileira. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1978; 22 p.

PERDIGÃO, Hilton Magalhães. Anuário do Maranhão para 1941. São Luiz: s. ed., 1941; 152 p.

PERDIGÃO, J. M. Reis. A revolução de 1930 (Um documento para a História). Rio de Janeiro: s. ed., 1980; 51 p.

PINHEIRO FILHO, Ribamar. Cathecismo cívico - para uso das escolas. Maranhão: Imprensa Oficial, 1937; 78 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS. A festa dos sons. São Luís: Departamento de Cultura, 1973; 43 p.]

RAMOS, Clóvis. **Ano Centenário**: Humberto de Campos. São Luís: SIOGE, 1966; 106 p.

RAMOS, Clóvis. **Inácio Xavier de Carvalho ou revoltas supremas**: subsídios para o estudo do simbolismo no Maranhão. São Luís: SIOGE, 1986; 42 p.

RAMOS, Clóvis. Nosso céu tem mais estrelas: 140 anos de literatura maranhense. Rio de Janeiro: Pongetti; 1973; 191 p.

RAMOS, Clóvis. **Onde canta o sabiá**: estudo histórico-literário da poesia do Maranhão. Rio de Janeiro: Pongetti, 1972; 111 p.

RAMOS, Clóvis. **Terra timbira**: Brasília: s. ed., 1980; 245 p.

RANGEL, Ignácio. **Um fio de prosa autobiográfica**. São Luís: SIOGE, 1982; 512 p.

RAPOSO, Ignácio. **Mestre Cúia**: cenas do tempo da escravidão. Rio de Janeiro: Companhia Brasil Editora, 1937; 253 p.

REGO, Luís de Moraes. **Cultura e educação**. São Luís: SIOGE, 1980; 91 p.

REIS, Roberto et. all. **O miolo e o pão**: estudo crítico e antologia de Humberto de Campos. Niterói; EDUFF/ Brasília: INL, 1986; 240 p.

RIBEIRO, Maria José Bastos. **Maranhão de outrora**: memórias de uma época (1819-1924). Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1942; 274 p.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1976; Coleção Brasileira, v. 9, 2283 p.

SÁ VALLE, José Ribeiro de. Antologia maranhense. Maranhão: Ramos d'Almeida & C., 1937; 124 p.

SÁ VALLE, José Ribeiro de. **Contos patrióticos**. Maranhão: s. ed., 1937; 15 p.

VALÉRIO, Américo. **Graça Aranha**. Rio de Janeiro: Typ. Aurora, 1932; 233 p.

VIANA, Fernando (Feliciano Ventura). **Passarela e outros perfis**. São Luís: SIOGE/AML, 1991; 92 p.

VIANNA, Godofredo. **Por onde Deus não andou**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1946; 238 p.

VIANNA, Godofredo. **Por onde Deus não andou**. São Paulo: José Olympio, 1946; 238 p.

VIEGAS NETTO. **Velhos retratos**. São Luís: SIOGE; São Paulo: Revista dos Tribunais/ Editora, 1978; 191 p.

Vieira da Silva. **Amando**. Rio de Janeiro: Bedeschi, 1937; 304 p.

VIEIRA FILHO, Domingos. **Justo Jânsen Ferreira** (Edição comemorativa do 1º centenário de nascimento). São Luís: Departamento de Cultura do Estado, 1964; 5 p.

VIVEIROS, Esther de. **Dr. Américo Duarte de Viveiros**. O austero (Escrito para o centenário de natalício do Dr. José Francisco de Viveiros com a colaboração de Jerônimo José de Viveiros, Modesto Perestrello Carvalhosa e Arthur Quadros Collares Moreira). Rio de Janeiro: s. ed., 1940; 138 p.

VIVEIROS, ESTHER DE. **Dr. Américo Duarte de Viveiros**. O justo. Rio de Janeiro: s. ed., 1962; mimeo, 172, 2 v.

VIVEIROS, Jerônimo de. **A ficha de Adelino Fontoura na Academia**. São Luís: Departamento de Cultura do Estado, 1967; 51 p.

VIVEIROS, Jerônimo de. **A Vida de um apóstolo** (Conferência proferida na AML). São Luís: AML, 1956; 15 p.

VIVEIROS, Jerônimo de. **Alcântara no seu passado econômico, social e político**. São Luiz: Serviço de Imprensa Oficial, 1950; 147 p.

VIVEIROS, Jerônimo de. **O centenário de Temístocles Aranha**. Maranhão: Imprensa Oficial, 1937; 22 p.

WILLIAMS, Frederick G. & MORAES, Jomar. **Sousândrade**: inéditos. São Luís: Departamento de Cultura do Estado, 1970; 230 p.

PRODUÇÃO INTELECTUAL SOBRE A TEMÁTICA

1. Anterior ao corte temporal publicada em São Luís

A ESTÁTUA de Benedito Leite. Maranhão: imprensa Oficial, 1912; 21 p.

À MEMÓRIA DO DR. BENEDITO PEREIRA LEITE - **Homenagem das Escolas**. Maranhão: s. ed., [1909]; 86 p.

ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS. **A estátua de João Lisboa**. São Luís: Typ. Teixeira, 1918; 83 p.

ÁLBUM DO MARANHÃO. Maranhão: s. ed., 1922.

ALBUQUERQUE FILHO, Luiz Rodolpho Cavalcanti (Engº Civil). **Um anno de actividade em São Luiz:** 1919/1920. Maranhão: J. Pires, 1920; s.p.

ALMEIDA, José Magalhães de. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão**, em 5 de fevereiro de 1927. Maranhão: Imprensa Oficial, 1927; 129 p.

ALMEIDA, José Magalhães de. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão**, em 5 de fevereiro de 1928. Maranhão: Imprensa Oficial, 1928; 98 p.

ALMEIDA, José Magalhães de. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão**, em 5 de fevereiro de 1929. Maranhão: Imprensa Oficial, 1929; 99 p.

ALMEIDA, José Magalhães de. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão**, em 5 de fevereiro de 1930. Maranhão: Imprensa Oficial, 1930; 119 p.

ALMEIDA, Ruben. **Conferência proferida pelo Prof. Ruben Almeida**, na sede do "Grupo Escolar Henriques Leal", por motivo da comemoração do 1º centenário do nascimento desse eminente vulto da intelectualidade maranhense. Maranhão: Ramos d'Almeida & C., 1928; 34 p.

ALMEIDA, Ruben. **Raízes e radicais gregos existentes em português.** Maranhão: Ramos d'Almeida, 1930; 33 p. (tese para a cadeira de Português do Lyceu)

ÁLVARES CANTUÁRIA. **Chapas avulsas.** [Maranhão: s. ed., 1914]; 19 p.

AMARAL, José Ribeiro do. **Apontamentos para a História da Revolução da Balaiada na província do Maranhão.** Maranhão: Typogravura Teixeira, 1898, 1900, 1906; 3 v.

AMARAL, José Ribeiro do. **Ephemerides maranhenses** (Para comemorar o centenário da adesão do Maranhão à causa da Independência e do Império). Maranhão: Typogravura Teixeira, 1923; 174 p.

AMARAL, José Ribeiro do. **A fundação de Belém.** Maranhão: J. Pires, 1916; 35 p.

AMARAL, José Ribeiro do. **Fundação do Maranhão** Maranhão: Typogravura Teixeira, 1912; 222 p.

AMARAL, José Ribeiro do. **Glorificação de Manuel Odorico Mendes.** Maranhão: Imprensa Oficial, 1913; 101 p.

AMARAL, José Ribeiro do. **Limites do Maranhão com o Piauí** - Estudos sobre o Maranhão (Memória apresentada em 30 de setembro de 1902 ao Exmº. Snr. Governador do Estado Dr. Manoel Lopes da Cunha). Maranhão: s.n., 1902 (3 volumes manuscritos, apresentando documentos comprobatórios da questão).

AMARAL, José Ribeiro do. **Limites do Maranhão com o Piauí ou a questão da Tutóia** - Memória apresentada em 30 de setembro de 1902 ao Exm^o. Snr. Dr. Manoel Lopes da Cunha, Governador do Estado. Maranhão: Imprensa Oficial, 1919; 328 p.

AMARAL, José Ribeiro do. **O Maranhão no centenário da Independência: 1822/1922**. Maranhão: s.n., 1922; 3 v.

AMARAL Tasso. **Cartas pedagógicas** [Maranhão: s. ed., s. d.]; 24 p. J. Pires, 1916; 35 p.

AMÉRICO, Domingos. **Palavras** (Campanha democrática e liberal) Maranhão: Typogravura Teixeira, 1930; 59 p.

ANAEs DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PROVINCIAL DO MARANHÃO. 1888-1889.

ANAEs DO CONGRESSO LEGISLATIVO DO ESTADO DO MARANHÃO. 1892-1917.

ARANHA, E. Marinho & GONÇALVES, Roberto. Estudos philosophicos-scientificos (Palestras). Maranhão: Imprensa Oficial, 1917; 42 p.

ARANHA, Euclides Marinho. **Conselhos de um pae**. Maranhão: Typ. Rabelo, 1917; 22 p.

ARANHA, Euclides Marinho. **Páginas diversas**. São Luís: P. Pires, 1918; 147 p.

ARANHA, Euclides Marinho. **Psicologia humana** - Estudos. Maranhão: s. ed., s.d.; 69 p.

ARAÚJO COSTA. **A Terra** (Conferência realizada pelo Dr (...) na Universidade Popular Maranhense no dia 30 de setembro de 1909). Maranhão: Imprensa Oficial, 1909; 19 p.

ARAÚJO, Francisco Lopes de. **Cousas do meu sertão**. Maranhão: Typogravura Teixeira, 1923; 171 p.

ARAÚJO, Urbano Santos da Costa & LISBOA, Achilles. **Discursos pronunciados por ocasião da instalação da Sociedade Maranhense de Agricultura em 24 de fevereiro...** Maranhão: Imprensa Oficial, 1918; 35 p.

ARAÚJO, Urbano Santos da Costa. **Discurso pronunciado por ocasião da instalação da Sociedade Maranhense de Agricultura**. Maranhão: Imprensa Oficial, 1918; 35 p.

ARAÚJO, Urbano Santos da Costa. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão**. em 12 de janeiro de 1920. Maranhão: Imprensa Oficial, 1920; 46 p.

ARAÚJO, Urbano Santos da Costa. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão**. em 5 de fevereiro de 1920. Maranhão: Imprensa Oficial, 1920; 26 p.

ARAÚJO, Urbano Santos da Costa. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão**. em 5 de fevereiro de 1921. Maranhão: Imprensa Oficial, 1921; 47 p.

ARAÚJO, Urbano Santos da Costa. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão**. em 5 de fevereiro de 1922. Maranhão: Imprensa Oficial, 1922; 47 p.

ARIAM, **Rosas de caridade** (Poemas). Maranhão: Typ. M. Silva, 1919; 49 p.

ASSIS GARRIDO. **D. João** (Poema). Maranhão: Typ. Teixeira, 1922; 69 p.

ASSIS GARRIDO. **Oração Materna**. Maranhão: Imprensa Oficial, 1920; 24 p.

ASSIS GARRIDO. **Regina** (Peça). São Luís: s. ed., 1920; 15 p.

ASSIS, Alfredo de. **Allocuções**. São Luís: J. Pires, 1918; 79 p.

ASSIS, Alfredo de. **Coisas da vida**. Maranhão: Typogravura Teixeira, 1917; 80 p.

ASSIS, Alfredo de. **Gonçalves Dias**. São Luís: Ramos d'Almeida, & C., 1926; 45 p.

ASSIS, Alfredo de. **Um crítico**. Maranhão: s. ed., 1917; 80 p.

AZEVEDO, Arthur. **Carapuças** - versos humorísticos. Maranhão: Typ. do Frias, 1871; 58 p.

AZEVEDO, Raul de. **Amigos e amigos**. Manaus. Typografia da Livraria do Palais Royal, 1910; 69 p.

BARBOSA DE GODÓIS, Antonio Baptista. **História do Maranhão para uso dos alunos da Escola Normal**. Maranhão: Typ. de Ramos de Almeida & C., 1904; 551 p.

BARBOSA DE GODÓIS, Antonio Baptista. **Introdução cívica** - Resumo didactico (De acordo com o programma da Escola Normal de São Luiz do Maranhão. Maranhão: Typ. Frias, 1900; 272 p.

BARBOSA DE GODÓIS, Antonio Baptista. **Os ramos da educação** - Escola primária. Maranhão: Imprensa Oficial, 1914; 40 p.

BARBOZA, Domingos. **Dominó vermelho**. Maranhão: Typ. do Diário do Maranhão, 1909; 111 p.

BARBOZA, Domingos. **Mozaicos**. Maranhão: Typ. Teixeira, 1908; 126 p.

BARBOZA, Domingos. **Silhuetas**. Maranhão: s. ed., s.d., 101 p.

BARRETO, José. **As finanças do Maranhão** (Discurso pronunciado na sessão de 13-04-1912 no Congresso Legislativo do Estado). Maranhão: Imprensa Oficial, 1912; 214 p.

BARROS E VASCONCELLOS, Benedito de (Jil Campeзино). **Redenção**. Maranhão: s. ed., 1917; 212 p.

BELLO, Augusto Faria. **Guia municipal**: síntese da legislação municipal de 1892 a 1903. São Luiz: Typ. Frias, 1903; 117 p.

BENNA, ALFREDO. **A vida nos campos**. São Luiz: Imprensa Oficial, 1922; 225 p.

BESSA, P. **Rimas**. Maranhão: s. d., 1892, 199 p.

BLEU, Papillon. **Accordes** (Poesias). Maranhão: Typ. Teixeira, 1899, s.p.

CAMPELLO, C. Nery. **Reminiscências** (Versos). Maranhão: Imprensa Oficial, 1926; 109 p.

CAMPO, R. P. Silva. **Tratado completo dos verbos portugueses**. Maranhão: imprensa Oficial, 1923; 171 p.

CANTANHEDE, Palmério C. **Relatório apresentado ao Exmº Sr. Dr. João Gualberto Torreão da Costa**, Governador do Estado, em 24 de fevereiro de 1902, sobre o saneamento das cidades e sua aplicação à capital do Maranhão. Maranhão: Typ. Frias, 1902; 206 p.

CARDOSO, Clodomir. **Jubileu de Rui Barbosa** (Discurso proferido na Faculdade de Direito). Maranhão: Typogravura Teixeira, 1918; 58 p.

CARDOSO, Satyro Ribeiro. **Batalhador do triunfo** (Biografia de um ilusionista). São Luiz: s. ed., 1915; 16 p.

CARVALHO, Adherbal de. **Ephemeras**. Maranhão: Livraria Universal, de Ramos d'Almeida & Cia. Sucessores, 1894; 163 p.

CARVALHO, Adherbal de. **O naturalismo no Brasil**. Maranhão: Livraria Contemporânea, 1894; 208 p.

CARVALHO, Aplinário & César, Américo. **Deus**: torneio em versos entre (...) em 1910. Maranhão: Typ. Borges, 1913; 15 p.

CARVALHO, Cromwell Barbosa de. et. all. **Pulverização de uma defesa**. Terezina: Typ. Paz, 1917; 210 p.

CARVALHO, Ignácio Xavier de. **Missas negras**. Manaus: Livraria Universal - M. Silva & C., 1902; s. p.

COLLEÇÃO de **Memórias e Relatórios sobre o Porto do Maranhão** - organizada por ordem da Inspectoria Federal de Portos, rios e Canaes para figurar na exposição Internacional do Rio de Janeiro, comemorativa do 1º centenário da Independência do Brasil. São Luiz: s. ed., 1922; 380 p.

CORREA DE ARAÚJO. **Christãos e theosophos**. Maranhão: Imprensa Oficial, 1923; 53 p.

CORREA DE ARAÚJO. **Evangelho de moço**: 1903-1905: Maranhão: Typ. Ramos de Almeida & C., 1906; 157 p.

CORREA DE ARAÚJO. **Harpas de fogo**. Maranhão: s.n., 1903; 79 p.

CORREA DE ARAÚJO. **Pedreiras**. Maranhão: Imprensa Oficial, 1921; 44 p.

CORREA DE ARAÚJO. **Pela pátria**. Maranhão: Pacotilha, 1908; 8 p.

CORREA, Adelman. **Os meus dias de cadeia**: origens e memórias. Maranhão: Typ. M. Silva, 1926; 214 p.

CORREA, Frederico José. **Meditações**. Maranhão: Typ. Commercial, 1874; 475 p.

CORREA, Frederico José. **Um livro de crítica**. Maranhão: Typ. do Frias, 1878; 206 p.

COSTA GOMES. **Alabastros**. Maranhão: Ramos d'Almeida, 1909; 140 p.

COSTA, Bento Urbano. **Relatório apresentado ao Secretário do Interior sobre o Serviço Sanitário do Maranhão**. Maranhão: J. Pires, 1918; 124 p.

COSTA, João Gualberto Torreão da. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão**, em 13 de fevereiro de 1901. Maranhão: Typ. Frias, 1901; 36 p.

COUTINHO, Victor. **A peste no Maranhão** (Relatório apresentado ao Governador do Estado). Maranhão: Typogravura Teixeira, 1904; 149 p.

COUTO, Henrique José. **Relatório apresentado ao Governador do Estado**, Raul da Cunha Machado, em 10 de janeiro de 1919, pelo Secretário do interior, (...). Maranhão: Imprensa Oficial, 1919; 62 p.

COUTO, Henrique José. **Relatório apresentado pelo Secretário de Justiça e Segurança**. Henrique José Couto, ao Governador do Estado, Antonio Brício de Araújo. Maranhão: Imprensa Oficial, 1917; 75 p.

CRUZ, Arias (Pe). **A igreja e o operariado** (Conferência proferida na União Operária Maranhense em 19-03-1919). Maranhão: Typ. Teixeira, 1919; 25 p.

CUNHA, João. **Amanhecer**. Maranhão: Imprensa Oficial, 1925; 155 p.

DIAS, Antonio. **O sertão maranhense** - Esboço geológico, phisiográfico e social. Maranhão: Imprensa Oficial, 1922; 61 p.

DOMINGUES, José. **O alto Tury**. Maranhão: Typ. da Pacotilha, 1926; 14 p.

DOMINGUES, Luiz. **Dois annos de governo: 1910-1911**,. Maranhão: Imprensa Official, 1912; 124 p.

DOMINGUES, Luiz. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão**, em 12 de fevereiro de 1911. Maranhão: Imprensa Official, 1911; 27 p.

DOMINGUES, Luiz. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão**, em 5 de fevereiro de 1913. Maranhão: Imprensa Official, 1913; 67 p.

DOMINGUES, Luiz. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão**. Maranhão: Imprensa Official, 1914; 19 p.

DONCRI. **Ladrilhos**. Maranhão: M. Silva & Filhos, 1926; 74 p.

DUNSHEE DE ABRANCHES. **Necrológio político do Dr. Benedito Leite**. São Luiz: Typ. Frias, 1909; s. p.

FARIA, Euclides. **Retratos a giz**. Maranhão: s. ed., 1886; 76 p.

FARIAS, A. J. Alves de (da Oficina dos novos). **Rosas**. Maranhão: Typogravura Teixeira, 1904; 160 p.

FARIAS, Euclides (Lourenço Gomes Furtado). **Notícias da capital**: cartas ao compadre Tibúrcio. Maranhão: Livraria Econômica, 1907; 238 p.

FERNANDES, Henrique Costa. **Administrações maranhenses: 1822/1829**. São Luiz: Imprensa Official, 1929; 495 p.

FERREIRA, Justo Jansen. **A barra da Tutoya**. Maranhão: Ramos d'Almeida, 1908; 167 p.

FERREIRA, Justo Jansen. **A divisória apelo Parnayba**. Maranhão: Ramos d'Almeida, 1921; 71 p.

FERREIRA, Justo Jansen. **A propósito da carta geográfica do Maranhão**. Maranhão: Ramos d'Almeida, 1904; 30 p.

FERREIRA, Justo Jansen. **Breve notícia sobre o ensino da Phisica, Chimica e Alimeralogia no Maranhão**. Maranhão: Ramos d'Almeida, 1907; 28 p.

FERREIRA, Justo Jansen. **Contribuição para a História e para a Geographia do Maranhão: ainda a barra da Tutoya**. Maranhão: Typ. Ramos d'Almeida, 1913; 37 p.

FERREIRA, Justo Jansen. **Discurso pronunciado pelo dr. (...) na Escola Normal do Maranhão por ocasião da entrega de diplomas às professoras normalistas de 1910**. Maranhão: Imprensa Oficial, 1910; 12 p.

FERREIRA, Justo Jansen. **Fragments para Chorographia do Maranhão**. Maranhão: Typ. A P. Ramos d'Almeida & C., , 1901; 104 p.

FREITAS, José Carneiro de. **Relatório apresentado ao presidente do Estado**, Raul da Cunha Machado, pelo Secretário de Fazenda, (...) no exercício financeiro de 1917-1918. Maranhão: Typogravura Teixeira, 1919; 214 p.

GALVÃO, Oscar (dr.). **A epidemia de Curucáua**. Maranhão: Typ. Commércio do Socorro, 1913; 18 p. (Complementada por palestra proferida no Lyceu Maranhensem em 1910).

GREMIO RUI BARBOSA. **Estatutos**. Maranhão: Diário do Maranhão, 1913; 9 p.

HOMENAGEM ao preclaro engenheiro civil dr. Aarão reis. Maranhão> Typ. Teixeira, 1906; 16 p.

HOMENAGEM do povo ao Cel. Alexandre Collares Moreira Junior ao deixar o cargo de Intendente do Município da Capital, em 31 de dezembro de 1900. Maranhão: Typ. A P. Ramos d'Almeida, 1900; 14 p.

INSTITUTO DA ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA. **Relatório de 1917**. Maranhão: J. Pires, 1918; 11 p.

INSTITUTO DA ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA. **Relatório de 1918**. Maranhão: J. Pires, 1918; 15 p.

J. G. **Sombrinhas**: quadros vivos - perf~is ligeiros. Maranhão: Typ. Rabello, 1908; 74 p.

JANSEN, M. **Noções de Chorographia do Maranhão**, para uso das escolas primárias. São Luiz: Ramos d'Almeida, 1922; 69 p.

JESUS, J. Palhano de. Defeza da fiscalização da Estrada de Ferro de São Luiz a Caxias. Maranhão: Pacotilha, 1911; 65 p.

JEZÚS, J. Palhano de. **Relatório do reconhecimento ligeiro da estrada de ferro do Itapecuru ao Tocantins apresentado ao eng. Ernesto Antonio Lassance Cunha**, diretor da Repartição de fiscalização das Estradas de Ferro pelo engenheiro (...). Maranhão: Imprensa Oficial, 1910; 32 p.

LEITE, Benedicto Pereira. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão**, em 7 de fevereiro de 1907. Maranhão: Imprensa Oficial, 1907; 38 p.

LEITE, Benedicto Pereira. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão**, em 21 de fevereiro de 1908. Maranhão: Imprensa Oficial, 1908; 24 p.

LIGEIRA **exposição apresentada pelo dr. Raul da Cunha Machado**, vice-presidente do Estado, ao passar o governo a Godofredo Viana, presidente do Estado. Maranhão: Imprensa Oficial, 1923; 39 p.

LISBOA, Achilles. **A lavoura e a guerra** (Conferência feita em 24 de fevereiro de 1918, ao inaugurar a Sociedade Maranhense de Agricultura). Maranhão: Imprensa Oficial, 1918; 35 p.

LISBOA, Achilles. **Considerações gerais sobre o problema biológico da seleção**: como se lkhe estabelecer a equação no Posto de Cajapió (Conferência proferida em 30 de junho de 1921). Maranhão: Imprensa Oficial, 1921; 97 p.

LISBOA, Achilles. **Discurso pronunciado na rampa do Palácio por ocasião do desembarque do deputado Marcelino Rodrigues Machado**, em janeiro de 1925. Maranhão: Imprensa Oficial, 1925; 17 p.

LISBOA, Achilles. **Discursos**. Maranhão: J. Pires, 1921; 49 p.

LISBOA, Achilles. **Nova escola** (Discurso inaugural, pronunciado na instalação da Escola de Farmácia do Maranhão pelo presidente). Maranhão: J. Pires, 1922; 12 p.

LISBOA, Achilles. **Questões de interesse público - 1ª série**. Maranhão: Imprensa Oficial, 1921; 88 p.

LISBOA, Achilles. **These apresentada à Conferência Algodoeira pelo dr. (...) em 1916**. Maranhão: Imprensa Oficial, 1935; 25 p.

LOBO, Antonio. **A doutrina transformista**: a variação microbiana. São Luiz: Pacotilha, 1909; 53 p.

LOBO, Antonio. **A política maranhense**. Maranhão: Typ. J. Pires, 1916; 113 p. In: *Miscelânea Maranhense*, v. 12.

LOBO, Antonio. **Os novos atenienses**:..subsídios para a história literária do Maranhão Maranhão: Typogravura Teixeira, 1909; 132 p.

LOBO, Antonio. **Pela rama**. (Coletânea de crônicas publicadas em jornais e revistas de São Luís). Maranhão: Imprensa Oficial, 1911; 334 p..

LOBO, Antonio. **Relatório apresentado ao governador do Estado**, João Gualberto Torreão da Costa, pelo diretor da Biblioteca Pública, Antonio Lobo, em 10 de janeiro de 1901. Maranhão: Typ. Frias, 1900; 41 p.

LOBO, Antonio. **Relatório apresentado ao governador do Estado**, João Gualberto Torreão da Costa, pelo diretor da Biblioteca Pública, Antonio Lobo, em 10 de janeiro de 1901. Maranhão: Typ. Frias, 1901; 121 p.

LOBO, Antonio. **Relatório apresentado ao governador do Estado**, João Gualberto Torreão da Costa, pelo diretor da Biblioteca Pública, Antonio Lobo, em 10 de janeiro de 1900. Maranhão: Typ. Frias, 1900; 41 p.

LOPES, Raimundo & BARBOSA, Domingos. **Discursos na AML**. Maranhão: Typ. da Pacotilha, 1917; 5 p.

LUZ, Joaquim Vieira da. Aluizio de Azevedo (**Discurso proferido em 14 de abril de 1921**). São Luiz: Edição da Legião dos Atenienses, 1921; 51 p.

MACEDO, Demosthenes. **Relatório de Demosthenes Macedo**, Secretário do interior, ao Governador do Estado, Herculano Nina Parga, em 12 de janeiro de 1917. Maranhão: Imprensa Oficial, 1917; 40 p.

MACEDO, Demosthenes. **Relatório de Demosthenes Macedo**, Secretário do interior, ao Governador do Estado, Antonio Brício de Araújo, em 14 de janeiro de 1918. Maranhão: Imprensa Oficial, 1918; 128 p.

MACHADO, Marcelino. **Pelo Maranhão**. Maranhão: Typ. do Diário de São Luiz, 1923; 62 p.

MACHADO, Raul da Cunha. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão**, em 5 de fevereiro de 1919. Maranhão: Imprensa Oficial, 1919; 70 p.

MARANHÃO SOBRINHO. **Papéis velhos...** roídos pela traça do symbolo. Maranhão> Typ. Frias, 1908; 174 p.

MARANHÃO. **Atos e fatos**. Maranhão: Imprensa Oficial, 1912; 43 p.

MARANHÃO. **Código do processo criminal do Estado do Maranhão**. São Luiz: Imprensa Oficial, 1926; 214 p.

MARANHÃO. **Contratos assinados pelo Estado do Maranhão (...) com ULEN & Co. e ULEN Management Co. em 1928**. M. Maranhão: Imprensa Oficial, 1932; 77 p.

MARANHÃO. João Lisboa (**Notícia das festas cívicas realizadas a 26 de abril de 1911**, na transladação dos restos do grande escriptor para o local onde bvaer ser erigido o seu monumento, e discursos nas mesmas festas pronunciadas) Maranhão: Imprensa Official, 1126; 13 p.

MARANHÃO. **Programas das diversas cadeiras no Curso Normal do Lyceu Maranhense para o anno de 1930**. Maranhão: Imprensa Official, 1930; 84 p.

MARANHÃO. **Regimento interno dos grupos escolares**, organizado pelo Director da Escola Normal. Maranhão: Typ. Frias, 1904; 42 p.

MARANHÃO. **Regulamento da escola Normal**, dos institutos que lhe são juris diccionados e da Escola Modelo Benedicto Leite e curso annexo. Maranhão: Typ. do Frias, 1905; 185 p.

MARANHÃO. **Regulamento da Instrucção pública do Maranhão**. Maranhão: Typ. do Frias, 1893; 87 p.

MARQUES, Astolfo. **A nova aurora**. Maranhão: Typ. Teixeira, 1913; 149 p.

MARQUES, Astolfo. **O dr. Luiz Domingues** - esboço político. Maranhão: s. ed., 1910; 76 p.

MATTOS, Abelardo de. **Quando o inverno passou**. Maranhão Imprensa Official, 1924; 96 p.

MATTOS, Maria Christina Alves d'Oliveira Azevedo. **Amor e desventuras**. Maranhão: Typ. Ramos d'Almeida & C., 1899; 178 p.

MENDONÇA, Sálvio. **Profilaxia das doenças venéreas em Maranhão**: importância do tratamento gratuito e sua organização. Maranhão: Serviço de Saneamento Rural e Profilaxia, 1923; p. 147-156.

MIRANDA, Cássio. **Relatório apresentado à Diretoria do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural**: o caso do maranhão. Maranhão: Typogravura Teixeira, 1925; 298 p.

MIRANDA, Januário. **Nada**. Maranhão: Typ. Rabello, 1929; s. p.

MORAES, José do Nascimento (Valério Santiago). **Puxos e repuxos** - Polêmica com Antonio Lobo e seguidores. São luiz: Typ. do Jornal dos Artistas, 1910/ s. p.

MOREIRA JÚNIOR, Alexandre Collares. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do estado do Maranhão**, em 28 de fevereiro de 1904. Maranhão: Typ. Frias, 1904; 37 p.

MOURÃO, João Tolentino Guedelha. **Conferências feitas pelo dr. (...) na igreja de Santo Antonio**. Maranhão: Typ. da Civilização, 1887; 2 v., 88 p.

NOVAES, Tito. **Martellando**. Maranhão: Chaves & Comp., 1926; 1º tomo, 135 p.

NOVAES, Tito. **Peneirando**. Maranhão: s.n., 1929; 104 p.

NUMA. **Cartas a S. M. o Imperador do Brasil**, o senhor D. Pedro II sobre a reorganização judiciária. Maranhão: Typ. do Frias, 1879; 138 p.

OLIVEIRA, Antonio d'Almeida.; SOUZA, Antonio Ennes de & BRANDÃO, Francisco Antonio. **Discursos lidos na inauguração da Biblioteca Popular Maranhense aos 19 de outubro de 1872**. Maranhão: Typ. do Frias, 1872; 5 p.

OLIVEIRA, Antonio d'Almeida.; SOUZA, Antonio Ennes de & BRANDÃO, Francisco Antonio. **Conversas públicas na Escola Nomrla em 1872**. Maranhão: Typ. do Paiz, 1872; 39 p.

OLIVEIRA, Antonio de Almeida. **Conversas públicas ou conferências feitas na Escola Popular**. São Luiz: Typ. do Frias, 1871; 43 p.

OLIVEIRA, Antonio de Almeida. **O ensino público** (Obra destinada a mostrar o estado em que se acha e as reformas que exige a instrução pública no Brasil). S. ed., 1874; 475 p.

PACOTILHA. Um trecho da história política do Maranhão (1890-1906) - Carta aberta ao Ilmº e Exmº Sr. Dr. Affonso Penna. Maranhão: Pacotilha, [1906]; 78 p.

PARGA, Herculano Nina. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão**, em 5 de fevereiro de 1916. Maranhão: Imprensa Official, 1916; 24 p.

PAXECO, Fran. **A literatura portuguesa na Idade Média** (Conferência realizada por (...), na Universidade Popular Maranhense, no dia 15 de dezembro de 1909 - 13ª). Maranhão: Imprensa Official, 1909.

PAXECO, Fran. **Angola e os alemães**. Maranhão: Typ. Teixeira, 1916; 341 p.

PAXECO, Fran. **Geografia do Maranhão**. São Luiz: Typogravura Teixeira, 1923; 739 p.

PAXECO, Fran. **O sr. Silvio Romero e a literatura portuguesa**. Maranhão: Livraria Raomos de Almeida & Cia., 1900.

PAXECO, Fran. **O trabalho maranhense**. Maranhão: Imprensa Official, 1916; 147 p.

PAXECO, Fran. **Portugal e a Renascença**. (Discurso). Maranhão: Pacotilha, 1912; 49 p.

PAXECO, Fran. **Portugal e Maranhão**: as suas relações comerciais. Maranhão: J, Pires, 1919; 146 p

PAXECO, Fran. **Trabalhos do Congresso Pedagógico do Maranhão**. Maranhão: Imprensa Official, 1920; 600 p.

PENSÕES E PECÚLIOS. Prospecto. São Luiz: Typ. Rabello, 1913; 17 p.

PERDIGÃO, Domingos de Castro. **A Bibliotheca Pública em 1919**. Maranhão: Imprensa Official, 1920; 20 p.

PERDIGÃO, Domingos de Castro. **Exposições e feiras e outros trabalhos lidos perante o 1º Congresso Maranhense de Agricultura**. Maranhão: Imprensa Official, 1922; 39 p.

PERDIGÃO, Domingos de Castro. **O Maranhão**: Exposição Nacional de 1908 (Relatório apresentado por (...) ao presidente do Congresso Legislativo, no exercício do governo do Estado, Américo Vespúcio dos Reis. Maranhão: Imprensa Official, 1910; 103 p.

PERDIGÃO, Domingos de Castro. **O que se deve comer**: vade-mecum bibliographico São Luiz: Imprensa Official, 1922; 348 p.

PERDIGÃO, Domingos de Castro. **Projeto de estatuto da Bibliotheca Pública do Estado do Maranhão**. Maranhão: s. n., 1944 (Manuscrito); s. p.

PERDIGÃO, Domingos de Castro. **Relatório da Bibliotheca Pública em 1917**. Maranhão: Imprensa Official, 1918.

PERDIGÃO, Domingos de Castro. **Relatório da Bibliotheca Pública em 15 de janeiro de 1915**. Maranhão: Imprensa Official, 1915; 28 p.

PERDIGÃO, Domingos de Castro. **Relatório da Bibliotheca Pública em 10 de janeiro de 1920.** Maranhão: s. n., 1920; 72 p.

PERDIGÃO, Domingos de Castro. **Relatório da Bibliotheca Pública.** Maranhão: Imprensa Oficial, 1917.

PEREIRA, Alcides. **Injúrias impressas.** Maranhão: Typ. Rabello, 1914, 17 p.

PINTO, Fulgêncio. **Dr. Bruxelas & C.** Maranhão: Typ. Chaves, 1924; 311 p.

PORTO, Augusto. **Collecção de leis municipais: 1910-1915.** Maranhão: Typ. Rabello, 1916; 409 p.

RAPOSO, Ignário. **Protophonias.** Maranhão: s. ed., 1901; 111 p.

ROSA, Laura. **As crianças** (Conferência realizada na Bibliotheca Pública, em 14 de dezembro de 1909). Maranhão: Imprensa Oficial, 1909; 38 p.

SÁ VALLE, José Ribeiro de. **Chronicas.** Maranhão: Typ. Simão, 1935; 49 p.

SÁ VALLE, José Ribeiro de. **Descobertas e invenções - Livro I.** Maranhão: Ramos d'Almeida, 1937; 16 p.

SÁ VALLE, José Ribeiro de. **Oração ao Maranhão.** Maranhão: Typografia do Commercio, 1927; 7 p.

SALLES E SILVA. **Padrões.** Maranhão: Diário do Maranhão, 1911; 130 p.

SANTIAGO, Clarindo. **A Escola Mineira e suas phases.** Maranhão: Ramos d'Almeida & Cia., 1926; 99 p.

SANTIAGO, Clarindo. **Estradas maranhenses** (A excursão do presidente Magalhães de Almeida, em 1928, para a inauguração das novas estradas sertanejas). Maranhão: Typogravura Teixeira, 1929; 47 p.

SANTIAGO, Clarindo. **João Lisboa.** Maranhão: Typogravura Teixeira, 1928; 66 p.

SANTIAGO, Clarindo. **O poeta nacional**. Maranhão: Ramos d'Almeida & Cia., 1926; 70 p.

SERRA, Astolfo. **Terra encantada e rica**. Maranhão: s. ed., 1922.

SERRA, Astolpho. **Gleba que canta**. Maranhão: M. Silva, 1927; 138 p.

SIENKIEWICZ, Henrik. **Debalde** (Tradução de Antonio Lobo). Maranhão: Edições da Revista do Norte, 1901; 204 p.

SILVA, Adalberto. Versos sem graça. Maranhão: Diário do Maranhão, 1913; 32 p.

SILVA, Francisco de Paula e (Bispo do Maranhão). **Pátria e patriotismo**. Maranhão: Pacotilha, 1917; 25 p. (Discurso)

SILVA, J. Niepce da. **Aspectos do Norte**. Maranhão: Typ. Teixeira. 1921; 181 p.
SOCIEDADE CENTRO CAIXEIRAL. **Relatório de 1909**. Maranhão: s. ed., 1909; s. p.

SOCIEDADE CENTRO CAIXEIRAL. **Relatório de 1913**. Maranhão: s. ed., 1913; s. p.

SOCIEDADE CENTRO CAIXEIRAL. **Relatório de 1929**. Maranhão: Typ. M. Silva, 1930; 29 p.

SOCIEDADE FUNDADORA DA ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DO MARANHÃO. **Estatutos**. São Luiz: Imprensa Oficial, 1924; 16 p.

SOCIEDADE LITERÁRIA BARÃO DO RIO BRANCO. **Estatutos**. Maranhão: J. Pires, 1917; 10 p.

SOUSA BISPO. **Espinhos de mandacarú**. São Luís: Typ. M. Silva & Filhos, 1925; 77 p.

SOUSA BISPO. **Independência** (Episódio cívico em um ato). Maranhão: J. Pires, 1921; 34 p.

SOUSA, William W. Coelho de. **Conferência agrícola realizada no Palácio do Governo do Estado do Maranhão**, em 26 de janeiro de 1912. Maranhão: Imprensa Oficial, 1912; 31 p.

SOUZÂNDRADE, Joaquim de. **Novo Eden** (1888-1889). Maranhão: Typ. João d'Aguiar Almeida & C., 1893; 88 p.

TAVARES, Jayme. **Mensagem apresentada à Câmara Municipal de São Luiz pelo Prefeito Municipal**, em 1 de maio de 1928. Maranhão: s. ed., 1928; 78 p.

TÁVOLA DO BOM HUMOR. **Sonetos maranhenses**. São Luiz: Imprensa Oficial, 1923; 190 p.

TÁVOLA DO BOM HUMOR. **Sonetos maranhenses** : 1840-1922. São Luiz: Távola do Bom Humor, 1922; 165 p.

TÁVOLA DO BOM HUMOR. **Torneio magno** - memorial de 8 de março de 1921. São Luiz: s. ed., 1921; 13 p.

TORRES, Luzo. **Corrente calamo**. Maranhão: Typ. do Diário do Maranhão, 1910; 215 p.

VÁRIOS. **Glorificação a Gonçalves Dias no 40º aniversário de morte**. Maranhão: 5 ed., 1904; 67 p. (definir autores)

VASCONCELLOS, Antonio de. **A chama azul**. São Luiz: s. ed., 1923; 114 p.

VIANNA, Godofredo Mendes. **A paz e a guerra** (Conferência realizada pelo dr. (...), da AML, no dia 24 de fevereiro, no salão sobre do Casni, por iniciativa do Tiro Maranhense, Maranhão: Typ. da Pacotilha, 1917; 24 p.

VIANNA, Godofredo Mendes. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão**, em 5 de fevereiro de 1923. Maranhão: Imprensa Oficial, 1923; 57 p.

VIANNA, Godofredo Mendes. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão**, em 6 de março de 1923. Maranhão: Imprensa Oficial, 1923; 75 p.

VIANNA, Godofredo Mendes. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão**, em 5 de fevereiro de 1924. Maranhão: Imprensa Oficial, 1924; 76 p.

VIANNA, Godofredo. **Na tribuna**. São Luiz: Imprensa Oficial, 1926; 135 p.

VIANNA, Godofredo. **No paiz do Direito**. Maranhão: Imprensa Oficial, 1914; 223 p.

VIEIRA DA SILVA. **Poesias**: 1907-1908. Maranhão: Typ. Teixeira, 1908; 114 p.

VIEIRA DA SILVA. **Vibrações da noite**. Maranhão: Ramos d'Almeida, 1907; 11 p.

VIVEIROS DE CASTRO. **Ideias e phantasias**. Rio de Janeiro: Cunha & Irmão, 1895; 258 p.

VIVEIROS, Alexandre José de. **A uzina de Joaquim Antonio**: 1911 - 1917. Maranhão: J. Pires, 1918; 22 p.

Anterior ao e dentro do corte temporal publicada fora de São Luís

ABRANCHES, João Antonio Garcia de. **Espelho crítico - político da província do Maranhão**. Lisboa: Typ. Rollandianna, 1822.

AIRES, Félix. **Poema aos imortais**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1936; 45 p.

AZEVEDO, Arthur. **Vida alheia**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos & C., 1929; 291 p.

AZEVEDO, Raul d'. **A esmo**. Porto: Chardron, 1903; 134 p.

AZEVEDO, Raul d'. **Artigos e chronicas** - Pará: 1893-1894. Porto. Chardron, 1896; 232 p.

AZEVEDO, Raul de. **Na rua** (papéis avulsos). Lisboa: Typ. Antonio Maria Pereira, 1902; 216 p.. PortoChardron, 1903; 134 p.

AZEVEDO, Raul de. **Vida elegante**. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, 1913; 136 p.. PortoChardron, 1903; 134 p.

BASTOS, Teixeira. **Poetas brasileiros**. Porto: Chardron, 1895; 139 p.

BRAZIL, Ministério da Agricultura. **A província do Maranhão e a imigração** - Guia de Imigrante. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888; 28 p.

CAMPOS, Humberto de. **O conceito e a imagem na poesia brasileira**: citações de poetas brasileiros dos séculos XVI ao XX. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro, 1929; 333 p.

CARVALHO GUIMARÃES. **Sombra pagã**. Rio de Janeiro: Officinas Graphics do Jornal do Brazil, 1916; 90 p.

CARVALHO, Adherbal de. **A poesia e a arte no ponto de vista philosophico**, Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1891; 296 p.

CARVALHO, Adherbal de. **Esboços literários**, Rio de Janeiro: H. garnier, 1900; 234 p.

CARVALHO, Carlota. **O sertão**. Rio de Janeiro: Empresa Editora de Obras Scientificas e Literárias, 1924; 416 p.

CASTRO, A R. Gomes de. **As raças humanas**: a mulher. Rio de Janeiro: Typ. Marques, Araújo & C., 1921; 177 p.;

CEARENSE, Catullo da Paixão. **Cancioneiro popular de modinhas brasileiras**. Rio de Janeiro: Livraria do Povo, 1900; 221 p.

CEARENSE, Catullo da Paixão. **Alma do sertão**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro, 1900; 221 p.

COELHO NETTO & BILAC, Olavo. **A pátria brasileira** (para os alunos das escolas primárias - Educação moral e cívica). 13ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1918; 288 p.

COELHO NETTO (Anselmo Ribas). **Bilhetes postaes**: 1892-1893. Rio de Janeiro: s. n., [1894]; 254 p.

COELHO NETTO. **Breviário cívico** - Publicação da Liga da Defesa Nacional. Rio de Janeiro: Editora O Norte, 1921; 168 p.

COELHO NETTO. **Compêndio de literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Francisco Alves & C., 1913; 177 p.

COELHO NETTO. **Conferências literárias**. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1909; 147 p.

COELHO NETTO. **Frutos do tempo**. Bahia: Livraria Catilina, 1919; 412 p.

CORREA, José Augusto. **Philosophia divina e humana**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1912; 342 p.

CORREA, Viriato. **O Brasil dos meus avós** - Chronicas da historia brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1927; 253 p.

COSTA, J. Wilson da. **Oásis**. Campinas: Tip. Livro Azul, 1914; 157 p.

DUNSHEE DE ABRANCHES. **Actas e actos do governo provisório**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907; 402 p.

DUNSHEE DE ABRANCHES. **Pela paz**. Rio de Janeiro: offcinas do Jornal do Brasil, 1895; 7 p.

DUNSHEE DE ABRANCHES. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. J. J. Seabra**, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, por Dunshee de Abranches [sobre ensino superior e faculdades]. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905; 150 p.

DUNSHEE DE ABRANCHES. **Rio Branco** - Defesa de seus actos. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911; 150 p.

DUNSHEE DE ABRANCHES. **Selva**: poesias (1885-1892). 2ª. Ed. São Paulo: Typ. Brazil, 1923; 147 p.

GALVÃO, Oscar. **A lepra no Maranhão** - questões de hygiene. Bebedouro (SP), Thopographia Guarany, 1916; 16 p.

GONÇALVES, Geogiano Horácio. **Páginas acadêmicas**. Recife: Typografia Universal, 1883; 64 p.

GUIMARÃES, Francisco. **Carta ao intendente do Maranhão**. Buenos Aires: Typographia de Coni Irmãos, 1901; 56 p.

HALLE CRYM (Maranhense). **Despretenciosos**. Recife: Imprensa Industrial, 1912; 144 p.

JACOBINA, Alberto Pizarro. **Dias Carneiro** - O conservador. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938; 223 p.

KIDDER, Daniel Parish. **Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do norte do Brasil**. São Paulo: EDUSP / Belo Horizonte: Itatiaia, 1980, 2 vol.

LISBOA, Achilles. **Em defesa do regimento pervertido e do Maranhão arruinado**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926; 85 p.

LISBOA, Achilles. **No Maranhão** (Coletânea de discursos e artigos). Rio de Janeiro: São Benedicto, 1926; 105 p.

LISBOA, Achilles. **Sobre o melhor meio de divulgação do ensino primário no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Paulo Pongetti, 1926; 65 p.

LOPES, Raimundo. **O torrão maranhense**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio, 1916; 222 p.

MACHADO, Walfredo. **O poeta Vespasiano Ramos**, ilustro maranhense de Caxias. Rio de Janeiro: Gráfica O Cruzeiro, 1969; 57 p.

MAGALHÃES JUNIOR, R. **Arthur Azevedo e sua época**. 2ª ed. S~cao Paulo: Livraria Martins, 1955; 327 p.

MAUL, Carlos. **Catulo - sua vida, sua obra, seu romance**. Rio de Janeiro> livraria são josé, 1971; 148 p.

MENDES, Raimundo Teixeira. **A pátria brasileira** (Discurso lido na sessão sociolátrica da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro em 7 de setembro de 1881). Rio de Janeiro: Centro Positivista, 1881; 117 p.

OBRAS de Dunshee de Abranches: **catálogo histórico e explicativo**. São Paulo: Emp. Paulista de Publicidade, 1917; 70 p.

PAXECO, Fran. **Teófilo no Brasil**. Lisboa: Casa Ventura Abranches, 1917; 135 p.

PAXECO, Fran. **A escola de Coimbra e a dissolução do Riomantismo**. Lisboa: Casa Ventura Abranches, 1917; 362 p.

PAXECO, Fran. **Cartas de Teófilo**. Lisboa: Portugália Editora, 1924; 100 p.

PERDIGÃO, Domingos de Castro. **Catálogo do Estado do Maranhão na Exposição Nacional de 1908**. Rio de Janeiro. Typ. Gazeta de Notícias, 1908; 62 p.

PINHEIRO, Xavier. **Rimas de Arthur Azevedo**. Rio de Janeiro: Companhia Industrial Americana, 1909; 447 p.

PIRES FILHO, José. **A acção do Brazil na profilaxia internacional das doenças endêmicas**. Niterói: Amerino, 1909; 129 p.

PORTO, Aluizio. **Poemas do coração**: 1888-1891. São Paulo: Typ. Brazil, 1928; 113 p.

QUEM é e o que vale o Sr. **Marcelino R. Machado**. [São Luís]. S. ed.; 132 p.

RAMOS, Vespasiano. **Causa alguma**. Rio de Janeiro: s. ed.; 1916; Mimeo, 215 p.

RAPOSO, Ignácio. **Cânticos**. Rio de Janeiro: Typ. Martins de Araújo. 1910; 135 p.

RAPOSO, Ignácio. **Pela França**. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunaes, 1914; 8 p.

REIS CARVALHO (Oscar d'Alva). **Cavatinas** (Poesias: 1899-1902). Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1904; 46 p.

REIS CARVALHO (Oscar d'Alva). **Prelúdios** (Poesias de 1894-1897). Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1903; 188 p.

SÁ VIANNA, Manuel Álvaro de Souza. **Comemoração do centenário natalício do Senador Cândido Mendes de Almeida** (Elogio histórico lido na sessão do IHGB, de 14 de outubro de 1918). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919; 32 p.

SANTOS, Hemetério J. dos. **Carta aos maranhenses**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1906; 23 p.

SEIDL, Roberto. **Artur Azevedo** - ensaio bibliográfico. Rio de Janeiro: Editora ABC, 1937; 175 p.

SILVA, Francisco de Paula (D.). **Carta Pastoral do Bispo do Maranhão**. Rio de Janeiro: Typ. Besnard Frères, 1907; 36 p.

SILVEIRA MENEZES. **Labaredas**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro, 1924; 138 p.

SOCIEDADE BENEFICENTE MARANHENSE. **Estatutos**. Rio de Janeiro: Imprensa Americana, 1897; 31 p.

SOUSA, William W. Coelho de. **A cultura nacional do algodoeiro no Norte**. Rio de Janeiro: Jornal do Brazil, 1916; 21 p.

SPIX, J. B. von e MARTIUS, C. F. P. von. **Viagem pelo Brasil: 1817/1820**. São Paulo: EDUSP/Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, 3 vols.

VALLE, Carlos Pereira. **A Paixão Cearense de Catulo**. Porto: Grupo de Estudos Brasileiros do Porto, 1963; 30 p.

XAVIER, Manuel Antonio. **Memoria sobre o decadente estado da lavoura e comércio da província do Maranhão e outros ramos públicos que obstem a propriedade e o aumento de que lhe é suscetível – 1822**. Rio de Janeiro: RIHGB, vol. 231, 1956.

WALLE, Paul. **Au Brésil** – États de Piauhy ed de Maranhão. Paris: E. Guilmoto, 1912; 66 p.

WILLIAMS, Frederick G. & MORAES, Jomar. **Sousândrade**: inéditos. São Luís: Departamento de Cultura do Estado, 1970; 230 p.

ABRANCHES, Dunshee de. **O Captiveiro**. Rio de Janeiro: [s.n.].

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A ideologia da decadência**: uma leitura antropológica da história da agricultura no Maranhão. São Luís: FIPES, 1982.

AMARAL, José Ribeiro. **O Maranhão em 1896**. São Luís: Typografia do Frias, 1897.

ABRANTES, Otilia Beatriz Fiori; ARANTES, Paulo Eduardo. **Sentido da formação**: três estudos sobre Antonio Cândido, Gilda de Melo e Sousa e Lúcio Costa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

AZEVEDO, Aroldo de; MATOS, Lino Dirceu de. **Viagem ao Maranhão** (julho de 1950). São Paulo: FFCL/USP. Boletim n. 120, geografia, n. 6.

BANDEIRA TRIBUZZI. **Formação econômica do Maranhão**: uma proposta de desenvolvimento. São Luís: FIPES, 1981.

BORDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: EDUSP, 1996.

BORNHEIM, Gerd. (Org.). **Cultura brasileira**: tradição/contradição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/ FUNARTE, 1997.

BORRALHO, José Henrique de Paula. **Terra e céu de nostalgia**: tradição e identidade em São Luís do Maranhão. Assis (SP); UNESP, 2000 - Dissertação (Mestrado em História).

BOSI, Alfredo (Org.) **Cultura brasileira**: temas e situações. São Paulo: Ed. Ática, 1999.

BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Ed. NESP, 1992.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Política e Educação no Maranhão**: 1834-1889. São Luís: SIOGE, 1984.

CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. **O Maranhão na literatura dos viajantes do século XIX**. São Luís: AML/SIOGE, 1991.

CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. **Origens da indústria no sistema agro-exportador maranhense (1875-1895)**. São Paulo: USP, 1988 (Tese de Doutorado).

CÂNDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975. 2 v.

CÂNDIDO, Antonio. **O método crítico de Sílvio Romero**. Boletim da FFCL/USP. São Paulo, n. 266, 1963.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CASTRO, A. O. Viveiros de. **O Estado do Maranhão**. Maranhão: Typ. A Vapor Frias, 1892.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHAUI, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CORREA, Maria da Glória Guimarães. **Nos fios da trama**: quem é essa mulher? - Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século. Niterói, UFF, 1998 (Dissertação de Mestrado).

CORREA, Rossini. **Formação Social do Maranhão**: o presente de uma arqueologia. São Luís: SECMA, 1993.

FERREIRA, Miguel Vieira. *Reflexões acerca do progresso material da província do Maranhão*. Maranhão: Typ. do Frias, 1866.

FRIAS, José Maria Correa de. **Memórias sobre a tipografia maranhense**. São Luís: SIOGE/FUNC, 1978.

Ginsburg, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GRAMSCI, Antonio. **Literatura e vida nacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ITAPARY, Joaquim. **A falência do ilusório**: memória da Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil.

JORNAL DA LAVOURA. São Luís, 15 de julho de 1876.

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LE GOFF, Jacques. **História**: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1974.

LE GOFF, Jacques. **Memórias e história**. Campinas: Editora UNICAMP, 1992.

LEENHARDT, Jacques & PENSAMENTO, Sandra Jatay. **Discurso histórico e narrativa literária**. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1998.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro**. São Paulo: Ática, 1992.

LÔWY, Michael & SAYRE, Robert. **Revolta e melancholia**: o romantismo na contramão da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1995.

LÔWY, Michael. **Romantismo e messianismo**: ensaios sobre Lukács e Walter Benjamin. São Paulo: Perspectiva/Editora da USP, 1990.

MACHADO NETO, A. L. **Estrutura social da república das letras**. São Paulo: Nacional, 1973.

MARQUES, César Augusto. **A Província do Maranhão** - Breve memória. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1876.

MEIRELES, Mário Martins. **História do Maranhão**. São Luís: FUNC, 1980.

MESQUITA, Francisco de Assis Leal. **Vida e morte da economia algodoeira do Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 1987.

MICELLI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MORAES, José do Nascimento. **Neorose do medo e 100 artigos**. São Luís: SECMA/Civilização Brasileira, 1982.

MORAES, José do Nascimento. **Vencidos e Degenerados**. São Luís: Centro Cultural Nascimento Moraes, 2000.

MOURA, João Dunshee de Abranches. **Transformação do trabalho** (Memória apresentada à Associação Comercial do Maranhão). Maranhão: Typ. A Vapor da Pacotilha, 1888.

NASCIMENTO, Jorge. **Universo maranhense**. São Luís: SIOGE, 1983.

NAVAS-TORÍBIO, Luiza Garcia do Nascimento. **O negro na literatura maranhense**. São Luís: Academia Brasileira de Letras, 1990.

OS NOVOS. **Boletim da Oficina dos Novos**. São Luís: Typ. Teixeira, v. 3, n. 1-6, Jan./dez., 1903.

PECAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PROJETO HISTÓRIA. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**. Sentidos da Comemoração. São Paulo: EDUC/FAPESP, n. 20, Abril/2000.

QUEIRÓZ, Teresinha. **Os literaros e a república**. Clodoaldo Cardoso, Higinio Cunha e as tiranias do tempo. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

REIS, Fábio Alexandrino de Carvalho. **Cartas a um velho amigo**: ligeiro estudo sobre o estado econômico e industrial do Maranhão. Rio de Janeiro: Tipografia de Domingos Luiz dos Santos, 1877.

REZENDE, Antonio Paulo. **(Dês)encantos modernos**: histórias da cidade do Recife na década de 20. Recife: FUNDARPE, 1997.